



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



**Lara Silva do Espirito Santo**

**SOBRE AS DETERMINAÇÕES MATERIAIS E SÓCIO-HISTÓRICAS DO  
FENÔMENO DA FOME, E AS RESPOSTAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS  
CONSTRUÍDAS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL PARA O SEU  
ATENDIMENTO**

Mariana, MG

2021

**LARA SILVA DO ESPIRITO SANTO**

**SOBRE AS DETERMINAÇÕES MATERIAIS E SÓCIO-HISTÓRICAS DO  
FENÔMENO DA FOME, E AS RESPOSTAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS  
CONSTRUÍDAS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL PARA O SEU  
ATENDIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP),  
como requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva

Mariana, MG

2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237s Santo, Lara Silva Do Espirito .

Sobre as determinações materiais e sócio-históricas do fenômeno da fome, e as respostas político-institucionais construídas nas duas últimas décadas no Brasil para o seu atendimento. . [manuscrito] / Lara Silva Do Espirito Santo. - 2021.

115 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Fome - Brasil. 3. Ontologia. 4. Segurança alimentar e nutricional. 5. Serviço social. I. Silva, Marlon Garcia da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 351(81)



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Lara Silva do Espírito Santo**

**Sobre as determinações materiais e sócio-históricas do fenômeno da fome, e as respostas político-institucionais construídas nas duas últimas décadas no Brasil para o seu atendimento.**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 15 de abril de 2021.

### Membros da banca

Doutor - Marlon Garcia da Silva - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutora - Kathiúça Bertollo - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutora - Késia Silva Tosta - (Universidade Federal de Viçosa)

Marlon Garcia da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/04/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/04/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0161708** e o código CRC **AE6DA7D6**.

À memória de meu querido Pai: você se foi antes do fim desta minha jornada, mas tenho certeza que onde estiver seus sonhos se realizarão.

## **AGRADECIMENTOS**

Em meio a tantas adversidades e incertezas que o mundo nos revela atualmente, concluir esta pequena etapa da minha vida é uma gratificação imensa e traz um sentimento de esperança e felicidade. Não caberia aqui espaço para nomes, apesar de que em meu coração todos sempre estarão presentes, mas gostaria de dedicar cordial agradecimento às pessoas que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram, seja em minha graduação e/ou na construção deste trabalho de conclusão de curso: meus colegas de sala, meus professores, meus colegas e orientadoras de estágio, aos professores que participaram na orientação deste trabalho de conclusão de curso, à equipe e participantes do Mineração do outro, meus amigos, meus familiares, meus pais, meus irmãos, e é claro, a Deus.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso parte de debates que giram em torno do fenômeno da fome e apresenta inicialmente uma análise da mesma em suas determinações físicas, biológicas, humanas e também de seu caráter ontológico. Em seguida, ele mostra que a partir dos processos evolutivos em que se explicitam a sociedade, e principalmente a partir do desenvolvimento do capitalismo, essa fome, que antes tinha como característica principal suas fundamentações biológicas, será perpassada por determinações sociais, pois sua satisfação agora está inserida nas relações capitalistas de produção, uma ordem social, política e econômica carregada de contradições onde o acúmulo desenfreado de riqueza gera o acúmulo de misérias, e dentre elas a fome. Mostra também determinações do capitalismo em nossa realidade, o capitalismo dependente, que por suas determinações gera um agravamento das desigualdades sociais. Por fim, a última parte deste trabalho adentra nas respostas político-institucionais ao fenômeno da fome no Brasil, em especial às suas duas últimas décadas, analisando seu formato através da apreciação de documentos construídos a partir da categoria Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e pela observação das expressões da fome no país via dados de instituições de pesquisa brasileiras, apresentando e discutindo os limites e possibilidades de concretização da Segurança Alimentar e Nutricional (como a contraposição à fome) no Brasil, por estes meios. Desta forma, este trabalho tem dentre seus objetivos a realização de uma investigação a respeito da fome e as imbricadas categorias e determinações envolvidas em seu âmbito; sendo então suas determinações biológicas, ontológicas, ou suas especificidades nas sociedades capitalistas, e em especial nas sociedades de capitalismo dependente, tendo também levantamentos sobre as especificidades de seu tratamento e de suas expressões em âmbito político-institucional no Brasil pós anos 2000, visando responder quais as determinações e as respostas político-institucionais construídas dentro deste Estado brasileiro contemporâneo.

**Palavras-chave:** Fome, Ontologia, Capitalismo Dependente, Segurança Alimentar e Nutricional, Serviço Social.

## RESUMEN

El presente trabajo de conclusión del curso parte de debates que giran en torno al fenómeno del hambre y presenta inicialmente un análisis del mismo en sus determinaciones físicas, biológicas, humanas y también de su carácter ontológico. Luego, muestra que a partir de los procesos evolutivos en los que se explicita la sociedad, y principalmente desde el desarrollo del capitalismo, esta hambre, que antes tenía como característica principal sus fundamentos biológicos, estará impregnada de determinaciones sociales, pues su satisfacción ahora lo es. Se inserta en las relaciones de producción capitalistas, un orden social, político y económico lleno de contradicciones donde la acumulación desenfrenada de riqueza genera la acumulación de miserias, incluida el hambre. También muestra determinaciones del capitalismo en nuestra realidad, el capitalismo dependiente, que por sus determinaciones genera un agravamiento de las desigualdades sociales. Finalmente, la última parte de este trabajo es parte de las respuestas político-institucionales al fenómeno del hambre en Brasil, especialmente en sus dos últimas décadas, analizando su formato a través de la evaluación de documentos construidos a partir de la categoría Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN), y observando las manifestaciones del hambre en el país a través de datos de instituciones de investigación brasileñas, presentando y discutiendo los límites y posibilidades de lograr la Seguridad Alimentaria y Nutricional (como la oposición al hambre) en Brasil, por estos medios. De esta manera, este trabajo tiene entre sus objetivos la realización de una investigación sobre el hambre y las categorías y determinaciones superpuestas involucradas en su alcance; luego, sus determinaciones biológicas, ontológicas, o sus especificidades en las sociedades capitalistas, y especialmente en las sociedades capitalistas dependientes, examinando también las especificidades de su tratamiento y sus expresiones en el ámbito político-institucional en Brasil después de la década del 2000, para responder a lo que son las determinaciones y las respuestas político-institucionales construidas dentro de este Estado brasileño contemporáneo.

**Palabras clave:** Hambre, Ontología, Capitalismo Dependiente, Seguridad Alimentaria y Nutricional, Trabajo Social.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação de Segurança Alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio - Brasil - período 2017-2018.....	88
Gráfico 2 - Evolução da prevalência de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares - Brasil - 2004/2018.....	89
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos moradores em domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar existente no domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - período 2017-2018.....	90
Tabela 1 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo o tipo de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2017-2018.....	91
Gráfico 4 - Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil – 2018.....	93

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ART – Artigo.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

CNSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

DIESSE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DHAA - Direito humano à Alimentação adequada.

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

IA - Insegurança Alimentar.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e nutricional.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares.

PPC - Paridade de Poder de Compra.

SA - Segurança Alimentar.

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional.

SISAN - Sistema nacional de Segurança Alimentar e nutricional.

SISPLANSAN - Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>AS IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS DA FOME ENQUANTO UMA CARÊNCIA DE CUNHO BIOLÓGICO E HUMANO .....</b>	<b>16</b>
2.1	Fome: Carência Biológica e Humana – A Fome por Josué De Castro.....	16
2.2	As Determinações da Fome Sob o Desenvolvimento Ontológico do Ser Social .....	33
<b>3</b>	<b>AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA FOME ENQUANTO UMA CARÊNCIA DESENVOLVIDA SOCIALMENTE PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA ..</b> <b>.....</b>	<b>45</b>
3.1	Historicidade e Determinações Principais do Modo de Produção Capitalista (o Desenvolvimento das Carências).....	45
3.1.1	Produção e Acumulação Capitalista, Desprodução da Vida e Acumulação de Miséria.....	56
3.2	Capitalismo Dependente, Formas de Dominação Externa e Superexploração da Força de Trabalho na América Latina .....	62
<b>4</b>	<b>O FORMATO DAS RESPOSTAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS AO PROBLEMA DA FOME NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL .....</b>	<b>75</b>
4.1	O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e o Plano Nacional De Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).....	75
4.1.1	O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.....	77
4.1.2	A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN.....	79
4.1.3	O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN .....	82
4.2	Expressões Empíricas da Fome no Brasil: A Quantificação da Insegurança Alimentar.....	86
4.2.1	Expressões Empíricas das Condições de Vida da População Brasileira: Indicadores Sociais.....	92
4.2.1.1	Condições de Vida da População Brasileira e o Estado Pandêmico Atual .....	94

4.3	Sobre os Limites das Respostas Político-Institucionais ao Problema da Fome na Realidade Brasileira.....	95
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
	<b>ANEXO A.....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXO B .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa e escolha de tão específico tema, para além de todo processo de estudos e inquietações adquiridas durante o processo de formação e pelas disciplinas realizadas no curso de Serviço Social, partiu da experiência acadêmica da extensão vivenciada pela autora, onde com o programa de extensão Mineração do Outro<sup>1</sup>, tendo como uma de suas ações o projeto Cine Faísca, desenvolveu em 2019 a Mostra Sílvio Tandler de Cinema, que exibiu no dia 24/04/2019 no Cine Teatro de Mariana o documentário: Josué de Castro - Cidadão do mundo (*vide* anexo 2), obra do cineasta Sílvio Tandler<sup>2</sup>:

O filme retrata a vida e a obra do médico pernambucano Josué de Castro, intelectual engajado em um dos maiores e eternos problemas da humanidade: a fome. Autor de vários livros que discutem a fome como uma questão política, Josué representou o Brasil em vários órgãos internacionais, como a FAO, mas acabou sendo exilado pela ditadura militar (CALIBAN, 2016).

Foram então as discussões desencadeadas a partir da exibição e debate do citado documentário que levaram a reflexões que culminaram no tema que aqui se apresenta.

Dividida em 3 partes, a pesquisa tem caráter *exploratório*, ou seja, “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p. 41), pois considera um estudo abrangente da fome sob diversos aspectos, tendo nas partes 1 e 2 a caracterização de uma pesquisa de tipo *bibliográfica*: “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), pois tem por base as elaborações bibliográficas de diversos autores referentes ao tema. Na parte 3, além de uma pesquisa bibliográfica tendo textos, livros e artigos em suas

---

<sup>1</sup> O Mineração do Outro é um Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, vinculado ao CNPq e à Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, caracterizado como um núcleo de cultura e crítica social que tem por objetivo contribuir com a lavra da maior riqueza de Minas Gerais: o próprio povo mineiro. Suas ações compõem projetos ligados à arte, cinema, poesia e cultura. Mais informações sobre o Mineração do Outro podem ser acessadas em: <https://www.facebook.com/MineracaoDoOutro>; <https://proex.ufop.br/programas/mineracao-do-outro-programa-de-cultura-e-critica-social-1>; [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8804020568031111](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8804020568031111).

<sup>2</sup> Silvio Tandler, importante cineasta Brasileiro, “produziu e dirigiu mais de 70 filmes entre curtas, médias e longas-metragens em formato documental, além de 12 séries. Possui as três maiores bilheterias do documentário brasileiro (“Os anos JK – Uma trajetória política”, “O Mundo Mágico dos Trapalhões” e “Jango”) e mais de sessenta prêmios, dentre eles seis Margaridas de Prata – C.N.B.B e o Prêmio Salvador Allende no Festival de Trieste, Itália, pelo conjunto da obra” (CALIBAN, 2016)

referências, também utilizou-se de uma pesquisa *documental*: “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45), baseada no estudo de legislações, dados e informações estatísticas.

Partindo também da tradição Marxista e de sua importância enquanto disposição de caminhos metodológicos de pesquisa, busca-se também trazer essa referência metodológica de partir do fenômeno para chegar a sua essência. Assim, partir do fenômeno da fome e buscar suas determinações, recorrendo então à sua historicidade, sua gênese e suas múltiplas determinações, de encontro a uma perspectiva de totalidade que, como tal, irá aparecer também em âmbito da superfície da vida, no cotidiano do povo brasileiro, latino-americano, e do povo enquanto classe trabalhadora inserida em meio às configurações do modo de produção capitalista. Ou seja, partir de sua gênese, apreender também suas múltiplas determinações, e pelo movimento destas determinações em uma perspectiva de totalidade, apreender o real.

No primeiro momento da primeira parte, a ideia é buscar entender as determinações da fome enfatizando sua dimensão biológica e natural, apontando fatores físicos, climáticos e de elementos da natureza (como o sol, a chuva, o solo e o clima), na sua interação com a flora e fauna das diferentes regiões do Brasil, e a dinâmica nutricional e alimentar desenvolvida nesse meio, além também de abordagens sobre condições de renda e desigualdades regionais, colonização e formas de exploração, e doenças relacionadas à má alimentação. A base para este estudo será o autor Josué de Castro.

No segundo momento, ainda sob uma perspectiva da fome imbricada às necessidades físicas do homem, considerando, mais precisamente, as relações de prioridade ontológica da natureza inorgânica e orgânica, buscaremos analisar as determinações ontológicas da fome como uma necessidade humana irrevogável, bem como as formas específicas como o ser social se desenvolve, onde a partir disso a fome e sua satisfação vão se tornando cada vez mais sociais. Nessas elaborações, toma-se por referência principal György Lukács e suas teses sobre a ontologia do ser social, e são consideradas também contribuições de pesquisadores e intérpretes de sua obra (NETTO e BRAZ, 2006 ; SILVA, 2018).

A segunda parte também se divide em dois momentos. Primeiramente pretendeu-se realizar uma análise da historicidade e determinações principais do modo de produção capitalista, analisando este modo de produção desde seus primórdios até às configurações mais gerais do mesmo, além dos processos evolutivos que o antecedem, para então desvendar as suas determinações principais que se baseiam na busca por lucro, onde a ganância que

precede este modo de produção vai desenvolver mazelas sociais de grandes proporções, como é o caso da fome que agora tem sua satisfação inserida nas relações capitalistas de produção, ou seja, não serão efetivamente atendidas. Os autores utilizados neste capítulo serão José Paulo Netto e Marcelo Braz e Karl Marx.

No segundo momento, o objetivo é adentrar a questão do capitalismo para a nossa realidade, onde sua configuração é a do capitalismo dependente adquirindo certas particularidades, explicita estão os processos de formação e configurações gerais do capitalismo dependente, o objetivo final destes apontamentos é mostrar que nos países de capitalismo dependente as mazelas sociais são agravadas principalmente pela população vivenciar diferentes formas de superexploração, e por ser uma economia que desde seus primórdios não tinha como interesse atender as necessidades de seus trabalhadores, mas atender a interesses externos, e sua população fica então ainda mais dificultada de acessar as condições mínimas para sua sobrevivência. A base bibliográfica para esta parte da pesquisa serão os autores Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.

Em sua última parte trata do formato das respostas político-institucionais ao problema da fome nas duas últimas décadas no Brasil (dos anos 2000 até 2021 aproximadamente), para isso utiliza de documentos que levam em conta a categoria Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que vem orientando tanto em âmbito internacional quanto nacional as pesquisas, políticas, leis, regulamentações e legislações a respeito da fome.

Três Documentos serão utilizados: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Lei Nº11.346 de 15 de setembro de 2006 (SISAN) , a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 (PNSAN) e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), apresentando suas principais disposições. Também é feita uma apresentação de dados empíricos sobre a fome no Brasil a partir de dados quantitativos, assim como das condições de vida da população brasileira, com breve recorte para a situação atual no país com a pandemia da Covid-19. A análise dessas informações mostra a imensa desigualdade social em que vive a população brasileira, que se reflete na agudização das expressões da fome tidas como Insegurança Alimentar (IA), e também como tal questão não vem sendo atendida afetivamente mesmo em meio a períodos de avanços ou retrocessos políticos no país, pois a verdadeira causa dos problemas não é alcançada.

Desta forma, todo esse processo da produção até aqui pretendida também possui objetivos em suas determinações que requerem apontamentos. Para explicação dos mesmos cabe a observação de outro fato ocorrido no país no ano que se passou, onde no dia 19 de

julho de 2019, o atual presidente do Brasil, durante uma entrevista, ao ser questionado por jornalistas de agências internacionais sobre o que o governo brasileiro estava fazendo para conter o avanço da fome e da pobreza no Brasil afirmou que:

O Brasil é um país rico para praticamente qualquer plantio. Fora que *passar fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem, aí eu concordo. Agora, passar fome, não. Você não vê gente, mesmo pobre, pelas ruas, com físico esquelético, como a gente vê em alguns outros países pelo mundo* (BOLSONARO, 2019, *apud* CERIONI, 2019. grifos nossos).

Considerando isso, também se encaixa nos objetivos da pesquisa demonstrar que a fome além de ser sim uma questão presente e marcante no país, ela tem seus fundamentos nas contradições do modo de produção capitalista e configurações ainda mais agravadas nos países de capitalismo dependente (como o Brasil), situação esta que pode ser exemplificada a partir dos dados e informações captadas durante esta pesquisa, assim como a demonstração de como são limitadas as respostas político-institucionais construídas em meio à lógica da sociedade capitalista.

Tendo então por tema central o fenômeno da fome, os objetivos desta pesquisa serão realizar uma investigação sobre a fome de modo a compreender e refletir sobre suas manifestações no que diz respeito a suas determinações biológicas, humanas, sociais, e ontológicas e trazer construções e problematizações a respeito de suas especificidades quando tomada a partir de uma análise do modo de produção capitalista, assim como das implicações na conformação do capitalismo dependente. Também constituem os objetivos da pesquisa levantar questões acerca da visão da fome dentro das respostas político-institucionais no Brasil a partir do século XXI, e assim apreender as especificidades desse fenômeno a partir de sua construção tanto em âmbito biológico quanto da especificidade da constituição social do ser humano. Além disso, busca-se, por fim, adentrar em questões específicas de suas implicações na sociedade atual, assim como na realidade da sociedade brasileira. De forma geral, procura-se entender, como questão a ser respondida nesta pesquisa: quais as determinações e as respostas político-institucionais (via Estado) que têm sido dadas ao fenômeno da fome na sociedade brasileira contemporânea? E para responder tais questões, os caminhos em que se seguem esta pesquisa tenderão por trazer uma análise das determinações essenciais da fome, trazendo de forma crítica tanto tais determinações quanto as demais nuances que perpassam esta pesquisa.



## 2 AS IMPLICAÇÕES ONTOLÓGICAS DA FOME ENQUANTO UMA CARÊNCIA DE CUNHO BIOLÓGICO E HUMANO

*"Agitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no frigorífico, ganhei uns ossos.*

*Já serve.*

*Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar.*

*Comecei a desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. [...]*

*... Vi uma senhora reclamar que ganhou só ossos no Frigorífico e que os ossos estavam limpos.*

*— E eu gosto tanto de carne.*

*Fiquei nervosa ouvindo a mulher lamentar-se porque é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer. Pelo que observo, Deus é o rei dos sábios. Ele pois os homens e os animais no mundo. Mas os animais quem lhes alimenta é a Natureza porque se os animais fossem alimentados igual aos homens, havia de sofrer muito".*

*(Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo, 1963, P. 55).*

### 2.1 Fome: Carência Biológica e Humana – A Fome por Josué De Castro

Para dar então início às elaborações referentes à fome, um grande autor e estudioso do tema será utilizado: Josué Apolônio de Castro<sup>3</sup>, que tem em suas linhas de estudo a preocupação em estudar as misérias da fome tanto do Brasil quanto do mundo. Uma das suas principais obras, publicada pela primeira vez em 1946, é o livro Geografia da Fome, no qual se debruçará a seguinte pesquisa. Nesta obra o autor faz um mapeamento das regiões do Brasil em meados do século XX, e aponta como a fome é observada em cada uma de suas regiões. Com isso, dentro de sua análise, é possível observar a fome numa perspectiva de relação do homem com o meio natural orgânico e inorgânico, como um problema humano, mas também biológico; algo físico e natural e que traz repercussões nas condições de vida das pessoas, sua alimentação, nutrição e saúde.

---

<sup>3</sup> “Josué Apolônio de Castro, médico e escritor Brasileiro que fez do combate contra a fome sua principal bandeira de luta e pesquisa. Autor de obras como: Alimentação e raça (1936); A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana (1937); Geopolítica da Fome (1951); O livro negro da fome (1960); Homens e caranguejos (1967); A explosão demográfica e a fome no mundo (1968), dentre outras. Suas lutas contra a fome e pela reforma agrária no país não eram de agrado dos governantes, principalmente durante o período da ditadura militar, onde teve seus direitos políticos cassados, e foi exilado do país, e só conseguiu retornar ao Brasil após sua morte em 1973, onde foi enterrado no Rio de Janeiro” (GASPAR, 2009).

Tendo por base pesquisas realizadas em diferentes regiões sobre as condições de nutrição dos povos, Castro (1984), evidencia que àquela época dois terços da humanidade viviam em estado de fome, e demarca como fator principal desencadeador disto a gigantesca controvérsia entre a existência de milhares de pessoas morrendo de fome pelo mundo e a capacidade produtiva mundial que seria capaz de erradicar a fome, algo que não era (e ainda não é) parte dos interesses da economia mundial.

Então, em sua obra, Castro (1984) faz uma análise dos fenômenos naturais, passando também por questões culturais que permeiam o problema da fome, e a isso também se liga a análise que ele faz da fome como um problema humano de princípios biológicos. Essa análise não se fará a partir da fome individual, fisiológica ou de seu “aspecto subjetivo de sensação interna”, mas sim a “fome coletiva” das grandes massas humanas:

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, *grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias* (CASTRO, 1984, P. 26, grifos nossos).

Nesta obra, Castro (1984) analisará a fome no Brasil (na primeira metade do século XX), o fator biológico da fome, e a partir disso, a forma com que foi transformada a nossa cultura e civilização. Sobre o fator biológico, o autor esclarece que:

Essa valorização dos fatores de categoria biológica, não quer dizer que desprezemos a importância dos fatores de natureza cultural, fatores da categoria do latifundismo agrário-feudal que tanto deformou o desenvolvimento da sociedade brasileira. Isto é inegável. O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante (CASTRO, 1984, p. 29).

Pois assim, o autor consta que as forças econômicas e culturais também serão sentidas por mecanismos biológicos, mas o autor ressalta que não pretende falar que há uma primazia do fator biológico sobre o cultural ou vice-versa, mas incorporar os elementos biológicos na análise sociológica da cultura do país.

Ao senso comum, a fome coletiva normalmente é ligada, por exemplo, a países do extremo oriente e de grande contingente populacional como a Ásia, China e Índia. Outra visão comum ligada à fome coletiva, são as guerras mundiais e devastações em massa como as causadas pelo nazismo. Porém, Castro (1984) observa a fome como algo geográfico e universal, que atinge países ricos e pobres, tanto em sua conjuntura econômica quanto de

recursos, de proporções muitas vezes menores, mas persistentes. Ao exemplo da América Latina, grande continente populacional era (e ainda é) atingido por estados de fome e subnutrição, assim ele diz que:

A pouca gente que habita continentes distantes poderia ocorrer a idéia de que a América, com suas enormes reservas naturais, na maior parte inexploradas, com tanta terra à disposição de tão pouca gente e com uma larga faixa do território ocupada pelo povo mais industrioso e ativo do mundo — os americanos do norte — não dispõe do mínimo indispensável de alimentos para satisfazer as necessidades de cada um dos seus 350 milhões de habitantes (CASTRO, 1984, p. 48).

Neste estudo realizado pelo autor em meados do século XX, as misérias da fome no continente atingiam situação alarmante, com mais de 2/3 da população em situação de fome, diversas carências alimentares, proteicas, minerais, e vitamínicas atingindo mais de 120 milhões de pessoas, e as tornando propensa a doenças. Sobre o Brasil, o autor aponta que a variedade de clima e vegetação seria propícia para a uma boa alimentação e nutrição de sua população, mas a estrutura econômica do país não foi favorável, e a isso também se ligam os diferentes recursos naturais e as questões culturais na formação societária do país, que influenciaram nossa alimentação. Nessa diferenciação dos recursos e características humanas, o autor divide a análise em 5 regiões “1) Área da Amazônia; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; 5) Área do Extremo Sul.” (CASTRO, 1984, p. 50).

Pela demarcação feita pelo autor, são áreas de fome aquelas em que pelo menos metade da população apresenta as carências de nutrição, de forma permanente ou transitória em sua expressão numérica, e nessa análise serão as áreas da Amazônia, Mata e Sertão Nordestino. Nas demais regiões, as carências alimentares se caracterizariam como de subnutrição. Assim, pretendo analisar na perspectiva já elucidada, algumas dessas regiões, a fim de explanar esta perspectiva de análise do autor e a forma como ele aborda a questão.

A área da Amazônia, primeira região que Castro (1984) se propõe a analisar, uma gigantesca área de revestimento florestal e maior floresta equatorial do mundo, e sobre este dado, o autor contrapõe à população da região onde afirma ser desproporcional ao tamanho e extensão dela, o que ele chama de tragédia geográfica da região<sup>4</sup>, por ser uma população que vive muitas vezes isolada em pequenos agrupamentos.

---

<sup>4</sup> Esta característica regional que o autor chama de “tragédia geográfica”, também pode ser analisada por outro lado, como algo vindo dos primórdios do povoamento da região, das tribos indígenas que lá habitavam antes mesmo da colonização, uma característica histórica, que tem rebatimentos sobre essa população até os dias atuais.

Também considera na análise, as forças da natureza, e os obstáculos da falta de recursos técnicos em que vivia essa população, e necessitando para isso da formação de núcleos demográficos, uma força colonizadora que pudesse atuar: “alterando a paisagem natural, modelando e polindo as suas mais duras arestas, amaciando os seus rigores excessivos a serviço das necessidades biológicas e sociais do elemento humano” (CASTRO, 1984, P. 54). Ou seja, dominar o meio ambiente e criar um sistema de economia produtiva, ao contrário do que ele chama de “economia destrutiva”, que é o que as populações ancestrais da Amazônia faziam segundo o autor, vivendo dos produtos que coletam da terra, da caça, da pesca, do Látex, etc.<sup>5</sup>

Desde a época da colonização a região era usada como ponto de coleta de plantas, temperos medicinais e outras especiarias que lá eram encontradas, iniciando este ciclo de exploração do local, condicionando a economia Amazônica à exploração de seus recursos naturais. Em algumas poucas áreas também cultivavam outros produtos de alimentação como a mandioca, milho, arroz e feijão, plantações pequenas, e feitas a partir do processo de queimada da floresta, em solo mal preparado, segundo o autor. Castro (1984) liga isso a algo que foi herdado dos índios, do costume das derrubadas e queimadas. Também aponta que ao passar dos anos, em locais mais populosos eram realizados trabalhos mais elaborados na área da horticultura e avicultura.

Adentrado na alimentação, Castro (1984) explica a constituição alimentar do povo neste local naquele período, como sendo uma alimentação parca em seus recursos, de predomínio da influência indígena, da cultura Portuguesa e negra. O alimento básico sendo a farinha de mandioca, preparada em processos que geram riqueza de polvilho, que lhe dá maior valor calórico, e também a outros produtos como da fauna aquática e dos frutos e sementes da região, os afastando de uma monotonia alimentar que poderia ser adoecedora.

A vasta área de plantas da floresta restringe a vida animal no solo às formigas, insetos, cobras, e macacos, com pouca possibilidade de caça para alimentação, por isso a pesca era a opção mais utilizada. A densa floresta também dificulta a criação de gado, a pouca iluminação que passa pelas árvores caracteristicamente altas não é suficiente para crescimento de vegetação rasteira para que o gado possa pastar, e o clima úmido gera maior quantidade de

---

<sup>5</sup> Estas observações também podem ser analisadas sob os aspectos culturais da região, onde essa característica de serem coletores foi a forma que historicamente se desenvolveram ao se adaptar no saciamento de suas necessidades em interação com a natureza, e desprezar/alterar as formas de vida das populações originárias não seria a melhor opção.

insetos que podem transmitir doenças para o gado. Outro obstáculo são as inundações constantes que ocorrem na região que, segundo o autor, sobre seus efeitos:

Obrigam os criadores a longas caminhadas com suas boiadas em busca dos campos mais altos ou à imobilização do gado em grandes jirais — as marombas — que ficam flutuando como verdadeiras arcas de Noé, com bois, carneiros, porcos e galinhas, nos extensos alagados em que a ilha se transforma (CASTRO, 1984, P. 59).

Além da deficiente população de rebanho no local, as existentes eram concentradas em poucas mãos, o que aliado à falta de transporte comprometia o abastecimento de carne e leite. “Estas limitações que a natureza impõe à pecuária, a falta de transporte entre zonas de criação e o resto da região amazônica, não facilitam o seu abastecimento nem de carne nem de leite.” (CASTRO, 1984, P. 60). A carne e o leite são, de acordo com o autor, precários na alimentação na região do Amazonas, quase que inexistentes, normalmente carne seca ou salgada, já o leite encontra-se presente somente em poucas cidades, em pequenas quantidades.

Além dos alimentos já citados, a pimenta também era muito presente. À época pesquisada, eram consumidas poucas verduras e legumes, pois é difícil o cultivo de hortaliças na região e a importação também era dificultada pelos recursos econômicos e de transporte disponíveis na região. Nas frutas, o açaí e a banana estavam mais presentes, pois as demais frutas eram mais escassas devido ao excesso de água que dificulta o amadurecimento delas e a concentração de sabor, e o pouco acesso à luz solar que traz poucas vitaminas para as frutas. Uma exceção pode ser apresentada nas palmáceas e castanheiras:

Sem esquecer os caracteres de ordem genética, encontra-se uma explicação para o fato de que nessa região de frutas pobres, apresentem-se as palmáceas e a castanheira com tal riqueza nutritiva: por frutificarem essas plantas sob a influência da insolação direta; as palmeiras, vegetando em certas várzeas pantanosas ou dominando as mais ciliares; a castanheira conseguindo, por seu gigantesco porte, furar a cúpula de vegetação da floresta e receber no alto a incidência direta dos raios solares. Deve-se, portanto, aos milagres da fotossíntese a magnífica concentração nutritiva desses frutos de existência excepcional numa região típica equatorial. (CASTRO, 1984, P.63)

Assim, a análise biológica e química feita pelo autor mostra que a dieta nutricional da região era muito deficiente em meados do século XX, seja vindo da extrema pobreza do local, ausência de alguns alimentos, ou da quantidade de alimentos que são consumidos: “O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadoras de hábitos diferentes” (CASTRO, 1984, P. 63). Apesar disso, aponta que o apetite dessa população é saciado mais facilmente, o que ele chama de “estado de anorexia crônica” que vem da falta de certas vitaminas e aminoácidos, e assim vão

perdendo seu instinto alimentar e seu apetite. Segundo Castro (1984) o regime alimentar na Amazônia apresentava um déficit de consumo calórico extremo<sup>6</sup>. Em uma análise regional, ele mostra que o metabolismo dessa população se fazia mais baixo por consequência do clima na região, sendo este, quente e úmido: “No excesso de temperatura e de umidade reinantes, o organismo não dispõe de outros meios para se desfazer do seu calor interno senão o de diminuir a sua formação, isto é, baixar o seu metabolismo” (CASTRO, 1984, p. 66). Assim, diminuindo seus ritmos e produtividade no dia-a-dia, sobreviviam metabolicamente contra os males que a fome poderiam lhes causar em outras circunstâncias. O organismo se adapta à falta dos alimentos como forma de sobrevivência.

Sobre a qualidade dessa alimentação, também se destacam as deficiências nutritivas, como as de proteínas, sais minerais e vitaminas. A maior delas, das proteínas animais, que tem como consequência a baixa estatura da população. A maioria das proteínas que consomem vem dos vegetais, e era precário o acesso da população a alimentos como carne, leite, queijo e ovos, onde a principal disponível era a da carne do peixe, e mesmo assim de forma insuficiente por não existir pesca organizada segundo ele, e a solução que ele apresenta para isso é que:

Seria necessário não só pescar em quantidade bem maior do que se faz atualmente, como industrializar o produto da pesca sob a forma de peixe seco, salgado ou desidratado para contar com essa alimentação o ano inteiro e não somente nas ocasiões propícias à pesca, como acontece por enquanto (CASTRO, 1984, P. 68).

Os sais minerais também são pouco presentes nos vegetais nativos, isso ocorre pela incidência das chuvas aliadas as altas temperaturas (calor e umidade), que decompõem a matéria orgânica dos solos, e com ela, escoando a riqueza mineral. Cálcio, ferro e cloreto de sódio são os principais exemplos. A “fome de ferro”, a anemia que vem dessa carência, onde um fenômeno comum da região vindo desse déficit mineral é a geofagia, o hábito de comer terra, onde o organismo buscará no solo aquilo que falta.

A anemia tropical não é, portanto, uma fatalidade climática; não é um produto direto do clima agindo sobre o organismo humano num determinismo inexorável. É, quando muito, um produto de sua ação indireta sobre o meio vivo — o clima agindo sobre a vida vegetal, limitando a produção de plantas que sejam fontes de ferro e sobre a vida animal, restringindo a criação do gado cuja carne seria fonte animal de ferro, e finalmente oferecendo condições propícias ao desenvolvimento dos vermes ou dos hematozoários que trabalham para intensificar a sintomatologia anêmica (CASTRO, 1984, P. 74).

---

<sup>6</sup> Considerando o marco apontado pelo autor de 3.000 calorias diárias necessárias, lá se varia de 1800 a 2000.

Do cloreto de sódio, sua carência é desencadeada pelo clima local, equatorial, que pelo calor gera um excesso de transpiração e consequente perda do sódio pelo suor, e somado a isso, a população da Amazônia também não tinha naquele período, o hábito de comer alimentos com sal, adquiridos da cultura indígena.

Acontece que o organismo, para manter a tensão osmótica de seus humores, havendo falta de sódio, lança mão do potássio, cujas taxas se apresentam sempre altas. Esta baixa de sódio e esta subida vicariante do potássio representam um grave desequilíbrio iônico, sendo uma das causas do esgotamento neuromuscular e da fadiga rápida nos climas tropicais (CASTRO, 1984, P. 77).

A carência de vitaminas A vem da falta de leite, manteiga, folhas verdes e gorduras animais na alimentação, e gera baixo crescimento, visão deficiente, manchas escuras na pele, e o engrossamento da mesma. As pimentas e ervas fermentadas afasta-os das carências completas de vitamina C. O sol, que é intenso e em alguns casos culmina até mesmo na insolação, produz vitamina D, que afasta o raquitismo. Porém, ainda se mantinha o estado de subnutrição, conduzindo a região a altos índices de mortalidade, principalmente na fase da infância, e doenças como a tuberculose. A falta de vitaminas geram carências significativas, as mais altas são do complexo B, pela falta de cereais integrais na alimentação. Um dos componentes é a vitamina B1: “Decorre de sua deficiência uma série de fenômenos gastrintestinais e nervosos: anorexias, palpitações, câibras, irritabilidade, perda de memória, insônia, etc.” (CASTRO, 1984, p. 86). O autor também aponta consequências no sistema nervoso como o beribéri<sup>7</sup>.

Tendo assolado a região com grande intensidade há anos, o mal se extinguiu quase que totalmente com as mudanças de natureza econômico-social que ali se processaram a partir do começo do século atual. Até então, a área amazônica constituía uma das zonas de mais devastadora atuação desta doença. Nos mapas nosográficos da famosa obra de Young J. Pettlang sobre doenças tropicais, publicada em 1889, figura a Amazônia, juntamente com a Índia, a China e o Japão, como uma das grandes áreas de beribéri no mundo (CASTRO, 1984, p.86).

Durante o ciclo da borracha que se iniciou em 1870, perdurando por 40 anos, a Amazônia era a principal produtora do látex, mas junto a isso, nesse período também se assolou uma epidemia de beribéri. Muitos imigrantes que foram para a região com o intuito de enriquecer, sofreram da doença que se espalhou logo em seguida: “Dai em diante ou vinham as inchações, as terríveis hidropisias, ficando os membros com a pele esticada e brilhante,

<sup>7</sup> Doença típica da carência da vitamina B1: “O beribéri é uma típica doença de carência, e foram mesmo os estudos experimentais visando a esclarecer sua etiologia que marcaram o ponto de partida das grandes descobertas no campo da vitaminologia. O beribéri típico, tanto em sua forma hidrópica, acompanhado de edemas e de graves fenômenos circulatórios, como em sua forma seca predominantemente parálitica.” (CASTRO, 1946, p. 86).

porejando linfa — pernas de cristal — ou murchava tudo, dissecando-se as massas musculares [...]” (CASTRO, 1984, p.87).

A partir desse *rush* da borracha toda população que se encontrava lá se concentrou na colheita do látex. A partir de então, diminuíram a pesca, largaram os rebanhos, e a agricultura, e as dificuldades de alimentação intensificaram suas deficiências, de modo que eles passaram então a consumir alimentos secos e conservas importadas, farinha, arroz, doces e bebidas alcoólicas, sem alimentos frescos, contribuindo para o surto do beribéri. Ao fim do monopólio de produção da borracha na Amazônia (pela concorrência vinda do extremo oriente), chega a crise, baixa dos preços dos produtos, falências, e colapso da economia local, assim como o fim o beribéri, e a população volta à sua antiga rotina da caça, pesca, colheita e agricultura.

Como solução aos problemas de alimentação na Amazônia, pode-se observar um caráter, poderia-se dizer, abstrato, insatisfatório, nas elaborações e proposições que o autor faz. Castro (1984) sugere a implementação de mudanças tanto econômicas quanto sociais, onde ele aponta a realização de uma “colonização adequada à região”, de forma a induzir as mudanças para uma alimentação suficiente e correta, e um povoamento racional, e colonizar o elemento humano à terra para este fim.

A conquista de qualquer tipo de terra pela colonização é sempre o resultado de uma luta lenta e tenaz entre o homem e os obstáculos do meio geográfico. Entre a força criadora do elemento humano e as resistências dos fatores naturais. Na paisagem virgem, o homem é sempre um intruso que só se pode manter pela força (CASTRO, 1984, P. 95).

Destaca nisso as lutas que deverão ser travadas, como contra a floresta densa e a água abundante que dominam a região, que vem impedindo a sobrevivência de outras vidas, como a humana. Assim reforça a necessidade de estratégias do elemento humano: “Seria preciso, antes de tudo, que ele concentrasse as suas forças. Que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta” (CASTRO, 1984, P. 96), o que ele aponta que não ocorreu, pois, o que houve foi um povoamento disperso, e sem que lutassem contra as questões já apontadas, de forma isolada pelos indivíduos. O autor traz também uma crítica à colonização portuguesa, e sua natureza privada, apontando, por outro lado, para certo tipo de colonização também como solução<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> “Deve ser posto em destaque que o ocorrido na Amazônia não foi mais que uma exaltação desse espírito de iniciativa privada que caracterizou toda a colonização portuguesa no Brasil, neste aspecto semelhante à espanhola no resto da América. Colonização, em sua dinâmica desordenada, tão diferente da de Roma, planejada, dirigida e realizada pelo Estado, em contraste com a aventura da América, que os povos ibéricos levaram a efeito através da “ação dispersa e desconcertada do povo, sempre desprovido da orientação eficaz de



Retornando à questão da alimentação, o autor destaca que o problema não estava só no abastecimento, estava na produção insuficiente, nas dificuldades de conservação, falta de transporte, e baixa capacidade aquisitiva da população, sendo preciso pensar nestes problemas para assim desenvolver outras estratégias. Sobre o aumento da produção, ele argumenta ser possível:

Com a organização de núcleos coloniais estabelecidos, consoante planos econômicos e técnicos bem elaborados, pela exploração racional da pesca em grande escala, pelo melhoramento das raças existentes na pecuária local, pela introdução de modernos e adaptados métodos agrônômicos de uso e conservação do solo, pela introdução da avicultura em bases de exploração doméstica, pelo aproveitamento dos frutos silvestres e industrialização caseira ou rural de frutas e hortaliças cultivadas, os recursos alimentares da Amazônia dariam de sobra tanto para suas atuais populações como para manter boas levas de imigrantes (CASTRO, 1984, P.100).

Mas é preciso considerar que condição de acesso a produtos industrializados teria uma população que ele mesmo descreve como de baixo poder aquisitivo.

Após a Amazônia, Castro (1984) vai analisar as áreas do Nordeste, primeiro o Nordeste açucareiro, depois o Sertão do Nordeste. Tanto a área da Amazônia quanto do nordeste açucareiro são apresentadas pelo autor como áreas de fome endêmica onde a população vive em um contexto de *subalimentação* e carências diversas, com rebatimentos históricos sobre estas condições de alimentação, afetando a saúde desses povos.

O Nordeste açucareiro, compreendido no litoral do nordeste, apresenta como peculiaridade, a incidência de uma paisagem natural geograficamente alterada pela ação humana, onde sua típica floresta tropical foi transformada em campos abertos, alterando seu solo, água, plantas, e clima durante sua colonização baseada na produção (exportação) da cana de açúcar. Na Amazônia a fome advinha preponderantemente da pobreza natural da floresta, porém no nordeste essas causas não são naturais, “as condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma

---

suas minorias dirigentes e quase abandonado pelo Estado”, atuando de uma maneira “pletórica de individualismo”, como destaca Claudio Sanchez Albornoz, em seu estudo *La Edad Media y la Empresa de América* (La Plata, 1934). Com este tipo de colonização, de tão acentuada marca medieval, formou-se a nossa estrutura social com esse caráter ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação, de que nos fala Oliveira Viana, esparramando-se o organismo social, ralo e superficial, por extensões que não podiam ser alcançadas pelo organismo político, sem capacidade de irradiação. Ficavam, assim, os colonos sustentados quase que exclusivamente por sua força e iniciativas próprias, com as suas conquistas defendidas muito menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada dos particulares. Se por toda a América Ibérica o privatismo campeou, no caso da conquista da Amazônia, por seu excessivo isolamento territorial, ele se extremou até os limites máximos do individualismo. Enquanto na exploração agrária do Nordeste açucareiro e no latifúndio pastoril das zonas de criação, a unidade colonizadora fora a família, segregada em seus núcleos territoriais, na Amazônia esta unidade ainda minguou mais, ficando reduzida ao indivíduo. Ao indivíduo perdido na floresta e quase sempre esmagado pela áspera hostilidade do meio” (CASTRO, 1984, P. 97). Desta forma pode ser visto nisso certa insuficiência ou acriticidade no posicionamento do autor sobre a colonização, até mesmo nas referências que ele pontua.

infinidade de produtos alimentares” (CASTRO, 1984, P. 106). O que ele fala é sobre a monocultura do plantio da cana-de-açúcar que destruiu a maior parte dos elementos vegetais e animais do local em tamanho desequilíbrio ecológico que alterou também sua paisagem natural, gerando com isso bloqueios para que se cultivem outros tipos de alimentos, degradando este recurso.

Não desconsiderando a importância da análise dessa região, e seus impactos referentes às formas em que se desenvolvem os problemas da fome no Brasil, o desenvolvimento que segue se dedica a considerar a outra região do Nordeste, diferente da configuração de uma fome endêmica como da Amazônia e do Nordeste açucareiro: o Sertão Nordestino. Nessa região, segundo o autor, a fome apresentada não é uma fome permanente e baseada em hábitos e costumes, e sim por “surto epidêmicos” que acompanham os períodos de seca, não como fomes parciais ou certo tipo de carência, de forma qualitativa e quantitativa, uma fome extrema que atinge toda a população. Castro (1984) separa dois períodos na vivência cotidiana da região que compõem sua característica alimentar, onde os impactos da natureza em períodos diferentes vão desenvolver carências e necessidades diferentes, os períodos normais e os de seca.

Na região o alimento básico, no período estudado pelo autor, era o milho, misturado a produtos regionais, onde nos períodos sem seca constituíam uma alimentação equilibrada, e ainda contribuía como reserva de energia para os períodos de seca.

Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à *fatalidade climática das secas*, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, *extinguindo as fontes naturais de vida*, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos. *Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados*, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada (CASTRO, 1984, P. 166-177. Grifos nossos).

Em relação ao clima, Castro (1984) explica que este acompanhava as secas convenientes ao seu estado semi-árido, com incidência de chuvas poucas e irregulares, acompanhado de altas temperaturas e baixa umidade do ar. Dentre estes o mais alarmante é a falta das chuvas, que deteriora a vida da população e arruína os solos pela erosão em uma terra dura e seca em sua maioria, contribuindo essencialmente para o mal da fome que assola a região.

Três tipos de vegetação foram apresentados sobre a composição da região àquela época. A vegetação de *agreste* que se localiza entre as áreas do nordeste semi-árido e sua área

úmida nos canaviais, com presença de água, pequenos rios, e vegetação com florestas espinhentas. A *caatinga*, de solo ríspido e seco, em que as vegetações de cactáceas são presença marcante, região árida, onde na época das secas os rios secam por completo. Por fim, o *alto sertão*, onde o clima é mais ameno, a vegetação é de savana, e são menos afetados pelas secas. Nessas observações a partir de Castro (1984), tem-se que a caatinga é a área onde se concentram as principais mazelas do sertão, uma região de maior aridez, uma vegetação agressiva adaptada ao clima seco, sendo as outras duas áreas mais atenuadas da caatinga.

Nos termos do autor, a flora de tipo xerófita se adapta à região, à falta de água, as árvores reduzem de tamanho, poucas folhas para diminuir a evaporação, os caules se tornam impermeabilizados, e as raízes longas (indo em busca da escassa água), dos quais são exemplos as cactáceas (como mandacarus, xique-xiques, etc.), muito utilizadas na alimentação tanto da população quanto dos animais no período das secas. Nos solos menos áridos nascem algumas espécies de leguminosas, juremas, bignomináceas, e anacardiáceas, e nas áreas úmidas espécies de grande porte como o Juazeiro e umbuzeiro. Quando chove, pastos naturais surgem nos solos, a babuagem, plantas pequenas e gramíneas de crescimento e expansão rápido, que sobrevivem aos longos períodos de seca. Nos locais mais altos, como as montanhas, Castro (1984) expõe que o solo é diferente e dá origem a outras espécies, árvores frutíferas e vegetação mais doces e verduras, pequenos espaços de grande importância para a vida econômica e social do local devido à dificuldade geral da região na produção de alimentos em seu solo, as frutas produzidas são poucas, e os frutos dos cactos consumidos mais na época das secas.

A fauna também não é satisfatória no atendimento às necessidades alimentares do local, os rios e açudes quase não possuem peixes devido à evaporação das águas causada pelo clima quente, e a falta de chuvas que descontrola os níveis de salinidade. Ainda em relação aos animais, o autor constata a presença apenas algumas aves de rapina como gaviões, caracará e outros animais como as raposas, e estes “disputam ao homem alguns dos recursos mais importantes da fauna comestível desta zona. Não só da selvagem, mas também da doméstica, das suas criações de galinhas, cabras e ovelhas” (CASTRO, 1984, P. 176).

O autor explica então que mesmo com essas condições precárias de alimentação e paisagem pouco atrativa, os primeiros “desbravadores” vieram pela fome de ouro e pedras preciosas, mas ao ver a inexistência de tais minas iniciaram na região processo de pecuária, criar os gados de Portugal e de Cabo Verde. O gado se adaptava bem pelo ar seco e saudável e a existência de gramíneas, constituindo grande mercado de bois na região gerando trabalho e alimentos para a população naquele período.

Outra influência na economia veio das atividades da mineração nos Estados centrais, porém esses campos de mineração eram em áreas onde os recursos alimentares eram escassos e viviam de importações de outras regiões, como dos bois também “produzidos” em outros locais, vendidos para eles a preços altos, os condicionando a viver com pouco.

Tal miséria alimentar, com preços tão exorbitantes dos alimentos na zona de mineração documenta mais uma vez as graves conseqüências a que foram arrastadas as coletividades brasileiras pelas diferentes formas de exploração econômica que sucessivamente foram estabelecidas no país, todas elas indiferentes ao amparo e ao desenvolvimento sistemático dos cultivos de subsistência (CASTRO, 1984, P. 178-179).

Abandonando a exclusividade da criação de gado, também se dedicavam um pouco ao plantio para sua alimentação, assim aponta-se em seus meios de vida o uso da agricultura e da criação de gado. Mas a agricultura era para seu próprio consumo, eles plantavam milho, feijão, mandioca, pequenas hortas de verdura, etc. Essas plantações eram chamadas pelos senhores de engenho de “roça de matuto”, que agregaram grande valor à alimentação do local diversificando sua alimentação.

Caracterizando os hábitos alimentares nessa região no período analisado pelo autor, destaca-se novamente a fundamentação do uso do milho, um alimento incompleto, com baixo teor de proteínas, ácidos aminados, sais minerais e vitaminas. Apesar de o milho ser a fonte principal de alimentação, é apenas uma base calórica, e não de fonte das necessidades nutricionais de seus habitantes, ele é muito consumido com leite, completando as carências que poderiam surgir desse alimento. Nas proteínas, consomem carne do boi, carneiro e cabrito, onde se alimentam de suas vísceras e partes mais perecíveis, e as demais frescas ou secas (como a carne de sol ou de vento), generalizando o uso da carne em toda a região. Compõe também a esta alimentação apresentada o feijão, farinha, batata-doce, inhame, rapadura e café. Fontes de proteína e de energia. Os déficits principais vêm da carência das frutas e verduras, quase inexistentes na flora nativa e de cultivo difícil devido às secas recorrentes.

Longe das secas, o autor relata que as falhas alimentares não se apresentavam como muito graves, um regime alimentar que atendia às necessidades enérgicas da população, as proteínas da carne, leite, queijo e manteiga dão um crescimento saudável, e resistência contra epidemias (como da tuberculose que ocorre em outras regiões). Não consumiam muito óleo ou açúcar, mesmo o baixo consumo de frutas não era problema nesses períodos. O sol complementa a necessidade de vitamina D, afastando o raquitismo da região. Também nos períodos afastados das secas não se apresentavam carências de vitamina C pela abundância de

leite de cabra, milho-verde, abóbora, etc. Assim, o escorbuto nas épocas ricas não se manifestava na região pela abundância de vitamina C.

Na época das chuvas, viviam em harmonia alimentar na abundância vitamínica e proteica. Já na época das secas degrada-se em fome o sertão, estragos que variam nas épocas de seca parcial, limitada a uma pequena área, grande seca de maior extensão, ou uma seca mais geral que atinge todo o sertão. As vezes sua ocorrência vem em determinados períodos do ano, mas também podem chegar a durar anos. A seca parcial pode durar entre 4 e 5 anos, a generalizada 10 ou 11, e a excepcional 50 anos. “Nestes sinistros períodos em que o clima se nega a regar com chuvas benfazejas o solo adusto da caatinga, toda a vida regional se vai exaurindo da superfície da terra” (CASTRO, 1984, P. 209).

Considerando as observações feitas pelo autor no período por ele analisado, nas secas ocorre um extenso despovoamento da região, os animais ou emigram, ou são dizimados pelas secas. Sem água, não há expectativa de vida para as plantações. Os fazendeiros alimentam o gado com ramas e cactos tratados para que durem um pouco mais antes de serem dizimados pela fome e pelas pestes. “As próprias reses esfomeadas procuram arrancar com os cascos e com as bocas sangrando os espinhos dos cactos aquosos que lhes mitiguem por um momento a fome e a sede” (CASTRO, 1984, p. 210). E assim, não possuindo reservas alimentares, a população se assola num estado de *subalimentação*, diminuindo a quantidade e variedade de seus alimentos, enquanto a seca ainda se inicia, consomem o que restou do milho, feijão e a farinha, e quando se esgota passam a se alimentar de raízes, sementes e frutos silvestres das plantas que resistem às secas e também alimentos que comumente não seriam próprios para a alimentação, os “alimentos brabos” como explica Castro (1984): raízes de umbuzeiro, pau-pedra, maniçoba, macambita, macunã, etc.

Embora com os conhecimentos incompletos que se têm dos alimentos brabos não seja possível determinar com rigor o valor nutritivo da dieta dos retirantes da seca, não resta nenhuma dúvida de que se trata de um regime extremamente carenciado, não sendo possível ao organismo manter-se por muito tempo com tal alimentação (CASTRO, 1984, P. 217).

Após esgotados até mesmo estes alimentos, passam a se retirar, um êxodo populacional devido à falta de água e de alimentos, os retirantes em caravana para fugir da fome gastando o que lhes resta de energia.

Sobre os efeitos da fome Castro (1984) relata que um dos maus mais aparente era apresentado pela perda de peso, onde: “a fome quantitativa se traduz de logo pela magreza aterradora, exibindo todos fâcies chupados, secos, mirrados, com os olhos embutidos dentro de órbitas fundas, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto-relevo por baixo

da pele adelgada e enegrecida” (CASTRO, 1984, P. 219). Além da perda de peso pela fome, as carências também se fazem sentir na saúde desse povo. Castro (1984) dá o exemplo das crianças onde estas carências afetam seu desenvolvimento por estarem em fase de crescimento, o nanismo alimentar que lhes segue ao resto da vida.

As oftalmias, doenças oculares trágicas aos períodos da fome, somada à baixa umidade e calor excessivo, conjuntivites e infecções oculares. As carências vitamínicas se somam ao excesso de poeira devido à seca, e mesmo após as secas, a cegueira permanece, onde Castro (1984) afirma um aumento do número de cegos que imploram a caridade pública. Afirma também que a má alimentação é a principal causa dessas doenças, com afecções de carências e criação de lesões, diminuindo a resistência e tornando o organismo mais propenso ao desenvolvimento de micróbios. “Tudo o que se pode concluir é que a miséria orgânica atingiu ao máximo. *A fome desagregando todas as fibras do organismo numa devastação impressionante*” (CASTRO, 1984, P. 226. grifos nossos).

Perdem sua resistência imunológica, os tornando propensos a doenças de diversos tipos. Nos processos de emigração, Castro (1984) os descreve como uma “marcha fúnebre em busca da morte”, por onde seguiam uma viagem sem condições de higiene, e precariedade em sua alimentação, onde mesmo os que chegavam ao seu destino, acabavam por contrair doenças infecciosas onde sem imunidade para lutar contra elas, acabavam por padecer. A fome também atua sobre a saúde mental, e a vida social, por onde para saciar esta necessidade vital se deixam levar pelos seus instintos. O autor também faz breve relato sobre os efeitos psíquicos da fome causada pela queda de glicose no sangue.

De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo das atividades que conduzam à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instinto mortificador da fome. Destes sentidos há um que se exalta ao extremo, alcançando uma acuidade sensorial incrível: é o sentido da visão. No faminto, enquanto tudo parece ir padecendo aos poucos em seu organismo, a visão cada vez mais se vai acendendo, vivificando-se espasmodicamente (CASTRO, 1984, P. 235).

Exemplifica então que após perdida sua consciência, se conflituavam dentro de si mesmos pelas suas necessidades, gerando casos de psicopatias reacionais ou de situação, gerando na região o que o autor caracteriza de “os bandidos e os santos”. O cangaceiro e o beato fanático<sup>9</sup>, como figuras populares que contribuem junto ao povo na luta contra a fome.

---

<sup>9</sup> Duas figuras destacadas pelo autor como frequentes nos períodos de seca e fome no nordeste. Ao cangaceiro, segue muitas vezes o instinto da fome sobre as barreiras materiais e morais. Ao beato, a vitória da moral, ao místico. Ambos lutando da forma que lhes apetece contra as calamidades da região, a fome e a seca. Por estes fatos observa-se as atuações da fome na desorganização da economia da região, e decorrente disso, aceitação ao

Difunde-se a ideia de que a fome no Nordeste só decorre do fator climático da região, porém o que falta a estas observações é considerar que nem todo o nordeste padece das irregularidades da seca, este é um fator agravante, mas suas causas são sociais. Sobre estas questões, Castro (1984) ressalta a produção, sendo desta forma mínima, impossibilitando reservas para serem usadas no período das secas, contando também a um baixo poder aquisitivo. Culpa ao subdesenvolvimento da região<sup>10</sup>:

Se a região do Nordeste não fosse uma área subdesenvolvida, de economia tão fraca e rudimentar, poderia resistir perfeitamente aos episódios das secas sem que sua vida econômica fosse ameaçada e as suas populações acossadas pela fome. Poderiam mesmo esses episódios funcionar como um fator de propulsão e de expansão de sua economia (CASTRO, 1984, P. 248).

Sobre estas observações, o autor menciona que os países subdesenvolvidos têm dificuldade em resistir a catástrofes, e que na questão da fome no Nordeste, a luta deve ser contra o subdesenvolvimento, e da monocultura e do latifundiário que acompanham a exploração do país.

Josué de Castro investiga também em suas pesquisas o Centro e o Sul, ele aponta a existência nessas regiões, na época analisada, de deficiências alimentares de forma menos evidente que nos outros locais, sendo estas áreas de subnutrição e não de fome, segundo ele, pela base em que está analisando. As carências dessa região vão ser parciais, incidindo em certos grupos e classes sociais. Mesmo sendo, segundo o autor, as áreas de melhor alimentação do país, ainda apresentam algumas carências em menor escala, mas a mais alarmante é a de proteínas entre as crianças pobres com incidência de certas carências proteicas. Para os propósitos do presente trabalho, a investigação que o autor faz destas regiões não será analisada mais de perto, visto que a análise das regiões até aqui realizada, é suficiente para apresentação da metodologia, do tipo de pesquisa e de resultados significativos que o autor alcança em seus estudos sobre a fome no Brasil, no período delimitado.

Nestes estudos aproximativos à obra Geografia da Fome, de Josué de Castro, não obstante, o autor faça referências a processos histórico-sociais e econômicos – tratados, ora insuficientemente, ora problematicamente – também foi possível observar uma série de referências a interações existentes na análise do autor entre o mundo orgânico e o mundo

---

beatismo e cangaceirismo, aceitam a adoração dessas figuras como aspiração à fuga da fome e da miséria. Também para eles o cangaceiro não é bandido, mas homem valente que alimenta os necessitados. E na religião, os jejuns são até mesmo incentivados como forma de adoração ao místico.

<sup>10</sup> Sobre esta observação, é fato a se pensar, as condições de subdesenvolvimento, onde o autor a tem como algo característico da região do Nordeste. Porém essa questão é mais ampla, é uma condição que afeta toda a América Latina, e a expansão da economia não é uma solução tão simples.

inorgânico – sol, clima, chuvas, vegetação, fauna etc. –, e como o elemento humano se põe diante disso. Nesse sentido, ousamos sugerir que o autor desenvolve suas pesquisas e abordagens dentro de uma determinada perspectiva ontológica das determinações da existência do ser, pensando e buscando situar a fome nessa relação com o meio natural e físico, quer dizer, em suas interações com o meio orgânico e inorgânico.

Ao longo desse primeiro movimento de pesquisa, alguns apontamentos de Castro (1984) puderam ser observados, na ligação do pensamento do autor com sua propensão de análise ontológica, como pela ligação que faz da fome como uma carência natural orgânica, como um instinto primário; essa propensão de uma abordagem de caráter ontológico, pode ser identificada, por exemplo, nas seguintes palavras do autor: "[...] realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das *ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio*” (CASTRO, 1984, p. 24. grifos nossos) . Também foi possível observar a preocupação do autor em assinalar várias determinações da fome, visto que o mesmo não despreza, por exemplo, as determinações econômicas e culturais da fome, embora, por um lado, suas elaborações a respeito, como já indicado, são insuficientes ou problemáticas, e, por outro lado, a sua ênfase recai sobre a dimensão natural-orgânica, físico-biológica da matéria. É o que se constata quando se considera que, para Castro (1984) as forças econômicas, culturais e suas implicações à vida humana serão sentidas biologicamente no caso da fome; essas interações entre vida orgânica e meio ambiente também são consideradas pelo autor na análise das diferenças territoriais em seu clima, solo, recursos e também a cultura e sua influência na alimentação.

Nas pesquisas do autor voltadas para a área amazônica, esta propensão de análise de caráter ontológico explicada acima pode ser identificada, entre outras, nas seguintes determinações:

- i. Na forma como a população, na *luta tenaz* entre o homem e os obstáculos do *meio geográfico* com a produção de seus gêneros alimentícios específicos, se afasta de sua *monotonia alimentar* ao misturar seu alimento base (o milho), a outros produtos da região, enfatizando uma das formas de relação do homem com a natureza;
- ii. Nas implicações do meio natural que limita a natureza à criação de gado onde a floresta densa e com árvores altas impede a passagem de iluminação para crescimento de vegetação rasteira que serviria de alimento para a criação de gado;
- iii. Nas formas de adaptação da população local ao meio, como quando buscam residir nos terrenos alagáveis na Amazônia, onde a terra é mais fértil e de maior variedade de recursos;



- iv. No excesso de chuvas que dificulta o amadurecimento das frutas e a concentração de seu sabor, e o pouco acesso ao sol que não as permite produzir vitaminas, e em contraposição, as palmáceas e as castanheiras extremamente nutritivas devido ao seu porte alto que conseguem alcançar os raios solares para realização da fotossíntese, sendo estas, formas de adaptação entre o meio inorgânico e o orgânico;
- v. Na diminuição do metabolismo da população como forma de sobrevivência onde: "No excesso de temperatura e de umidade reinantes, o organismo não dispõe de outros meios para se desfazer do seu calor interno senão o de diminuir a sua formação, isto é, baixar o seu metabolismo" (CASTRO, 1984, p. 66);
- vi. Na adaptação do organismo humano à carência de ferro através do hábito de comer terra, processo chamado de *Geofagia*;
- vii. E no sol que, gerando vitamina D, proporciona um recuo dos déficits graves dessa vitamina.

No sertão do Nordeste, a propensão de uma abordagem de caráter ontológico, recaindo principalmente na dinâmica natural orgânica também pode ser identificada:

- i. Nas diferentes determinações das carências alimentares nos períodos normais e nos períodos das secas, onde as implicações manifestadas pelo meio ambiente vão trazer tais diferenças afetando as formas de vida na região;
- ii. No consumo do milho com outros alimentos regionais lhes dando uma alimentação equilibrada, e gerando reservas calóricas para os períodos da seca, importante contribuição do ambiente local para a sobrevivência da população;
- iii. Na irregularidade de chuvas e no clima seco e quente que deteriora o solo impossibilitando um cultivo suficiente para a alimentação local;
- iv. Nas características das diferentes vegetações: o agreste, uma área mais úmida, com pequenos rios e florestas espinhentas. A Caatinga, solo seco, e vegetação de cactáceas. E o alto do sertão, de clima mais ameno, vegetação de savana, e menos afetado pela seca;
- v. Na adaptação das plantas da região (como as de tipo xerófita) que, para se adaptar a falta d'água reduzem de tamanho, reduzem suas folhas e suas raízes são mais longas para buscar água e evitar sua perda;
- vi. Na alimentação da população desta área geográfica, onde se observa a incidência de uma alimentação mais leve, e o clima semiárido e estilo de vida mais simples que a faz suficiente para seu gasto energético diários nos períodos afastados da seca;

vii. E nos cactos, um dos poucos tipos de vegetação que sobrevive às secas, que são então incluídos na alimentação local;

Assim, na consideração de todo um processo de metabolismo entre homem e natureza, do meio orgânico com o inorgânico, e dos fenômenos físicos e químicos, e das formas de adaptação ao meio, Castro (1984) trata do homem em relação com o planeta no desencadeamento dessa fome que é então humana.

Em um dos apontamentos de Castro (1984), ele afirma que: "Não defenderemos, pois, nenhuma primazia na interpretação da evolução social brasileira. Nem o primado do biológico sobre o cultural, nem o do cultural sobre o biológico" (CASTRO, 1984, P. 29). A pesquisa em curso também dialogará criticamente com este apontamento do autor. A ontologia do ser social, pressupõe essa base material da vida, em que as necessidades naturais biológicas têm prioridade ontológica nas determinações da existência. Antes de se fazer qualquer coisa, é preciso estar vivo, e para estar vivo, é preciso se alimentar. Essa análise também merece melhor aprofundamento, para além do que não foi possível obter a partir de Josué de Castro (1984), dados os limites já indicados do autor nas suas análises do "elemento humano". O que será feito, na sequência do presente estudo, com suporte nas teses de György Lukács, Karl Marx, bem como de alguns estudos desenvolvidos a partir destes autores clássicos, com o objetivo de enfatizar as mediações e categorias no processo de socialização da humanidade, e os elementos econômicos e sociais imbricados, para além das elaborações biológicas e humanas de Josué de Castro, que também tem sua importância; não obstante, são insuficientes.

## 2.2 As Determinações da Fome Sob o Desenvolvimento Ontológico do Ser Social

As considerações neste ponto do capítulo buscam adentrar ao objeto da ontologia<sup>11</sup>. Partindo então do entendimento de que há uma dimensão ontológica nas elaborações de Castro (1984) — sendo essas considerações são problemáticas e insuficientes — e considerando esta dimensão ontológica em uma perspectiva de ligação à dinâmica da natureza, a pesquisa que realizarei neste ponto pretende adentrar no objeto da fome em sua determinação ontológica, histórico-materialista e social; recuperando e enfatizando mediações e categorias dos processos da humanização, primordiais ao estudo da fome nessa estrutura específica do ser. Para então dar início à compreensão e ao estudo do ser em toda a sua

---

<sup>11</sup> Estudo do ser em seus fundamentos e categorias fundamentais

complexidade e determinações, adentraremos sobre o que poderia ser demarcado como início de tudo, a natureza.

*A natureza pode existir sem sociedade, mas a sociedade não pode existir sem natureza*, e este é o primeiro apontamento que abordo a respeito da ontologia. A natureza é parte essencial da existência da vida em todos os sentidos. A humanidade é natureza que se humanizou. Netto e Braz (2006), em consideração sobre a importância da natureza para a existência da sociedade, destacam que será a natureza transformada pelo trabalho que vai gerar as condições de vida para os homens, e que o desenvolvimento histórico da sociedade irá trazer diferentes determinações nas formas de interação do homem com essa natureza.

Como forma de compreensão da natureza em suas diferentes esferas, além da referida “natureza humanizada”, tornada social, Netto e Braz (2006) apontam que ela é composta por dois níveis: o da natureza inorgânica e o da natureza orgânica<sup>12</sup>. Mesmo que já em um determinado momento estes dois níveis se encontrem presentes na sociedade, nem sempre foi assim, pois pode-se observar pelos apontamentos dos autores que foi no decorrer de processos físicos e químicos que emergiu do ser inorgânico o ser orgânico, dado por um salto qualitativo, surgindo a partir disso uma nova estrutura complexa.

Mas a ontologia que buscamos entender é a ontologia não do ser inorgânico ou orgânico, mas do ser social. Nos apontamentos de Lukács (1978), para compreender a especificidade da ontologia do ser social, o autor considera relevante entender que este ser só surge e se desenvolve em base a um ser orgânico, com um novo “salto”.

[...] o processo de reprodução assume na natureza orgânica formas cada vez mais correspondentes à sua própria essência, torna-se cada vez mais nitidamente um ser *sui generis*, ainda que jamais possa ser eliminado o seu enraizamento nas bases ontológicas originárias (LUKÁCS, 1978, P. 4).

Esse novo ser passa a ter a capacidade de se reproduzir, e para isso deve estabelecer interações com a natureza inorgânica, interações estas que nas evoluções temporais ao longo dos séculos foram se desenvolvendo, diferenciando e se complexificando; tudo isso não veio de uma simples evolução biológica, mas de rupturas com o meio natural, ocorridas em um processo que levou milhares de anos desenvolvendo no mundo um novo tipo de ser, o ser social. Foi pelo trabalho que esse novo ser condiciona essa realização.

---

<sup>12</sup> Natureza inorgânica diz respeito a elementos que não se reproduzem como o sol, pedras, vento, etc., e natureza orgânica são os seres animais e vegetais que podem se reproduzir como animais e plantas.

A partir deste novo salto Netto e Braz (2006) destacam a realização de atividades teleologicamente orientadas<sup>13</sup> para a realização de ações de subsistência, gerando transformações nas formas de ser, e subsequentes novas relações que não existiam na natureza, o que corresponde a categoria denominada trabalho (que será melhor analisada mais à frente). Foi então pelo trabalho que surgiu o ser humano, o ser social: “*O trabalho é fundante do ser social*, precisamente porque é do ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (NETTO; BRAZ, 2006. p. 37. grifos nossos). Pelo trabalho os homens vão se distinguindo da natureza em sentido estrito, se autoproduzindo através dele, e se tornando seres sociais.

É só com base nessas investigações que estamos agora em condições de examinar o trabalho como base ontológica do ser social em seu lugar correto, no contexto da totalidade social, na inter-relação daqueles complexos de cujas ações e reações surge e se afirma o trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 118).

Netto e Braz (2006) apontam o trabalho como a base da atividade que tem como objetivo a satisfação de necessidades humanas — e posteriormente das necessidades sociais — pois é a partir do trabalho que se produziram os bens pela criação de valores que irão compor mais adiante a riqueza social humana. Para além de sua relevância econômica, o trabalho imbricado à sociabilidade, determina os modos de ser do homem, tendo então importância para compreensão do “fenômeno humano-social”.

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade — vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade — obtém-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (NETTO E BRAZ, 2006, p. 30).

Analisando a realização de atividades como forma de satisfação de necessidades entre espécies não humanas, Netto e Braz (2006) apontam estas como processos naturais e de determinações genéticas, no caso das interações dos animais com o meio ambiente para atender às suas necessidades de cunho biológico. Diferente disso está o trabalho humano que não é uma atividade realizada de forma imediata na interação com a matéria, pois necessita de instrumentos para sua realização; não segue a determinações genéticas, pois requer certo aprendizado; e por último, suas necessidades e as suas formas de satisfação variam constantemente, impactando o modo com que se dará o trabalho para atingir determinados fins. Sendo assim o trabalho realizado pelo ser social, não é determinado pela natureza, pois

---

<sup>13</sup> Atividades que antes de sua realização já haviam sido pensadas, prefiguradas idealmente pelo sujeito no plano subjetivo, algo específico do homem.

se configura como algo novo, e é essencialmente uma atividade humana, algo exclusivo do homem advindo da sua capacidade de antecipar as ações que deseja realizar, e idealizar os resultados que quer obter, onde transforma a matéria e realiza seus objetivos, ou seja, é uma atividade que possui um fim.

Ainda sobre isso, Netto e Braz (2006) diferenciam o trabalho das demais atividades naturais, pois ele se constitui como uma relação mediada entre o homem e o objeto (natureza orgânica e inorgânica), e entre ambos sempre terá um instrumento para mediar esta relação. Criados pelos próprios homens, os instrumentos de trabalho trazem outras questões à tona, as finalidades e as escolhas. Para efetivar a ação do trabalho pelo sujeito, “sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, [...] a atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 32). Ou seja, o trabalho tem como uma de suas características ser teleologicamente projetado para uma direção, conduzido para determinado fim, e o trabalho só se realiza ao se objetivar essa prefiguração ideal, transformação da matéria realizada com a ação material do sujeito. Assim, os autores ressaltam a movimentação do trabalho no plano subjetivo da prefiguração, e no plano objetivo da transformação da natureza, gerando a *realização do trabalho na exteriorização do sujeito e objetivação do objeto*.

Lukács (1978), na sua argumentação sobre o surgimento do trabalho baseando a constituição do novo ser (o ser social), afirma este estar ligado ao desenvolvimento dos processos de reprodução orgânica. Nesse processo a consciência terá papel fundamental na constituição do trabalho, pois: “o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isso é, de modo ideal” (LUKÁCS, 1978, p. 05), e essa consideração tem ligação com a capacidade teleológica humana, a chamada prefiguração ideal.

O trabalho será a objetivação primária do ser social, e é a partir dele que surgem mediações mais complexas, novas necessidades e novas formas de objetivação do ser social, que também irão supor uma ligação com o trabalho. Assim, como afirmam Netto e Braz (2006) o ser social se constitui como um ser único na natureza, podendo agir teleologicamente, se comunicar, escolher entre alternativas concretas, etc. Com o trabalho o sujeito generaliza os seus saberes, e os processos até mesmo da comunicação não serão mais naturais, pois outro caráter do trabalho é que ele passa a ser coletivo, afastado de determinações naturais/biológicas, de modo a se tornar uma atividade cada vez mais social.

Considerando tudo isso, é possível observar que o trabalho não transforma somente a natureza, e além de demandar interação entre sociedade e natureza, é uma atividade vinda das

determinações da própria sociedade, e como tal transforma também o sujeito, determinando sua distinção de ser orgânico e inorgânico para um ser social.

Porém, todo esse desenvolvimento do ser através do trabalho não exclui as determinações naturais do homem, pois originalmente ele é parte da natureza, apesar de que pelo desenvolvimento, o homem deixa de se comportar baseado inteiramente nela, ou seja, a natureza em sentido estrito vai tendo menos peso nas suas determinações. Um exemplo citado por Netto e Braz (2006), está na fome, que como tal é um fator natural que aponta as necessidades corporais do alimento, e sendo assim, pode ser também observado em qualquer animal, mas que, sua satisfação humana é distinta de sua satisfação animal/natural, pois segundo os autores ela: “implica procedimentos de transformação do insumo (alimento), implica valores e rituais” (NETTO; BRAZ, 2006. p. 38). Ou seja, *o sentido da fome, a necessidade da alimentação é algo que sempre foi natural, mas junto ao desenvolvimento do homem vai se tornando mais social, assim como suas formas de satisfação.*

Para apreensão da reprodução do ser social na perspectiva ontológica, deve-se considerar que seu fundamento está na constituição biológica humana e da sua reprodução nessa esfera, e que esta reprodução tem a natureza como ponto de partida. Já esta natureza, também constantemente é mudada pelo trabalho e pelas demais atividades humanas, e as condições de reprodução vão deixando de ser postas inteiramente na natureza em sentido estrito, Lukács (2013), remetendo a Marx, chama isso de afastamento das barreiras naturais.

Assim, as formas de satisfação da fome também são determinadas historicamente; sua preparação, higiene dos alimentos, gosto, etc. Tanto os homens quanto os animais precisam se alimentar para viver, mas a forma com que isso ocorre é distinta para ambos, como afirmado nas observações de Netto e Braz (2006). Então, nesse processo de humanização<sup>14</sup>, as determinações naturais são modificadas em suas formas de atendimento, gerando o recuo das barreiras naturais.

Estas novas formas de satisfação de suas necessidades são exigências do desenvolvimento do trabalho, e das relações de produção e reprodução social na dinâmica da constituição e expansão do ser social. Como atividade teleológica, o trabalho desencadeia pela universalização dos saberes e pela linguagem articulada, o processo de humanização, onde as exigências vão se complexificando cada vez mais e estruturando a transformação do ser, diversificando com seu desenvolvimento as suas objetivações.

---

<sup>14</sup> Para Netto e Braz (2006): “o avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, com a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social” (NETTO; BRAZ, 2006. p. 40).

Silva (2018), sobre a alimentação e formas de nutrição do ser natural-orgânico em termos mais gerais, elabora que:

Todo ser vivo se nutre e sustenta mediante múltiplas interações com o meio ambiente, com os elementos e os complexos do universo material inorgânico, basta pensar no sol como força e fonte física primária de constituição da vida, constatação que remete também à imbricação geral de produção e reprodução da vida, ou seja, à concatenação de momentos distintos de um processo unitário (SILVA, 2018, p. 88).

Sobre isso, Silva (2018), tendo em vista o meio natural orgânico, o mundo vegetal e animal, discorre que estes, para se reproduzir, se adaptam ao meio ambiente de uma forma “passiva”, e que, com a evolução dos indivíduos e espécies, essa passividade vai sendo contornada desencadeando mudanças em sua constituição biológica, corporal, e nas formas de interação com o meio. Mas as necessidades de nutrição e de alimentação sempre terão essa ligação com uma necessidade natural; o que acontece é o surgimento de novos ciclos e dinâmicas mais complexas que vão perpassar seu atendimento, em processos históricos de adaptação e modificação.

Citando a alimentação, e adentrando suas formas especificamente sociais, Lukács (2013) observa sua indispensabilidade para a reprodução biológica, e cita famosa frase de Marx: “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente” (Marx, *apud* Lukács, 2013, p. 127).

Silva (2018) afirma ser o ser social também biológico, onde sua estrutura ontológica específica só foi possível sobre as bases de um ser orgânico, assim como este último a partir de um inorgânico. Nisso o autor quer nos mostrar que a produção e reprodução da vida advém das estruturas primárias do ser natural, biológico, e o ser social não pode fugir desta determinação. Nesse processo o autor considera a existência de uma “prioridade ontológica do inorgânico sobre o orgânico, e destes sobre o social” (SILVA, 2018, p. 86). Essa prioridade não diz respeito a valores hierárquicos ou superioridade de um ser sobre o outro, mas ao surgimento de novas determinações: sensações e efeitos que eram apenas químicos ou físicos passam a ter impactos biológicos, e cita exemplos dados por Lukács como das vibrações do ar que fazem sons, de reações químicas que desencadeiam diferentes aromas, sabores e cores, etc.

O homem, como um ser natural orgânico, possui necessidades naturais primárias em sua constituição, que são essenciais à manutenção de sua vida, e necessita por isso da interação com a natureza para fins nutricionais/alimentícios, onde o homem absorve e consome seus elementos. Nessas interações, que são feitas pelos atos denominados trabalho, o

homem passa a produzir e reproduzir seus alimentos e seus meios de vida, e com o desenvolvimento dessa atividade, passa a produzir novos elementos de satisfação de suas necessidades, e nisso vai produzindo novas necessidades e agora, carências “[...] meios, fins e nexos causais especificamente sociais, destituídos de analogia com a natureza” (SILVA, 2018, p. 89).

Ao produzir instrumentos, meios e fins que possibilitam e favorecem a coleta de um fruto ou o abatimento de um animal, ao dominar o fogo, o cultivo de sementes ou a domesticação de animais etc., o homem desencadeia novas formas, modos e conteúdos de produção e reprodução da vida, de nutrição e de alimentação, de consumo e de reposição de necessidades, ou seja, converte as carências biológicas, as formas e modos de sua satisfação em processos sociais (SILVA, 2018, p. 89).

São criados novos objetos e também novas necessidades, e formas para satisfação das mesmas pelo processo de modificação do ser social, onde pode ser demarcado a divisão do trabalho advinda do aperfeiçoamento e disseminação dos instrumentos e processos de trabalho. O trabalho vai se tornando mais técnico e social, pois vai atender agora diferentes necessidades de diferentes ordens, e vai modificando a estrutura do ser social, desencadeando novos processos históricos que irão impactar as formas de interação dos homens entre eles e com a natureza.

Será pelos atos do trabalho que as novas determinações do atendimento às necessidades biológicas de reprodução da vida serão atendidas. Nesse sentido, sobre essas bases surge e se desenvolve, por exemplo, a divisão social do trabalho bem como relações de intercâmbio e troca. “Interessa destacar que tais fundamentos, vias e tendências são imprescindíveis para a explicação do surgimento de um complexo fundamental na dinâmica da produção e da reprodução do ser social, o complexo da economia” (SILVA, 2018, p. 92). O complexo da economia remete na sua forma ao trabalho (produção, valores de uso, etc.), mas também há uma dinâmica de aperfeiçoamento das relações de trabalho, divisão do trabalho, relações de troca, etc.

Os atos do trabalho têm essa capacidade de remeter para além de si próprios. O ser social, pela sua capacidade de pôr teleologicamente, pode produzir e reproduzir novas determinações para si mesmo. As atividades econômicas passam então a ter ligação com a satisfação das necessidades de ordem biológica, e pela mediação da atividade econômica essa satisfação vai se tornando mais social, a existência humana passa a ser socializada criando os complexos determinantes da economia que “adquire um caráter e ontologicamente primário em relação aos demais complexos sociais, nas respostas mediadas às necessidades de ordem material, de produção e reprodução da forma de ser” (SILVA, 2018, p. 92).



Apesar de terem as suas formas fundantes no trabalho, outras questões irão permear as determinações do ser social no processo de produção e reprodução de sua vida, pois na medida em que se desenvolvem, suas objetivações tendem a ultrapassar o trabalho para diferentes “esferas de objetivação” como o direito, a política, a ciência, a arte, a filosofia, etc.

Desenvolve-se, assim, no ser social, certa racionalidade e sensibilidade para o desencadeamento de suas novas objetivações para além das do trabalho. As objetivações para além do trabalho são chamadas de práxis, conforme explicam Netto e Braz (2006), e tendo o trabalho como modelo, elas irão envolver as demais objetivações humanas. As práxis irão se constituir como uma categoria de objetivações além das primárias objetivações do trabalho: “[...] O ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, constituindo um mundo de produtos, obras e valores — um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano” (NETTO; BRAZ, 2006. p. 44).

Além de obras e valores de reconhecimento dos homens como auto-produtores, as práxis também podem criar algo estranho, opressivo, que foge ao controle dos homens, e a criatura pode dominar o criador; este é o fenômeno do estranhamento, um fenômeno histórico, não natural, advindo da sociedade onde impera a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, onde o produto do trabalho não pertence ao produtor pois é expropriado, e onde homens exploram outros homens, tomando toda a sociedade para a alienação, e as objetivações ao invés de produzir humanização, regridem, como explicam Netto e Braz (2006). Outro desdobramento é a já citada divisão de classes, que tem origem no valor de uso da força de trabalho em sua capacidade de produção de excedentes. O desenvolvimento da produção vai gerando as diferenciações entre as classes. Outro fator de seu desenvolvimento está então na crescente socialização das relações entre os seres:

Na luta propriamente dita pela existência, o que está em jogo de modo imediato e real é vida ou morte no sentido biológico, é matar e devorar ou morrer de fome, ao passo que todas as lutas de classe na sociedade giram em torno da apropriação daquele mais-trabalho que compõe o valor específico de uso da força de trabalho humana (LUKÁCS, 2013. P. 137).

Lukács (1978) também analisará as intermediações do início genético da sociedade e seu desenvolvimento, buscando entender os fundamentos das necessidades econômicas como uma necessidade que não é natural, e analisa esse processo a partir da “causalidade posta em movimento por decisões teleológicas alternativas” (LUKÁCS, 1978. P. 13). Lukács (1978) demarca três orientações: A tendência de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para reprodução; o fato desse processo ter se tornado essencialmente social, mesmo que sem

se afastar inteiramente das determinações naturais; e por último a criação de ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensivas entre as sociedades. Todos esses processos contribuem na transformação do ser social de “natural” para o status de “gênero humano”. “Esse desenvolvimento destrói continuamente os resultados primitivos que, embora belos, são economicamente limitados; por isso, *o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais*” (LUKÁCS, 1978. P. 15. grifos nossos). — Nessas determinações também estão postas as contradições de classe.

Processos de mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos durante a constituição do ser, distinguindo ferramentas e processos de trabalho, foram mudando qualitativamente essa constituição. Dentro dessas mudanças, o trabalho teleologicamente orientado, traz em si a capacidade de produção para além da simples reprodução da vida humana do indivíduo atuante, e vão se surgindo novas ferramentas, aprimorando o uso dos elementos da natureza, e provocando mudanças qualitativas e estruturais na sociedade.

Essa capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso da força de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema (LUKÁCS, 2013. P. 119).

Assim Lukács (2013) afirma ser este o processo fundante das mudanças do biológico para o social. Com a divisão do trabalho vão sendo geradas novas e acentuadas categorias sociais, as trocas de mercadorias e as relações de valor. Na análise da reprodução social, o autor cita Marx, em seu estudo sobre a economia no capitalismo, que tem esse caráter de predominância social, com base nas relações mercantis, que pressupõem uma divisão do trabalho complexificada. Nos primórdios das relações de troca entre pequenas comunidades, se iniciava a produção de valores de uso sobressalentes à sobrevivência dos produtores, e a necessidade de consumo de produtos diferentes dos de produção própria, ou seja, surgimento inicial de um intercâmbio entre mercadorias de forma a complementar seus suprimentos próprios. Desta forma os produtos do trabalho vão sendo convertidos em mercadorias, e o natural vai sendo sobreposto (sobredeterminado) pelo social.

Porém, esse desenvolvimento também é contraditório, como afirma Lukács (2013), esse processo que parece natural ao desenvolvimento do trabalho, não gera apenas melhorias, mas modifica os processos de trabalho, a divisão do trabalho, e transforma a anterior economia de autossustentação pela troca de mercadorias.

A necessidade com que o desdobramento da divisão do trabalho leva à troca de mercadorias e, com esta, ao valor como regulador de cada uma das atividades econômicas desempenha um papel significativo no processo aqui descrito, o tornar-se-sempre-mais-social do ser social, em que se dá sua reprodução permanente numa escala cada vez mais elevada da socialidade (LUKÁCS, 2013. P. 123).

Vão surgindo novas formas de ligação entre os homens, de caráter mais social, como nas trocas de produtos, trocas mercantis advinda do desenvolvimento do processo produtivo, novos instrumentos de trabalho, habilidades e especializações do saber, e essencialmente, da capacidade de produção em um nível superior às necessidades individuais dos sujeitos. Pela produção excedente possibilita mercadorias para as trocas, e assim vão se fazendo, entre os variados ramos das atividades e valores de uso, gerando novos processos de relações sociais. Como exemplo Silva (2018) cita o valor e a mercadoria:

O valor é uma categoria social que materializa e expressa, na troca, a partir de um denominador comum – o trabalho humano abstrato, homogêneo, indiferenciado como dispêndio de forças físicas, corporais, no tempo –, o conteúdo e a magnitude da riqueza material produzida em determinadas circunstâncias sociais. A mercadoria, se constitui como síntese real de múltiplas determinações, de trabalho concreto e trabalho abstrato, valor de uso e valor, remetendo, portanto, ao evoluir dos processos fundamentais da atividade e da sociabilidade humana (SILVA, 2018, P. 96).

As determinações do valor também carregam em si contradições. Segundo explicação de Silva (2018), o trabalho concreto e o valor de uso constituirão o fundamento e o substrato material da riqueza, passando a explicitar nas relações de troca a dimensão do trabalho abstrato e do valor, onde os produtos passam a se apresentar como coisas no interior dessa sociabilidade carregada de interesses privados.

Também aqui, é possível afirmar que o recuo das barreiras naturais, o recuo do “metabolismo imediato com a natureza” e das correlatas interações humanas mais limitadas (LUKÁCS, 2013, p. 182), assim como o desenvolvimento das forças produtivas e a crescente socialidade, dão lugar a “diversas mediações”, “que com o tempo se convertem em formações, instituições próprias”, dentre as quais “a cidade passa a ser um dos mais importantes complexos a tornar-se relativamente autônomo (SILVA, 2018, p. 102).

Como explica Silva (2018), surgem as cidades, e se aprofunda o processo de socialização; o indivíduo se torna mais social e as relações diretas com a natureza vão se tornando menos determinantes em suas vidas. Todo esse desenvolvimento, acompanhando a divisão social do trabalho, não é usufruído por todos, e as capacidades produtivas não são compartilhadas e se concentram em determinados ofícios ou atividades (no caso das manufaturas e nas indústrias capitalistas).

Tal contradição se expressa nas interações sociais e relações de troca que ganham campo com o desenvolvimento das forças produtivas e do “incremento do sistema

comunitário”, com o surgimento e o avanço das relações de troca entre proprietários privados de mercadorias e dos interesses materiais privados contrapostos. A propriedade privada e o mercado, assim como os complexos sociais destinados à sua garantia e regulação, se tornam, na vida urbana, mediações sociais cada vez mais imprescindíveis e decisivas para a realização do metabolismo primário homem-natureza (SILVA, 2018, p. 104).

Todo esse movimento de divisão do trabalho nas complexas interações humanas vai trazendo a realidade das classes sociais e das diferenciações entre elas. As classes surgem, no limite, do valor de uso da força de trabalho humana na produção de “mais valor” (excedente econômico). O desenvolvimento da produção desenvolve a divisão de classes, onde a luta travada entre elas, é colocada pela apropriação da riqueza material do excedente econômico. Considerando essa realidade já nos marcos do capitalismo, Silva (2018) faz as seguintes indicações:

As determinações da totalidade social nos marcos do capitalismo em gestação, a separação dos trabalhadores dos meios de subsistência e de produção, os imperativos da venda da força de trabalho “livre” e do assalariamento nas relações da manufatura e da grande indústria etc. correspondem a uma nova realidade da luta de classes, da posição social dos sujeitos nas trincheiras e disputas nas relações de produção e apropriação do excedente econômico (SILVA, 2018, p. 105).

A diversificação das objetivações do ser social, vindas do seu desenvolvimento, tornam as relações mais complexas, e a alienação na sociedade atual também contribui para isso, pois as desigualdades impedem a efetivação das objetivações por igual. Essas tendências gerais mostram-se especialmente dramáticas na sociedade capitalista, onde nem todos possuem as mesmas possibilidades devido aos contextos de exploração e alienação em que a maioria vive.

Conforme a argumentação desenvolvida neste tópico, evidencia-se que todo esse desenvolvimento histórico do ser social, o tornando mais social e menos natural, não retira a importância das suas necessidades de reprodução biológica (como a alimentação). O afastamento das barreiras naturais vai transformando a essência natural anteriormente existente, essencialmente pelo trabalho e pelas relações sociais. A fome dentro desse processo deixa de ser apenas uma necessidade e se torna uma carência e será mediada pelas relações da sociedade da propriedade privada, o modo de produção capitalista, que toma o trabalho para si e traz as contradições para a sociedade.

A fome ainda está inclusa nas determinações naturais dos homens, necessidades físicas e corporais, porém, novos processos são imbricados dentre as formas de sua satisfação, processos que são agora sociais. O capitalismo, o advento da mercadoria, a divisão do trabalho, o assalariamento, a propriedade privada, todos esses processos desencadearam

mudanças sociais que impactam as formas de satisfação das necessidades humanas, pois passam a influenciar tanto as formas de interação entre o homem e a natureza, como as interações entre os próprios homens, trazendo novas necessidades e formas de satisfação das mesmas, como é o caso da fome. A sociedade do capital traz a alienação para dentro das relações sociais, a busca por lucro, a exploração do trabalho, e as lutas de classe vão permear agora a satisfação das necessidades humanas sejam elas naturais ou sociais.

Porém, as novas configurações sociais, pelo advento da divisão do trabalho, propriedade privada, e da alienação que atravessam a chamada pré-história da humanidade, ou seja, as sociedades contraditórias, classistas, das quais a mais complexa é a sociedade burguesa capitalista fundada na exploração da força de trabalho, todas essas novas configurações correspondem ao surgimento e ao incremento de novas necessidades que não são naturais, e sim da esfera econômica, onde tudo, tendencialmente, se torna mercadoria. No capitalismo como o lucro é a esfera central do processo e as desigualdades são suas consequências, convém então indagar as determinações centrais desse modo de produção que acompanha os tempos atuais da sociedade, para compreensão da fome como carência social, e como essa produção e reprodução da vida está sendo desenvolvida (ou negada).

### 3 AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA FOME ENQUANTO UMA CARÊNCIA DESENVOLVIDA SOCIALMENTE PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

*"Eu estou triste porque não tenho nada para comer. Não sei como haveremos de fazer. Se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome".  
(Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo, 1963, P. 114).*

#### 3.1 Historicidade e Determinações Principais do Modo de Produção Capitalista (o Desenvolvimento das Carências)

No capítulo anterior analisamos a fome a partir de uma apreciação ontológica das determinações da humanidade, tendo a fome enquanto uma carência biológica. Como já vimos, *no decorrer da história da humanidade a fome vai adquirindo um caráter cada vez mais social, e mais especificamente, no modo de produção capitalista onde ela vai se tornar um produto das relações sociais contraditórias advindas do mesmo*, discutiremos então agora, os fundamentos ontológicos do capitalismo em seu sentido histórico e categorial. Fazendo isto a partir da obra de Karl Marx e dos estudos que José Paulo Netto e Marcelo Braz fazem dessa obra.

Netto e Braz (2006) no livro *Economia Política: uma introdução crítica*, irão se debruçar sobre a compreensão da dinâmica da vida social dos indivíduos e sobre sua evolução histórica, ou seja, um estudo crítico da economia política. É na elaboração de Marx sobre a crítica da Economia Política<sup>15</sup> que se baseiam Netto e Braz (2006). Marx, filósofo que, em aproximação ao movimento operário na Europa, busca em seus estudos a organização da

<sup>15</sup> Teoria que surge no preceito da economia política clássica que tinha como objetivo contribuir com as lutas da burguesia contra o antigo regime feudal, defendiam uma nova ordem social, mais livre, porém a falta de criticidade à nova ordem que surgia apontava seus limites e altera-se profundamente a relação da burguesia com a cultura ilustrada de que se valerá no seu período revolucionário. a liberdade que a nova ordem social constituiu não resultou em emancipação humana, mas em a nova dominação de classe. É a burguesia a classe que agora dominava as demais, se afastando dos avanços que pretendia, e se tornando cada vez mais conservadora, e os confrontos passam a ser entre a burguesia e os trabalhadores. Convertendo-se a burguesia em classe conservadora, a crise da Economia Política clássica vem à tona, pois representava uma burguesia revolucionária que já não existia. Da mesma forma a burguesia abandona as teorias da Economia Política clássica, que passa então a ser incorporada criticamente pelos proletários e seus pensadores. Após 1848, passada a crise, a Economia política clássica já não existe, e é dissolvida em duas linhas: os pensadores da ordem burguesa usando agora da expressão "Economia", percorrendo uma trajetória conservadora, e os pensadores do proletariado, como em Marx com a "crítica da Economia Política", percorrendo uma trajetória crítico-revolucionária.

classe operária contra a dominação burguesa, almejando a emancipação humana, e para isso aponta essencial importância para o conhecimento da dinâmica da realidade social; uma teoria social que entendesse a sociedade capitalista, que desse conta do movimento da realidade, estudando o surgimento, consolidação, desenvolvimento e crise da sociedade burguesa, Marx buscou identificar que esta sociedade não é natural e nem o fim da evolução humana, mas uma parte da história dessa evolução, e como tal, transitória, e que pode ser superada para a tão almejada *emancipação humana*.

Considerando Marx como importante autor para a compreensão do modo de produção capitalista, sua obra “Manuscritos econômicos e filosóficos”, de 1844, também será utilizada neste estudo, esta traz como contribuição a crítica que este autor faz em duas frentes: a crítica da economia e da filosofia burguesas, em suas expressões mais desenvolvidas.

Vale acentuar que a história da humanidade não se resume ao capitalismo, ele não foi o início e nem será o fim, e até o apontamento do seu surgimento, um longo caminho foi percorrido pela humanidade, que também precisa ser analisado como parte da composição da historicidade do que estamos a estudar.

Como visto no capítulo anterior, foi pelo trabalho que se deu início as atividades econômicas da humanidade, e é por ele que se produz os bens e se cria os valores da riqueza social. Sobre isto, Netto e Braz (2006) apontam que, para a satisfação das necessidades materiais que compõem as condições de existência dos homens na sociedade, é necessária certa interação com a natureza, por onde os homens em sociedade transformam os elementos da natureza em bens para satisfação de suas necessidades, e isso é feito através do trabalho.

Em sua constituição histórica o trabalho foi rompendo com os aspectos naturais da atividade, como com a utilização de instrumentos de trabalho, o afastamento de simples determinações genéticas, e sendo realizado por atividades de experimentação e repetição advindas da capacidade humana de aprendizado, e a capacidade de realizar pôres teleológicos. Não mais natural, o trabalho humano se torna único criado e desenvolvido pelo homem.

Ademais do que já foi analisado anteriormente sobre o trabalho, os autores apontam também uma importante característica dele, o seu caráter coletivo de vinculação entre os homens pelo trabalho; que não é natural, mas um fenômeno social. As interações desencadeadas pelo trabalho são sociais, e não transformam só a natureza, mas também os seus sujeitos, foi pelo trabalho que surgiu, através de um salto ontológico, o ser social. Assim, o trabalho é categoria determinante da sociedade tal qual a conhecemos hoje. Pelo trabalho o ser social se diversificou da natureza, e os homens produziram a si próprios como seres sociais os distinguindo da natureza (estrita) pelo processo de humanização ocorrido pela

complexificação das exigências do trabalho e também de suas objetivações, junto ao desenvolvimento do ser social, adquirindo as especificidades de um ser social<sup>16</sup>.

Esta compreensão do que é a sociedade e os homens, é então indispensável para compreensão da Economia Política e sua teoria social de análise das relações entre os homens, mas também há de se considerar os diferentes estágios que compõem as manifestações dos homens em sociedade, onde o trabalho também traz marcas importantes.

Netto e Braz (2006) demarcam que foi há mais de quarenta mil anos que os primeiros humanos surgiram no mundo, onde passaram por diversos processos evolutivos antes de chegar à fase da civilização. No início, por cerca de trinta mil anos, eram um tipo de comunidade primitiva, suas formas de abrigo que eram precárias, e para sua alimentação viviam da caça e coleta de produtos da natureza. Com o passar dos anos passam a produzir instrumentos (machados de pedra, o arco e flecha, etc.) e também a aperfeiçoar suas técnicas de agricultura, melhoram suas formas de vida. Viviam em suas comunidades, partilhando suas formas de vida, tudo de forma coletiva (não existia propriedade privada).

Nesse “comunismo primitivo”, em que imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e a distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzida, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos). (NETTO e BRAZ, 2006, P. 56).

Durante estes anos vão surgindo os elementos que mais a frente vão culminar o fim das comunidades primitivas, dentre estes elementos os autores destacam a domesticação de animais e o surgimento da agricultura. O pastoreio e o cultivo de terras geram um apego territorial, e também, o desempenho de mais esforços de aperfeiçoamento de seus instrumentos de trabalho passando já para a utilização de metais. Passam a entender mais sobre o tempo, semanas e anos, e sobre as forças da natureza, se afastando da primitividade.

Uma das principais consequências dessas transformações, conforme já indicado no capítulo anterior em sentido categorial mais geral, foi que: a partir de todo esse processo evolutivo de instrumentos e técnicas de trabalho os homens descobrem que podem produzir bens para além de suas necessidades imediatas de sobrevivência, as técnicas fazem o trabalho mais produtivo. “*A comunidade começava a produzir mais do que careceria para cobrir suas necessidades imediatas*” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 57. Grifos nossos).

---

<sup>16</sup> Dentre as especificidades do ser social, pode-se demarcar a capacidade de realizar atividades orientadas pela sua capacidade teleológica, realizar sua objetivação material e ideal, se comunicar pela linguagem articulada, capacidade de reflexão sobre si mesmo e suas atividades, escolher entre alternativas, universalização e da sociabilização. Tudo isso é específico e único ao ser social.



No que diz respeito ao processo de trabalho que permeiam a realização da produção desses bens, Netto e Braz (2006) destacam que este necessita de elementos em sua composição. A força de trabalho (humana) é central nesse processo, pois é responsável por viabilizar a produção ao valer-se dos meios de produção — meios e objetos de trabalho, os instrumentos, ferramentas, matérias-primas, etc. — transformando objetos em bens úteis, é por ela que é possível o crescimento da produtividade para além das necessidades imediatas.

Junto ao crescimento da produtividade do trabalho também está presente a repartição do trabalho. Nas comunidades primitivas essa divisão estava sob a forma de uma divisão sexual do trabalho, entre atividades típicas de homens e mulheres; depois, entre os que exerciam atividades de artesões e as de agricultura; e já com o desenvolvimento da capacidade produtiva, se instaura a divisão social do trabalho, dividindo as ocupações de produção de bens, útil à passagem da produção de autoconsumo para a produção destinada às trocas: “Essa divisão reparte o trabalho em especialidades (a olaria, a fabricação de armas, etc.); mas não reparte cada especialidade em operações limitadas (o oleiro controla todas as fases da produção de uma ânfora) [...]” (NETTO e BRAZ, 2006, P. 59).

Na articulação entre forças produtivas e relações de produção está um determinado modo de produção, este possui variações históricas em sua constituição, variando junto ao desenvolvimento das forças produtivas (e da humanidade). Num modo de produção, além da estrutura econômica da sociedade, está presente também a chamada “superestrutura”, suas instituições e ideias, compondo as instâncias extra-econômicas (jurídicas, políticas, ideológicas). As leis de desenvolvimento dos modos de produção também têm suas particularidades. Assim como as da natureza, estas leis, referentes às atividades econômicas são objetivas e ocorrem independentemente da consciência dos homens de sua existência, mas o que é particular das leis econômicas é que:

[...] elas operam como tendências que podem ser travadas por contratendências (ou seja, por outras leis ou por intervenções conscientes dos homens); de outro lado, elas têm validade limitada: não existem leis econômico-sociais supra-históricas. Por isso mesmo, cada modo de produção apresenta leis que lhe são peculiares [...] (NETTO e BRAZ, 2006, P. 61).

Um modo de produção também não é eterno, e se transforma, essencialmente em momentos que as forças produtivas e as relações de produção deixam de corresponder, impedindo o desenvolvimento:

Marx refere-se expressamente a uma época de revolução social — isto é, a um lapso temporal que não é breve e em cujo decurso, que configura a transição de um modo de produção a outro, podem surgir formas econômico-sociais que são traços do

modo de produção que está sendo destruído e a outras que antecipam o novo modo de produção (NETTO e BRAZ, 2006, p. 62).

Ou seja, ao surgirem novos modos de produção, esses variam, sendo o novo combinando traços dos antigos ou o antigo já apresentados certas novidades que culminaram na transição, movimento chamado de formação econômico-social, onde o modo de produção dominante coexiste aos precedentes.

Retornando ao momento em que as comunidades primitivas percebem a capacidade da produção de excedente, e com isso desenvolvem as suas formas de produção, Netto e Braz (2006) destacam que isso afasta condições precárias de vida e lhes dá possibilidade de acumular os produtos de trabalho, e então começam a produzir não mais apenas para o consumo próprio, mas também para as trocas, nascendo a mercadoria e o comércio em primitivas formas de troca — como já apontado no capítulo anterior. Outra consequência dessa acumulação é a exploração do trabalho humano, dividindo a comunidade entre os produtores diretos dos bens e os apropriadores desse excedente, nesse ponto está a dissolução das comunidades primitivas e o surgimento das comunidades escravistas, como uma das variações dos modos de produção presentes na história da humanidade.

Assim, após passagem da sociedade primitiva, e considerando o surgimento do excedente como possibilidades de exploração do homem pelo homem, o modo de produção que o sucede é o escravista (3.000 anos antes de Cristo). A base do escravismo é o proprietário dos escravizados se apropriar do excedente por eles produzido<sup>17</sup> baseado no uso da força, da coerção e da violência como forma de mediação da exploração. Com o excedente também passam a ter valores de uso para troca, mercadorias, surgindo a partir disso o desenvolvimento do comércio e posterior uso do dinheiro, como apontam Netto e Braz (2006). Além dos escravos e seus proprietários (relação social antagônica), havia alguns poucos segmentos livres como os artesões ou os que serviam aos proprietários como cobradores de impostos e mercadores. O escravismo diversificou a forma como as interações e processos sociais ocorriam:

[...] introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (produção mercantil), estimulou o comércio entre distintas sociedades (NETTO e BRAZ, 2006, P. 66-67).

Surgem neste período novas formas de civilização e novas formas de poder político (onde mais à frente se tornaria o Estado). Os avanços trazidos pela evolução da sociedade

---

<sup>17</sup> "A comunidade primitiva não conheceu a escravatura — quando os grupos humanos iam à guerra, matavam os prisioneiros (e, eventualmente, os devoraram), porque não havia como explora-los" (Netto e Braz, 2006, p. 65).

nesta época foram tomados também pela contradição em que tais evoluções aconteciam: através da exploração de uma classe por outra.

Assim, no escravismo, onde o trabalho forçado condicionava à exploração da mão de obra dos trabalhadores (então escravos), suas formas de reprodução e de subsistência terão especificidades. Tratados como posse direta daqueles que detinham a propriedade das terras e dos escravos, sua subsistência se igualava à mera manutenção dos demais meios de produção, não recebiam salário de forma monetária, por isso o responsável pela subsistência dos escravos era seu proprietário, que fazia então o mínimo necessário à satisfação das necessidades de habitação, vestuário e alimentação para a vida deles. Assim, diferente das antigas formas sociais onde os homens conviviam em suas comunidades primitivas onde viviam do que coletavam e produziam, satisfazendo assim suas necessidades alimentares e de subsistência, no escravismo a capacidade da produção do excedente traz a divisão de classe para dentro da sociedade onde uma classe agora explora a outra e onde no escravismo essa classe que é explorada tem suas possibilidades de subsistência condicionada aos desejos e necessidades de outra, passando fome, em condições mínimas para sua sobrevivência.

O Império Romano necessitava de grande excedente econômico para “manter a repressão aos escravos, a submissão dos povos conquistados e o parasitismo dos grandes proprietários” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 68). Mas o trabalho desenvolvido pelos escravos não era suficiente, e os artesões também não eram muitos. “Assim, quando o Império Romano, sob a pressão das chamadas 'invasões bárbaras', desintegrou-se na metade inicial do primeiro milênio da nossa era, também foi abaixo o escravismo” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 68).

Os autores explicam então que o que vem depois é o modo de produção feudal, os feudos substituem os impérios, posse do senhor (feudal) e os servos faziam o trabalho de produtores diretos pagando tributos ao senhor pelo uso da terra, e essa era a polarização principal, os senhores e os servos (também com forte participação da igreja). Os servos apesar de explorados, diferiam dos escravos pois tinham os instrumentos de trabalho e se sustentavam com o que produziam, conviviam em uma relação com: “a prestação de serviços pelos servos, a proteção da vida do servo pelo senhor” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 69). — O excedente ainda era alvo de expropriação, e a miséria era vista comum entre os servos.

Também havia certo grau de produção para a troca: artesões, comerciantes e mercadores vão incentivando este processo (inicial erosão das bases do feudalismo). Como explicam Netto e Braz (2006), a nobreza passa a querer diferentes mercadorias, que são adquiridas pelo dinheiro que começa a ter função mais ativa. Atividades como do comércio

entre regiões afastadas, culminando em um processo de urbanização, e *o grupo dos comerciantes passam a se sobrepor como novo grupo social, o capital mercantil e a busca por lucro são a nova ordem de movimento.*

Segundo Netto e Braz (2006) no século XIV se inicia a crise do sistema feudal que se desdobra até o final do século XVIII. O principal fator dessa crise foi a crescente economia mercantil baseada no comércio, acompanhado também do processo da Revolução Burguesa. Uma dinâmica histórica em que houve grave comprometimento da produção feudal pelo esgotamento dos recursos da terra, e a devastação causada pela peste bubônica que dizimou grande parte da sua população. Como a produção feudal estava em declínio, não respondia mais às necessidades de crescimento, e nisso eram os servos que mais sentiam as consequências, dentre elas problemas como a fome, desnutrição e epidemias (como foi a peste bubônica) ocorrendo de forma crescente entre eles, mostrando nisso as consequências da contraditória relação de produção estabelecida na época que tinha por base a produção agrícola, mas que carregava em si contradições de classe profundas e formas específicas de expropriação.

Assim, no cenário social, intensificaram-se as lutas de classe com os servos se revoltando contra o aumento da exploração, estas lutas só tiveram fim no século XVI, e mesmo com a derrota dos servos, o regime feudal já não era mais o mesmo, pois o comércio vinha se desenvolvendo cada vez mais. As terras passam a ser vendidas entre os senhores, os servos passam a ser pagos em dinheiro pelo seu trabalho. Surge também o Estado absolutista, o Estado nacional moderno concentrando o poder político. Sobre o Estado, sua função era conter a rebeldia dos servos, ou seja, servia ao senhor feudal. Pouco a pouco foi se reduzindo o poder da nobreza e posterior concentração do poder no Estado.

O Estado absolutista, do ponto de vista do seu conteúdo de classe, é, como assinalados, um instrumento a serviço do conjunto dos senhores feudais. Para cumprir com essa função, porém, ele desenvolveu órgãos e instituições que se chocavam contra um ou outro senhor feudal singular e que não contrariavam os interesses dos grupos mercantis mais ricos. Os grandes comerciantes (em suma, a nascente burguesia) (Netto e Braz, 2006, P. 72).

Dos comerciantes/mercadores emerge a classe burguesa, e até mesmo o Estado absolutista foi removido por ela por constar um obstáculo ao seu desenvolvimento. Na revolução social da burguesia se que encontra a nova transição, e no século XVIII a classe burguesa já possuía sua hegemonia político-cultural<sup>18</sup>. A burguesia engendra então um novo

---

<sup>18</sup> “A burguesia durante seu processo de revolução social foi contornando e derrotando o feudalismo, onde não se pode subestimar que “foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o povo (o conjunto do terceiro Estado) e liderá-lo na luta que pôs fim ao antigo regime” (Netto e Braz,

modo de produção, o capitalista, onde o centro dos processos é a produção de mercadorias. Segundo Netto e Braz (2006), no modo de produção capitalista as mercadorias (a acumulação de mercadorias) representam a riqueza, e a pobreza corresponde à falta das mesmas (assim como a abundância ou falta de dinheiro com que se compra tais mercadorias).

A mercadoria é um valor de uso ao possuir qualidades específicas que tem como objetivo a satisfação de necessidades humanas. Sua produção vem do intercâmbio entre a sociedade e a natureza (trabalho), gerando mercadorias com finalidade para a venda:

Somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitadas por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o valor de troca) (NETTO e BRAZ, 2006, P. 79-80).

Para que ocorra a produção de mercadorias é preciso certo grau de divisão do trabalho produzindo diferentes mercadorias, e a associação a uma propriedade privada dos meios de produção, pois para que as mercadorias sejam vendidas é preciso que tenham um dono (pois se a propriedade for coletiva, seus bens produzidos também seriam coletivos).

No período do escravismo e do feudalismo já existia certo grau de produção mercantil<sup>19</sup>, mas somente o modo de produção capitalista tem na produção de mercadorias a pedra angular da sociedade. Nestes primórdios da produção mercantil, o trabalho era pessoal, e no caso dos artesões, eram eles os proprietários dos meios de produção, e as relações de troca ocorriam principalmente nos seus territórios. O objetivo das trocas era vender suas mercadorias para obter outras mercadorias que necessitavam, isso era chamado de produção mercantil simples. Com o desenvolvimento do comércio, se aumenta a demanda por mercadorias e também o uso do dinheiro, os comerciantes passam a comprar mercadorias a preço baixo e as vender a preços mais altos acumulando lucro. Netto e Braz (2006) afirmam que foram nestes grupos mercantis, reunindo fortunas de forma crescente, que surgiu a burguesia.

---

2006, p. 75). Neste processo inicialmente, lutando contra o regime feudal, defendiam ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, não ultrapassou os limites de uma emancipação política, que ultrapassou as relações de dependência pessoal do antigo regime feudal, mas o limite apontado nisso era que: "[...] a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode-se traduzir em igualdade econômico-social —e, sem está, a emancipação humana é impossível" (NETTO e BRAZ, 2006, P. 19).

<sup>19</sup> “Sob o escravismo, ela resultava principalmente da atividade dos artesões (que desfrutavam da condição de trabalhadores livres), embora parte do excedente produzido pelos escravos pudesse ser trocada pelos seus proprietários. Sob o feudalismo, no decorrer do século 13, o contingente dos artesões aumenta [...] e às suas mercadorias se dona o excedente produzido por camponeses e destinado à troca” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 81).

“Já no século 18, a produção mercantil simples viu-se descolada pela produção mercantil capitalista” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 83). Diferente da produção mercantil simples, os donos dos meios de produção não serão mais os produtores diretos, mas a burguesia, os capitalistas, e em substituição ao trabalho pessoal, é empregado o processo de compra e venda da força de trabalho. *O lucro não advém da circulação, mas da produção, e mais especificamente, do valor produzido pela força de trabalho, a mais-valia.* Seu fundamento é o trabalho assalariado, pagamento da mercadoria força de trabalho, relação entre o capitalista, que detém a propriedade, e o proletário, que possui capacidade de trabalho. O modo de produção capitalista surge pelo processo da acumulação primitiva que se operou no final do século XV ao XVII, inicialmente na Inglaterra, pela separação do trabalhador das propriedades e condições de trabalho que agora pertenciam privadamente ao capitalista.

Os camponeses expulsos de suas terras (agora concentradas nas mãos dos latifundiários) vão para as cidades em busca de trabalho, e formam a classe dos proletários. Suas terras, meios de consumo e de subsistência são expropriados e agora eles tem de se submeter ao novo sistema de produção, vendendo sua força de trabalho como única forma de não sucumbir à fome, pois a partir desse momento nada mais lhes pertence a não ser o que adquirirem pelas relações de mercado. Já a burguesia, se formou a partir dos comerciantes, antigos artesões que enriqueceram junto à erosão do sistema feudal.

De acordo com Netto e Braz (2006) o processo de desenvolvimento histórico inicial do capitalismo, entre os séculos XVII e XVIII, estágio do capitalismo mercantil/comercial, onde houve controle da produção mercantil, e acúmulo de capitais pelos mercadores, nascendo a classe burguesa no controle das atividades econômicas. Em meados do século XVIII com a tomada do poder Estatal pela burguesia, surgimento da grande indústria e o processo da Revolução Industrial, o capitalismo entra na sua fase concorrencial (liberal ou clássico).

Esse estágio do capitalismo que estamos abordando é chamado de concorrencial devido aos diversos novos negócios que vinham surgindo extensivamente: uma concorrência desenfreada e generalizada. A indústria moderna traz urbanização, e junto a isso um grande mercado mundial por onde os países mais avançados adentram diversas regiões do mundo, um processo de invasão comercial pelo domínio das demais nações. Sobre este processo, Netto e Braz (2006) acrescentam que: “É supérfluo acrescentar que essa integração se operou entre parceiros que dispunham de condições socioeconômicas muito desiguais e suas consequências contribuíram para ampliar e aprofundar tal desigualdade” (NETTO e BRAZ,

2006, P. 172). — Essas relações de desenvolvimento desigual e combinado entre nações do globo serão consideradas mais de perto no tópico seguinte do presente estudo.

Já a contradição capital x trabalho e a configuração das lutas de classe, também tem novas formas nesse estágio. Protestos violentos dos operários contra a exploração (somada às péssimas condições de vida) em que viviam, onde eram reprimidos com ainda mais violência, ou com a obtenção de novas tecnologias na produção controlando os trabalhadores com a ameaça do desemprego. Direitos trabalhistas inexistiam, não era interesse do Estado (burguês) atender às demandas dos trabalhadores, sua função era atender às demandas da burguesia, seja pela repressão aos trabalhadores ou garantindo a propriedade privada, como explicam Netto e Braz (2006).

As resistências, lutas e pressões realizadas pelos trabalhadores também foram, mesmo que de forma lenta, acarretando pequenas conquistas e os tornando mais conscientes das contradições, como foi pelas revoluções de 1848 que atravessaram a Europa, mesmo derrotados foi desencadeado uma série de movimentos sindicais e formas de articulações entre os trabalhadores. Já a burguesia, após 1848, se torna mais conservadora na busca da manutenção de suas relações de propriedade privada, a chamada decadência ideológica então se consolida, abandonando suas antigas ideias de emancipação.

Ao final do século XIX, Netto e Braz (2006) explicam que as transformações ocorridas no modo de produção capitalista apontam para um novo estágio histórico, o imperialismo, que passou pelo século XX e também pelo século XXI. Foi um processo contínuo de movimentos; transformações, acumulação, concentração e centralização de capitais, por um lado, e acumulação de pauperismo e condições de vida miseráveis para a classe trabalhadora do outro. Um decorrer de transformações, mudanças sociopolíticas, científico-técnicas e também econômicas, pelas demandas de industrialização.

Na área da economia destacam “o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 177). Na fase concorrencial haviam grandes, médios e pequenos capitalistas concorrendo entre si, porém os movimentos da concentração e centralização culminaram na criação dos monopólios onde os pequenos capitais não sobrevivem à concorrência junto aos grandes; esses grandes capitais passam então a controlar grande parcela de trabalhadores, meios de produção, e ramos industriais, e assim se consolida o capitalismo monopolista.

No período dos monopólios também ocorre uma mudança no papel dos bancos. Inicialmente funcionavam como casas bancárias intermediando pagamentos, avançando a partir disso para o sistema de crédito, e então:

Reunindo capitais inativos de capitalistas e a soma das economias de um grande contingente de pessoas, os bancos passaram a controlar massas monetárias gigantescas, disponibilizadas para empréstimos — e a concorrência entre os capitalistas industriais levou-os a recorrer ao crédito bancário para seus novos empréstimos. Nesse contexto, os bancos contribuíram ativamente para implementar o processo de centralização do capital (NETTO e BRAZ, 2006, P. 178).

Os bancos passam então a participar de negociações empresariais, participando inclusive da compra de ações, se associando aos capitalistas industriais. Foi então o período de monopólios industriais e também bancários, e uma nova forma de capital surge a partir disso: o capital financeiro, central no novo estágio do capitalismo (imperialista) vigente nas últimas décadas do século XIX, e com algumas transformações, permaneceu vigente e até o século XXI. Como é apontado por Netto e Braz (2006), no capitalismo imperialista o capital financeiro adquire essencial importância. Adquirem papel de dominância os monopólios e o capital financeiro, dividindo o mundo entre os países de capitalismo central. Além do domínio do mercado de seus países, passam a se interessar pelo domínio dos mercados de outros países, e “dividem entre si as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 182), e fazem essa divisão através de acordos entre os países pelo domínio de determinado mercado (como o petróleo), e desta forma vão partilhando o mundo, constituindo um novo processo de colonização. Suas características são apontadas por Lênin:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham em papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1977, I: 641-642 *apud* NETTO e BRAZ, 2006, p. 180).

As oligarquias financeiras dizem respeito a uma minoria de grandes capitalistas que dominam gigantescas massas de capital e a economia, e assim detendo cada vez mais parcelas de poder econômico passam a controlar também certo poder político (diga-se antidemocrático).

No que diz respeito ao comércio externo, passa a compor, além de mercadorias, a exportação de capital, com empréstimos (em troca de juros) ou sob a forma de capital produtivo (construindo indústrias em outros países, e repartindo os lucros) estabelecendo uma relação de dominação capitalista e classista sem precedentes na história.

O desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista, tendo na concentração e na centralização de capital seu apoio na busca por lucros, trouxe também o acirramento das



contradições sociais: fome e miséria de forma cada vez mais massiva que acompanham, pela lei geral da acumulação capitalista, o avanço do capitalismo, onde estas parcelas cada vez maiores de acumulação não acompanham uma distribuição igualitária da riqueza produzida.

Na busca incessante por lucro, a fome e as guerras são a consequência, pois, a divisão e “partilha” do mundo entre o grande capital monopolista não foi um processo pacífico, foi um processo de domínio, de invasão, pela finalidade de controlarem (econômica, política e culturalmente) as diversas nações do mundo, saqueando suas riquezas, onde por muitas vezes fizeram isso através de guerras, grandes guerras mundiais, causando morte de populações inteiras, e as dizimando pela miséria e pela fome agora construída socialmente pelo capitalismo da fase monopolista. As nações dominadas, as nações dependentes, agora subordinadas ao grande capital, tem suas riquezas exploradas enquanto sua população sofre as consequências.

Apontadas então as características gerais do imperialismo, Netto e Braz (2006), também ressaltam que:

Na sua trajetória de pouco mais de um século, o imperialismo sofreu significativas transformações. Na história desse estágio do MPC, podem-se distinguir pelo menos três fases: a fase “clássica que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1945”, os “anos dourados”, do fim da segunda guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos setenta até os dias atuais. [...] — o que significa dizer que o imperialismo se mantém em plena vigência na entrada do século XXI (NETTO e BRAZ, 2006, p. 192).

Hoje, no século XXI, o modo de produção capitalista é mundialmente dominante tanto nas economias centrais quanto nas periféricas. Após esta análise do seu processo evolutivo e de algumas determinações centrais, cabe também acentuar algumas colocações sobre as bases desse modo de produção. Uma das principais características apontadas pelos autores é que esse modo de produção se funda na exploração do trabalho para a obtenção de lucros.

### 3.1.1 Produção e Acumulação Capitalista, Desprodução da Vida e Acumulação De Miséria

Considerando mais de perto o capitalismo, a exploração da força de trabalho, as formas de ser do homem nas novas determinações de sua existência, e a questão das carências e da fome na sociedade, o tópico que segue buscará acentuar a análise a partir destes pontos sobre o modo de produção de riqueza e modo produção de vida que o segue.

Para Netto e Braz (2006), na circulação mercantil capitalista o fim é a obtenção de lucros. Como ilustrada na fórmula da circulação mercantil capitalista:  $D - M - D'$ , onde, a partir do dinheiro (D), o objetivo é “produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 96) ( $M - D'$ ). Nesse processo, com seu dinheiro o capitalista adquire certas mercadorias como as máquinas, matéria-prima e força de trabalho. A força de trabalho adquirida pelo capitalista vai atuar sob os demais meios e instrumentos de trabalho (processo de produção), e as mercadorias obtidas são vendidas a um valor superior ao investido, e quando subtraídos somam o lucro. O lucro vem da especificidade do excedente no modo de produção capitalista, a mais-valia, obtida a partir da exploração da força trabalho humana, única mercadoria capaz de produzir mais valor: sua magnitude de valor varia e se altera na medida em que a força de trabalho produz um montante que a paga, que corresponde aos seus custos de reprodução, mas produz, além disso, valor excedente, expropriado pelo capitalista. “Quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital [...]” (MARX, 2004, p. 45). A especificidade da força de trabalho é o fato de que ela cria valor, pois produz mais do que o necessário para se reproduzir (mais do que o seu valor de troca, do que seu salário), e esse valor a mais é o que interessa ao capitalista.

A força de trabalho enquanto mercadoria é, pois, paga com o salário, o seu valor: “o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem a sua manutenção (ou reprodução)” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 99-100). Muito além de mera força de trabalho, é a vida do trabalhador que é negociada como uma mercadoria, que só tem valor se tiver valor para o capital; esse fato condiciona o trabalhador à dependência ao capitalismo, necessita da oferta e concessão de um trabalho para assim adquirir seu salário. Nas palavras de Marx (2004), *as necessidades humanas do trabalhador não interessam ao capitalista, assim como o que faz de sua vida fora do trabalho, se mendiga, se passa fome, se está desemprego, pois só lhe interessa a conservação do trabalhador para e durante o trabalho*. O salário representa o mínimo para a subsistência do trabalhador<sup>20</sup> para o trabalho, impedir a sua extinção, e que ele possa sustentar sua família,

---

<sup>20</sup> Tal questão, ao se considerar a situação atual no Brasil no ano de 2021, pode ser exemplificada pelos dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), onde ao analisar os valores referenciados em março de 2021 no Brasil, apresenta as diferenças entre o salário mínimo nominal (valor monetário atual pago aos trabalhadores no Brasil), que então na data apresentação tinha o valor de R\$ 1.100,00, e o salário mínimo que seria então necessário, como correspondente para atender as necessidades do trabalhador considerando o custo de vida atual que tem então o valor de: R\$ 5.315,74. E mais especificamente, a pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, também do DIESSE que apresenta que em março de 2021 em Belo Horizonte (cidade localizada no Estado de Minas Gerais), o valor de uma cesta básica era de R\$: 555,67, ou seja, mais de 50% do salário mínimo de março de 2021.

e como as demais mercadorias, também estão sujeitos a oferta e procura: aqueles que excedem à procura estão fadados à miséria e à fome.

Ainda para Marx (2004) o trabalhador para o capital é apenas uma mercadoria, se muito procurada seu preço é alto, se pouco procurada seu preço é baixo, e o seu valor tende sempre a ser reduzido. Como exemplo disso Marx (2004) aponta que nos primórdios do capitalismo buscavam contratar crianças para poder pagar menos.

A expressão monetária do valor da força de trabalho é o salário, que deve então garantir sua subsistência, a produção e reprodução da força de trabalho em termos biológicos e sociais. Pagando seu valor efetivo o capitalista contribui para manutenção da força de trabalho que ele mesmo necessita, mas sempre busca pagar o valor mais baixo possível e utiliza de brechas para fazê-lo como em situações de alto desemprego que proporciona o rebaixamento dos salários.

Uma relação de exploração mediada pela busca por lucros. Numa sociedade onde tudo pode ser comprado, ao trabalhador isso não é possível, pois sua única opção de sobrevivência é vender a si próprio, a sua força de trabalho, sempre dependente do capitalista. Consequentemente: “[...] *o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto de seu trabalho e da riqueza por ele produzida*” (MARX, 2004, P. 30. grifos nossos). Quanto mais rica a sociedade, mais miseráveis são os trabalhadores.

Como forma de ampliar seus lucros o capitalista sempre busca formas de ampliar o trabalho excedente, como estendendo a jornada de trabalho e mantendo o valor dos salários, aumentando as taxas de mais-valia (mas também esgotando a força de trabalho), ou também controlando o processo de trabalho intensificando seu ritmo pelo controle dos movimentos durante a jornada de trabalho, e até mesmo mediante incremento de novas tecnologias que, gerando maior produtividade amplia o excedente. *É pela exploração dos trabalhadores que os mecanismos de obtenção de lucro funcionam.*

Outra centralidade deste modo de produção apontada por Netto e Braz (2006), é que seu cerne é a acumulação, a reprodução sempre ampliada, e ampliadas formas de obtenção de lucros, e está sempre se valorizando. “A acumulação é vital para o MPC: não existe capitalismo sem acumulação de capital. A análise da reprodução da produção capitalista está hipotecada à análise da acumulação” (NETTO e BRAZ, 2006, P. 126). Mas é a mais-valia o interesse primordial do capitalista em seu processo de produção de mercadorias, e a quer sempre em escala maior, e a reprodução no modo de produção capitalista ocorre vinda desse interesse na apropriação de mais-valia, a produção condiciona a reprodução (ampliada) de capital, e este é o processo de acumulação de capital. As consequências desse processo de

acumulação desenfreado é o aumento da exploração da força de trabalho (responsável pela produção de mais-valia), e também quantidades de capital excedente, desvalorizado, acarretando as crises econômicas.

É a classe trabalhadora quem mais sente as consequências negativas da acumulação capitalista, dentre elas está a condição de exército industrial de reserva, ou seja, trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho. O desemprego em si é funcional ao capital na medida em que possibilita o pagamento de baixos salários, mas o exército industrial de reserva não acontece intencionalmente, mas é consequência da dinâmica do capital. Ao buscarem avanços para o desenvolvimento da produção, tendem a incrementar o que se chama de capital constante, como máquinas, instalações insumos, etc., enquanto a parte variável, a força de trabalho humana, é cada vez mais reduzida, gerando uma parcela excedente constituindo o exército industrial de reserva, a superpopulação relativa<sup>21</sup>. “Essa superpopulação relativa, portanto, não resulta da ação individual de um ou outro capitalista, mas deriva da dinâmica mesma da reprodução ampliada (acumulação); reprodução ampliada é, pois, reprodução do exército industrial de reserva” (NETTO e BRAZ, 2006, P. 133).

As oscilações, crises ou déficits de lucro sempre recaem em suas consequências sobre o trabalhador. “Ou submete o trabalhador (*ouvrier*) – restringido a uma determinada esfera do trabalho – à fome, ou o obriga a sujeitar-se a todas as exigências desse capitalista” (MARX, 2004, P. 24). O trabalhador não divide os ganhos do capitalista, mas suas perdas também geram perdas para o trabalhador, porém as perdas do capital são financeiras em relação aos seus rendimentos, e para o trabalhador impacta suas condições de vida.

Outro impacto da acumulação ao proletário é a pauperização devido ao caráter explorador do capital. Uma pauperização absoluta, em que o trabalhador se encontra em condições degradantes de vida e de trabalho “queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego” (NETTO e BRAZ, 2006, P. 135). ou uma pauperização relativa, onde mesmo com melhores

---

<sup>21</sup> As formas dessa superpopulação também variam. A flutuante são os trabalhadores que variam entre estarem empregados num momento e desempregados em outros. A latente, quando a população rural migra para as zonas indústrias. A estagnada caracteriza-se pelas situações em que os trabalhadores que não possuem empregos fixos. E o lupemproletariado, constituído por aqueles que nunca conseguem emprego e se assolam no pauperismo. Tudo isso permite ao capitalista, além do rebaixamento dos salários, também com isso explorar mais os trabalhadores, como também: “[...]oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento, recrutado para um ramo de produção que experimenta uma conjuntura favorável e até mesmo deslocado geograficamente [...]” (NETTO e BRAZ, 2006, P. 135). Assim como resulta da acumulação, esse exército industrial de reserva também se torna útil a ela. Segundo Marx (2004) como consequência do excesso de trabalhadores em relação à demanda do capitalista está a queda dos salários, que, sem escolha, os próprios trabalhadores também precisam aceitar.

condições de vida, a apropriação do capitalista do valor criado por eles é sempre maior e crescente.

Nesse processo o proletariado é sempre a parte mais vulnerável. O que ocorre é a lei geral da acumulação capitalista, como explicitado por Netto e Braz (2006), pois, o acúmulo de riqueza social capitalista resulta no crescimento da miséria da classe trabalhadora; de um lado acumulação de valores, e do outro acumulação de pobreza.

Independente das características particulares das economias nacionais, em todos os espaços em que se desenvolveu e desenvolve a acumulação capitalista, o resultado é essa polarização riqueza/pobreza [...] o que permanece como fato e processo constitutivos e inelimináveis da acumulação capitalista são a perdurabilidade do exército industrial de reserva e a polarização — maior ou menor, mas sempre constatável — entre uma riqueza social que pode se expandir exponencialmente e uma pobreza social que não para de produzir uma enorme massa de homens e mulheres cujo acesso aos bens necessários à vida é exatamente restrito (NETTO e BRAZ, 2006, P. 138-139).

Quanto mais riqueza o trabalhador produz (maior poder e extensão da sua produção), mais pobre ele se torna, quanto mais mercadorias ele produz menor é o seu valor como uma mercadoria, pois essa é a tendência do capital, a valorização do mundo das coisas e desvalorização do mundo dos homens.

O trabalho que já fora responsável pela humanização e pelo surgimento do ser social, nas relações capitalistas de produção, desumaniza, desrealiza e desefetiva o trabalhador. Sobre o trabalho, Marx (2004) aponta que o produto do mesmo se torna um ser estranho ao produtor. Para a objetivação do trabalho é preciso que se trabalhe num objeto e assim se torne coisa, e com isso o trabalho se efetiva, porém, esse processo acompanha a desefetivação do trabalhador, pois esse objeto não pertence a ele, é apropriado por outrem e lhe causa o estranhamento, a alienação. “[...] o trabalhador é desefetivado até morrer de fome” (MARX, 2004, p. 80). O trabalho se torna externo ao trabalhador, não pertence a ele e ao invés de se afirmar nele, ele se nega, como em um ambiente em que está fora de si, nele o trabalhador é infeliz, exerce uma atividade de forma forçada e obrigatória para a satisfação de suas necessidades de subsistência. No processo de objetivação e posterior expropriação do produto do trabalho do trabalhador, ele não se apropria tanto dos objetos de trabalho quanto dos meios necessários à sua vida. O mundo se torna mais rico e o trabalhador mais pobre quanto mais ele produz; essa exteriorização do produto do seu trabalho, que se torna algo externo a ele, que não lhe pertence, tem também como característica passar a existir independente dele, e estranho a ele.

Para a efetivação do trabalho a natureza tem papel fundamental para suas criações, é a matéria para a produção do trabalho. Assim, na natureza estão presentes os meios de trabalho e os meios de subsistência física do trabalhador, pela natureza em atuação do trabalho, adquire-se tanto os meios de trabalho quanto os meios de vida física do trabalhador, lhe proporcionando a existência como um trabalhador e a existência física humana, um processo de interdependência, pois precisará do trabalho para produzir os meios de sua subsistência, e precisa suprir suas necessidades de subsistência para poder trabalhar.

É característico deste modo de produção o fato de que quanto mais produz, menos o trabalhador tem para seu consumo próprio, quanto mais riqueza cria, mas miserável é sua vida. “O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador” (MARX, 2004, p. 82).

Por fim, nesta sociedade onde reina a propriedade privada, Marx (2004) explica o desenvolvimento das carências, onde: “Cada homem especula sobre como criar no outro uma nova carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de fruição, e por isso, de ruína econômica” (MARX, 2004, P. 139). O capital está constantemente avançando nesse processo, onde para atender a sua necessidade (de lucro), cria como uma força estranha às necessidades dos demais, novos produtos, novas mercadorias, novos objetos.

O trabalhador nesse meio, tem suas carências reduzidas às suas possibilidades de subsistência física, e para o capitalista:

[...] ele faz do trabalhador um ser insensível e sem carências, assim como faz de sua atividade uma pura abstração de toda atividade; cada luxo do trabalhador aparece a ele, portanto, como reprovável estudo o que ultrapassa a mais abstrata de todas as carências – seja como fruição ou externalização de atividade – aparece a ele como luxo (MARX, 2004, P. 141).

O trabalhador é reduzido ao seu trabalho e sua subsistência, e para ele não são permitidos outros “luxos”, difundem a eles e, em geral a ideia de poupar, uma ideia articulada ao sentido do ter, e no capitalismo, quanto mais se tem, menos se é, o que se poupa em riqueza material se priva em vivência humana, em satisfação de necessidades humanas.

No capítulo anterior foi apontado a relação da fome com o desenvolvimento da humanidade, citando o momento em que Marx afirma a diferença entre a fome que se sacia comendo carne cozida utilizando talheres, da fome que se sacia comendo carne crua com as mãos, e isso tem ligação com o capitalismo que, ao controlar o desenvolvimento da humanidade baseando as atividades na produção de mercadorias visando lucros de forma crescente, vai desenvolvendo aos homens necessidades novas que não podem ser satisfeitas de

forma natural, mas que são agora imbricados de diversos processos sociais. Vivendo em sociedade, na sociedade capitalista, os homens não conseguem mais satisfazer sua fome apenas através da natureza, pois as formas de satisfação de tal necessidade são agora um processo social, mercadorias que precisam ser adquiridas, compradas.

Nisso está aquele anterior apontamento, para adquirir mercadorias é preciso o dinheiro, e para adquirir dinheiro o homem tem de se submeter ao processo de compra e venda da sua força de trabalho, por onde receberá um salário que visa garantir minimamente sua subsistência, um salário que é sempre submetido às diversas formas de rebaixamento, pois ao capitalista interessa pagar somente o mínimo para garantir suas altas taxas de lucro; desta forma as suas possibilidades de efetivação da sua subsistência (como a necessidade da alimentação) serão precárias. As necessidades dos trabalhadores não interessam ao capitalista.

De forma geral, estas são algumas determinações do capitalismo, mas em diferentes realidades sociais o modo de produção capitalista vai trazendo diferentes questões e contornos sobre sua forma de atuação. Na América Latina, onde se localiza o Brasil, o capitalismo é chamado por importantes e reconhecidos estudiosos do capitalismo dependente. Então, de modo a trazer esta análise para a nossa realidade, apontamentos acerca do capitalismo dependente também merecem ser traçados.

### 3.2 Capitalismo Dependente, Formas de Dominação Externa e Superexploração da Força de Trabalho na América Latina

O modo de produção vigente na atualidade, na quase totalidade do mundo é o modo de produção capitalista. Como já foi visto, neste modo de produção a busca por lucros determina o curso dos seus processos. Como fenômeno mundial ele adquiriu conformações diferentes nas distintas formas sociais e históricas do mundo; como é o caso da América Latina, onde o seu particular processo de formação sócio-histórica vai ser calcado em processos de subordinação estrutural dos seus países desencadeando no que será chamado de capitalismo dependente. Para o estudo do que se conforma como capitalismo dependente na América Latina, serão utilizadas obras de dois autores, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.

Fernandes (1972) é quem nos explicará, inicialmente, esses processos de subordinação externa vivenciados pela América Latina, os quais ele nomeia padrões de dominação externa. Inicialmente o autor explica que as nações pertencentes ao continente Latino Americano fazem parte de um colonialismo organizado e sistemático que acompanhou a evolução do capitalismo dentro desses países, onde *o espaço a eles cabível no capitalismo foi através de*

*uma inserção dependente, tanto de forma cultural, econômica ou política, em relação às nações onde o capitalismo já era avançado.* Como explica o autor, não foi possível a estes países (da América Latina) acompanhar todas as transformações históricas do capitalismo, que ocorriam de forma acelerada e frequente no resto do mundo. Sobre isso explica que:

Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente (FERNANDES, 1972, P. 11).

Ou seja, enquanto os países de “capitalismo central” como os da Europa e os Estados Unidos se desenvolviam, os países da América Latina sofriam com as novas formas de dominação que iam surgindo. As grandes nações capitalistas dominando o mundo sucumbiam todos à experiência do capitalismo, e os seus interesses reinavam sobre os dos demais.

Na análise dos processos de dominação externa na América Latina, Fernandes (1972) irá identificar diferentes fases e formas de dominação, onde o início de tudo está na já apontada *fase colonial* destes países. Esse antigo sistema colonial perdurou quase 300 anos, e as formas de subordinação eram feitas em alguns termos. Na forma jurídica (legal e/ou política) as coroas da Espanha e Portugal comandavam os colonizadores que deviam ser leais a elas<sup>22</sup>. Nos termos sociológicos, a ordem social também deveria preservar os interesses das Coroas e dos colonizadores “Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)” (FERNANDES, 1972, p. 13). O poder era permitido somente aos colonizadores, e os demais passam a ser apenas estratos e castas dependentes deles. No período da dominação colonial passam a explorar povos e também suas riquezas.

Demarcando o fim desse sistema de colonização, alguns fatores são apontados por Fernandes (1972). Primeiramente o fato que de as economias da Espanha e Portugal não conseguiram sustentar todo o sistema de financiamento das atividades mercantis da exploração e crescimento das colônias.

Veneza e, subsequentemente, a Holanda (juntamente com outros países europeus) forneceram o capital, a tecnologia, o equipamento e a base comercial do mercado internacional, convertendo-se nas potências centrais, como núcleos do capitalismo mercantil. Por isso, Espanha e Portugal desempenharam papéis econômicos intermediários e o padrão de exploração colonial tornou-se rapidamente demasiado duro, para os agentes privilegiados nas colônias Latino-Americanas (FERNANDES, 1972, p. 14).

---

<sup>22</sup> "Essa identidade de interesses, das Coroas e dos colonizadores, sofreu várias rupturas [...] Permitiu tanto o endosso dos interesses dos colonizadores pelas Coroas como, inversamente, uma orientação de valores pela qual os colonizadores aguem em benefício dos interesses das Coroas" (FERNANDES, 1972, p. 13).



No fim dessa forma de dominação os lucros da exploração já não eram favoráveis para eles — o colonizador adquiria entre 12% a 18%, a coroa de 25% a 30%, e os mercadores (como no caso dos holandeses) ficavam com a maior quantidade de lucros (pelo financiamento da produção, pelo transporte, e comercialização). Colaborando também ao fim do sistema colonial, estão as lutas pelo controle econômico das colônias entre Holanda, França e Inglaterra, causadas pelas mudanças políticas, econômicas e culturais na Europa no século XIX, que desagregaram as antigas potências centrais que controlavam o sistema colonial. Foram importantes também o papel das populações das colônias que eram contra esse rígido sistema, e defendiam que o poder devia ser das populações nativas, gerando intenso movimento de emancipação nacional.

A desintegração do antigo sistema colonial deu origem a um novo tipo de dominação externa a partir do século XIX, fase que Fernandes (1972) chama de *neocolonialismo*, onde a Europa (especialmente a Inglaterra) controlava as exportações, importações e o mercado da América Latina; expandiram-se as agências comerciais e bancárias na região, novas instituições econômicas, novas técnicas sociais, e associações entre interesses locais e internacionais. Também, os mercados foram monopolizados, pois não possuíam recursos para sua produção e necessitavam dele para as exportações.

De fato, os 'produtos' de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas 'economias coloniais' recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a respeito do seu caráter como processo puramente econômico (FERNANDES, 1972, p. 15).

A revolução industrial também teve influências do neocolonialismo em sua dinamização, pois foi fonte de acumulação de capital pelo comércio, criando mercados nacionais e desenvolvendo o capitalismo industrial, que engendrou o capitalismo monopolista e o imperialismo.

Essa nova forma de capitalismo alterou as formas de direção da Europa sob as economias da América Latina nas últimas décadas do século XIX.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1972, p. 16).

Não foi um processo favorável aos países da América Latina, todo o excedente econômico e o lucro que tinham era levado à Europa. Forma-se então um grande controle

financeiro destes países, e suas possibilidades econômicas, sociais e culturais eram usadas como forma de negócios (sistemas de produção, transporte, saúde, educação, etc.). Ademais, essa nova forma de dominação condiciona também estes países a manter o antigo padrão de importação e exportação, produção de matérias-primas e de bens primários.

O último padrão de dominação externa na América Latina apresentado pelo autor é o que surgiu junto à expansão das grandes empresas corporativas, essas empresas atuavam principalmente na indústria, mas também em áreas como comerciais ou financeiras, e alteraram substantivamente a organização regional em: produção, planejamento, propaganda, concorrência e no controle interno por interesses externos. Esta é a fase mais avançada do capitalismo monopolista<sup>23</sup>, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos se sobressaem como potência imperialista hegemônica, e passa a dominar a América Latina.

[...] essa tendência envolve um controle externo simétrico ao do antigo sistema colonial, nas condições de um moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada, e da dominação externa compartilhada por diferentes nações: os Estados Unidos, como superpotência, e outros países Europeus e o Japão, como parceiros menores, mas dotados de poder hegemônico (FERNANDES, 1972, p. 18).

Já é então, nos termos do autor estudado, uma condição de “*imperialismo total*”, onde a dominação é feita de dentro desses países e atinge todos os níveis da ordem e da vida social. Até mesmo os países mais avançados da América Latina não possuem condições para avançar sozinhos em sua cultura ou economia. “Os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particulares” (FERNANDES, 1972, p. 19). Tornam-se fonte de excedente econômico que será acumulado pelos países centrais.

Almejando seu crescimento e inserção na economia nacional, os países da América Latina se inserem no imperialismo com a aceitação de empresas corporativas Norte-Americanas dentro de seus países, acreditando ser uma contribuição para o seu desenvolvimento, porém, ao se tornarem polos econômicos fica evidente que sua função era a obtenção de influência na dinâmica interna desses países, que agora passam a ser incorporados de forma dependente à economia e à cultura dos Estado Unidos<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> O capitalismo monopolista está no centro do imperialismo, e junto às mudanças na organização, função e poder financeiro das empresas, estão as mudanças nos padrões de consumo, estruturas de renda e propaganda de massa. A maioria desses processos teve influências sócio-políticas ou culturais, mas o cerne foram as influências econômicas. O imperialismo que agora se instaurava tinha como foco a supremacia do capitalismo contra a ameaça socialista vindo com a presença de uma economia socialista em expansão.

<sup>24</sup> Apesar de não ser o único país nesse processo, os Estados Unidos foi o que mais se destacou na hegemonia sob os países Latino-Americanos, sobretudo por estes países não possuírem recursos materiais ou humanos para resistir ao controle dos Estados Unidos, e sua modernização foi assim influenciada e controlada.

Essa política (ou ausência de política) está introduzindo, de forma crescente, mudanças tecnológicas inúteis, contribuindo para o crescimento da pobreza, e intensificando a expropriação ou a devastação de recursos econômicos escassos [...] também está ajudando a revitalização, sob condições modernas, de estruturas de poder ou de privilégios arcaicos e anti-sociais (FERNANDES, 1972, p. 26).

Entre as consequências da “tradição colonial” e a configuração dependente dos países da América Latina para Fernandes (1972) está a desigualdade na distribuição de renda, comum no capitalismo, mas que *a situação da dependência agrava as desigualdades sociais*, pois além da concentração de renda, também há o fato de que muito dos valores produzidos dentro da América Latina são transferidos para fora.

Outro autor também importante para entender o capitalismo dependente na América Latina é Ruy Mauro Marini (1973), que traz outras contribuições em seus estudos, analisando também alguns processos que estão imbricados na dinâmica do capitalismo dependente. Nas palavras do autor sobre a configuração do capitalismo na América Latina: “mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 1973, p. 02).<sup>25</sup>

No século XVI, período inicial da colonização na América Latina e também da expansão comercial do capitalismo, a América Latina, segundo Marini (1973), junto ao capitalismo internacional inicia seu desenvolvimento, sendo naquele período, importante colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos. Marini (1973) destaca então como principal papel deste continente nesse período o fato de que:

A América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 1973, p. 03).

Sendo assim é possível observar que o desenvolvimento inicial da América Latina foi desencadeado em prol do desenvolvimento econômico e posterior desenvolvimento industrial na Europa.

Foi pelo movimento da revolução industrial que se inicia a criação da grande indústria no século XIX, e enquanto isso, no mesmo século, a América Latina conquista sua

---

<sup>25</sup> Considerações sobre tal autor e suas ideias também podem ser vistas no documentário: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência realizado pela editora expressão popular e a Escola Nacional Florestan Fernandes: DOCUMENTÁRIO: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. Editora Expressão Popular e Escola Nacional Florestan Fernandes, 2014. 1 vídeo (51:46). Publicado por Expressão Popular. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ww4\\_HoY-UYA](https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA). Acesso em: 19 abr. 2021.

independência política, mas devido à sua constituição demográfica e administrativa seus países giram agora em torno na Inglaterra; as mercadorias e capitais produzidos dentro dos países da América Latina, não serão socializados entre eles, mas sim com a Inglaterra. Trocavam seus bens primários e gêneros alimentícios por manufaturas e produtos industrializados, e acumulavam dívidas pelas diferenças de valor entre o que importavam e o que exportavam, a troca desigual.

Nisso se gesta a dependência na América Latina para Marini (1973), em sua relação com Europa e demais centros capitalistas mundiais, numa estrutura de divisão social do trabalho que a limita a esta subordinação e que modifica as relações de produção na América Latina em prol dos países que a dominam. O autor exemplifica essa situação como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 1973, p. 04).

Marini (1973) considera diferente a situação da dependência em relação ao período colonial, sobre isso, segundo ele, há uma continuidade entre ambas, mas são situações distintas. A América Latina teve sua contribuição para a formação da economia capitalista mundial como produtora de metais preciosos entre os séculos XVI e XVIII, mas foi só no século XIX que, para Marini (1973), ela realmente adentra na economia mundial, junto ao surgimento da grande indústria e da consolidação da divisão internacional do trabalho, disponibilizando para os países centrais, produtos agrícolas enquanto eles se especializavam na indústria, e garantindo que lá a população se ocupasse das atividades industriais garantindo os meios de subsistência necessários a eles. Além disso, a América Latina também serviu nesse momento de desenvolvimento do capitalismo, como um mercado de matérias-primas industriais.

Para além dessas funções, — de promover requisitos físicos para a acumulação capitalista mundial aos países industriais — a América Latina também promoveu a mudança do eixo de acumulação de mais-valia absoluta para a relativa dentro desses países para os quais exportava, pois dentro deles a acumulação de capital não dependerá tanto do aumento da exploração do trabalhador (mais-valia absoluta), e sim do desenvolvimento da capacidade produtiva. A América Latina exportava para estes países os meios de subsistência (alimentos) para a classe trabalhadora de lá, e assim o valor dessa força de trabalho foi reduzido e possibilitou a eles se concentrar no desenvolvimento da capacidade produtiva. Contraditoriamente, dentro da América Latina ocorre o contrário, pois, para desenvolver sua produção interna os trabalhadores precisaram ser ainda mais explorados (essa especificidade será melhor abordada mais à frente tratando da superexploração da força de trabalho).

Sobre a mais-valia relativa, Marini (1973) explica esta ser compreendida como “uma forma de exploração do trabalho assalariado” (MARINI, 1973, p. 06), onde com a transformação das condições de produção e o desenvolvimento da capacidade produtiva, a força de trabalho (e a exploração da mesma) não é o eixo principal da acumulação. Também para o entendimento desse conceito, o autor diferencia mais-valia relativa de produtividade, onde explica que o aumento da capacidade produtiva não implica no aumento da mais-valia relativa, pois mais produtividade significa apenas mais produtos e não mais valor, o aumento da produtividade para o produtor individual reduz o valor das mercadorias e possibilita obter uma mais-valia extraordinária, mais lucro, mas não altera as condições de exploração do trabalho, ou na taxa de mais-valia. De forma geral Marini (1973) explica:

Se o procedimento técnico que permitiu o aumento de produtividade se generaliza para as demais empresas e, por isso, torna uniforme a taxa de produtividade, isso tampouco acarreta no aumento da taxa de mais-valia: será elevada apenas a massa de produtos, sem fazer variar seu valor, ou, o que é o mesmo, o valor social da unidade de produto será reduzido em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. A consequência seria, então, não o incremento da mais-valia, mas na verdade a sua diminuição (MARINI, 1973, p. 06).

O que explica essa situação é que a taxa da mais-valia não está ligada à produtividade do trabalho, mas à exploração da força de trabalho na relação do aumento do tempo de trabalho excedente sobre o tempo de trabalho necessário, e isso ocorre com a redução do valor social dos bens necessários à reprodução do trabalhador, o seu salário. A América Latina, como já foi mencionado, promovia aos países industriais os alimentos para subsistência da sua classe trabalhadora no século XIX, e com isso é reduzido “o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas” (MARINI, 1973, p. 07).

Sobre essa oferta de alimentos e matéria-prima concedida pela América Latina, Marini (1973) explica que junto a ela está também o fato de ocorrer uma queda do preço desses em contraposição ao preço das manufaturas industriais (que compram via importação) produzidas nos outros países, que tem o preço mais estável. Assim, no momento das trocas entre a América Latina e os países industriais, os bens primários que ela oferece tem sempre valor inferior, uma desvalorização que não é devido há um aumento de produtividade, mas por outras razões, suas causas estão ligadas há uma “exploração capitalista internacional”, onde à medida que o mercado mundial se desenvolve, ao invés da utilização de violência política e militar para explorar outras nações, se assentam em relações econômicas que perpetuam as

fragilidades das nações exploradas, onde se gesta também a divisão internacional do trabalho entre essas nações.

Voltando às trocas, o autor explica que estas deveriam se basear, conforme a teoria, em uma “troca de equivalentes”, que tem o valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado bem, mas que também existem mecanismos usados para burlar isso:

Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas (MARINI, 1973, p. 09).

Uma nação com maior produtividade do seu trabalho pode ter seus produtos com valor inferior aos concorrentes e não baixando seus preços de mercado que já estão fixados, gera lucros extraordinários. Sobre os mecanismos que atuam em distintas esferas que se inter-relacionam na troca de diferentes mercadorias, o que ocorre é que a produção de bens é mais facilitada de um dos lados, e possibilita às alterar a lei do valor e vender seus bens a preços superiores, e se gesta uma troca desigual.

*Para aumentar o valor que produz e compensar a troca desigual, as nações desfavorecidas exploram mais a sua força de trabalho, e fazem isso por alguns expedientes, tais como, aumentando a intensidade do trabalho e/ou prolongando as jornadas de trabalho. Com o aumento da intensidade do trabalho, compensa-se a baixa produtividade do trabalho possibilitando a criação de mais valor num mesmo período de tempo. Assim o que buscam as nações desfavorecidas em razão da troca desigual, além de corrigir as diferenças entre o preço e o valor das mercadorias que exportam aumentando a capacidade produtiva, é também compensar essa perda com maior exploração do trabalho.*

Outra forma está no que Marini (1973) explica ser a redução das possibilidades de consumo do trabalhador: “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente”(MARINI, 1973, p. 11 ), ou seja, quando o capital avança e expropria montantes de valores correspondentes ao próprio tempo trabalho necessário, constituirá mecanismo decisivo que o autor chama de *superexploração da força de trabalho*.

São então mecanismos que se baseiam nessa maior exploração do trabalhador: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho, e a expropriação de parte do trabalho necessário para reposição da força de trabalho. A utilização desses métodos ao invés do incremento da capacidade produtiva, está ligado ao baixo desenvolvimento destas na América Latina, e também com as atividades que realizam com as indústrias extrativas e de agricultura em que aumentar o trabalho não significa maior gasto de matéria-prima, pois baseado na ação do homem sob a natureza, a utilização mais intensa da força de trabalho poderia aumentar a riqueza produzida.

Sobre a expropriação de parte do trabalho necessário para reposição da força de trabalho, esta pode ocorrer seja com a imposição de maior dispêndio de sua força de trabalho (e seu posterior esgotamento) ou até mesmo o impossibilitando das capacidades de consumo para se manter; isso tudo condiz com a denominação de uma força de trabalho superexplorada, onde o cerne disso é também uma remuneração abaixo do valor.

Para que haja produção tipicamente capitalista é preciso a apropriação tanto da força de trabalho quanto dos produtos do trabalho. Diferente das outras formas de produção mercantil, no capitalismo, a mercadoria não é o trabalhador, mas sua força de trabalho durante o tempo ao qual ele se dedica à produção, e cabe ao trabalhador cuidar de seu tempo não produtivo. No regime escravista os operários se igualam às demais mercadorias utilizadas para a produção, e se superexplorados a ponto de causar seu esgotamento, é o proprietário que tem que arcar com os custos da sua substituição. No Brasil em meados do século XIX, com o fim do tráfico de escravos, a mão de obra escrava já não era mais a opção que buscavam, e foi então sendo substituída pelo trabalho assalariado. O capitalismo nascente no país necessitava disso, de um mercado de trabalho livre “O sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo” (MARINI, 1973, p. 15).

Essa constatação das formas econômicas pré-capitalistas na América Latina e sua transição são importantes para compreensão do desenvolvimento do capitalismo dependente:

[...] da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é próprio do capital criar seu próprio modo de circulação, e/ou disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista (MARINI, 1973, p. 15-16).

Assim que adentra na produção capitalista, a América Latina passa então a desenvolver seus modos de circulação, cabendo então entender o ciclo do capital dentro dessa

economia dependente e seus fundamentos. Desde seu início, a economia mercantil na América Latina foi desenvolvida aos requerimentos do mercado mundial nascente, ou seja, para desenvolver as relações de produção necessárias à formação e expansão desse mercado. A contradição dentro desse processo estava no fato de que:

[...] *chamada para contribuir com a acumulação de capital* com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, *a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador*. E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 1973, p. 16. grifos nossos).

A economia dependente na América Latina se desenvolve então com sua ligação à economia capitalista mundial e as exigências de circulação dos países industriais, sendo assim, a capacidade de consumo da sua população interna não interessava nesse processo. Com isso ocorre a separação, no ciclo do capital, dos momentos da produção e da circulação das mercadorias, pois essas só vão se efetivar no mercado externo, e o consumo individual dos trabalhadores não modifica a estrutura da produção, sendo assim a força de trabalho é cada vez mais explorada e não são criadas condições para sua reposição, também, pois a massa de trabalhadores é grande, e há sempre reservas para substituí-los.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1973, p. 18).

Sobre o processo de industrialização na América Latina, Marini (1973) aponta que mesmo com o desenvolvimento industrial para a economia exportadora, e também com a extensão do mercado interno como ocorreu no Brasil, Argentina, México, etc., de fato esses processos não formaram uma economia industrial na acumulação de capital que gerasse então mudanças econômicas significativas nesses países, pois continuaram se baseando na produção e exportação de bens primários. O autor explica então que mudanças só ocorrem no período entre às duas grandes guerras mundiais, ou momentos de crise do capital internacional, que limitam as possibilidades de exportação, e então o eixo da acumulação pode passar para a indústria por algum período.

A reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava um mecanismo específico de criação de mercado interno radicalmente diferente do que operava na economia clássica e que teria graves repercussões na forma que assumiria a economia industrial dependente. (MARINI, 1973, p. 19).



Nas economias clássicas, para a acumulação do capital no mercado interno, separaram o produtor de meios de produção e foram criados o assalariado e o consumidor. Seus meios de subsistência agora pertenciam ao capital, e para obtê-los necessita do salário. Esse capitalista, ao obter de fora os alimentos necessários à subsistência de seus trabalhadores, pôde focar sua produção em outros bens (manufaturas e demais produtos supérfluos) e basear o desenvolvimento de sua acumulação na produtividade do trabalho.

Diferente disso foi a industrialização na América Latina, que desconsiderando o consumo individual interno, sua indústria não se desenvolveu por completo, pois só adquiriu picos de desenvolvimento quando fatores externos, como os períodos de crise e guerra, dispensaram as suas exportações. As demandas sempre vieram de fora, pelas demandas dos países mais avançados, e não de seus trabalhadores<sup>26</sup>: “Operando no marco de uma estrutura de mercado previamente dada, cujo nível de preços atuava no sentido de impedir o acesso do consumo popular, a indústria não tinha razões para aspirar uma situação distinta” (MARINI, 1973, p. 21).

Conforme as análises de Marini (1973), a acumulação capitalista na economia exportadora da América Latina tem na superexploração da força de trabalho o fundamento de sua reprodução, e a circulação das mercadorias não tem por objetivo atender às necessidades de sua própria classe trabalhadora, e independe inclusive de suas condições salariais.

[...] a crise permanente do setor externo dos países da região não havia permitido que as necessidades crescentes de elementos materiais do capital constante pudessem ser satisfeitas exclusivamente pela troca comercial. É por isso que adquire singular importância a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento de investimentos diretos na indústria (MARINI, 1973, p. 23).

Em meio a isso, a América Latina tinha então essa disponibilidade para importar capitais visto que a economia capitalista internacional, após os períodos das guerras e já por hegemonia dos Estados Unidos, avançava cada vez mais, e possuía grande capital acumulado para ser aplicado fora (especialmente para as indústrias). Então as economias industriais nesses países periféricos iam se desenvolvendo, e a superexploração da força de trabalho trazia ainda mais possibilidades de lucro. Além disso, as economias centrais também estavam produzindo equipamentos industriais, e também era de interesse delas desenvolver um mercado para eles, e nisso também estava o interesse na industrialização dos países dependentes, cujo propósito também era a dispensa de seus maquinários já obsoletos.

---

<sup>26</sup> Também, como a demanda era sempre alta, também não buscavam criar mercados internos para seus produtos, e mesmo em momentos de igualdade entre oferta e demanda, tinham como saída aumentar o preço dos produtos para assim ampliar seus lucros, ou em outros momentos, também tinham como recurso, o rebaixamento do salário dos trabalhadores em momentos de crise.

Com a industrialização na América Latina se forma uma nova divisão internacional do trabalho, onde é transferido para esses países as etapas inferiores da produção<sup>27</sup>, e os países centrais ficam com as etapas já avançadas sendo então os detentores do monopólio tecnológico.

[...] no momento em que as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumental tecnológico que lhes permita acelerar seu crescimento, elevando a produtividade do trabalho, é aquele também em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital que se direcionam para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida (MARINI, 1973, p. 24).

Tal progresso tecnológico nas economias dependentes tem como base economizar força de trabalho em tempo e esforço na produção, assim, é reduzido o trabalho produtivo durante o tempo da produção, com isso se diminui a população operária e aumenta a população em atividades não produtivas (de serviços).

[...] incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. [...] A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia (MARINI, 1973, p. 25-26).

Assim, ao longo do que foi mostrado neste tópico de estudo, foram abordadas as passagens e configurações em que se gestou o capitalismo dependente na América Latina, sendo possível identificar que a problemática da fome também está dentro disso. Pelos motivos já explicados, na América Latina, a forma de extração do excedente econômico, a forma específica em que se extraem os lucros, está ligada à superexploração da força de trabalho (que corresponde ao avanço para além do trabalho excedente adentrando também sobre o trabalho necessário à reprodução e consumo dos trabalhadores), que se configurou historicamente baseado na subordinação destes países ao capitalismo central. Não é apenas uma maior exploração, pois a própria configuração do capitalismo já se baseia na exploração do trabalho e em diversos expedientes para intensificá-la, mas *uma superexploração, que retira até mesmo as condições mínimas de subsistência de seus trabalhadores.*

Baixos salários, intensificação da jornada de trabalho, e intensificação do ritmo de trabalho, tem por consequência trabalhadores cada vez mais incapacitados e que se esgotam rapidamente (sendo substituídos na enorme fila do exército industrial de reserva), com baixos

<sup>27</sup> Nesse relatado tipo de industrialização, realizado na América Latina, na medida em que se desenvolve, a produção de bens de consumo é substituída por matérias primas, produtos semielaborados e maquinários, tendo a indústria como destino.

salários a possibilidade de aquisição de seus meios de subsistência é precária — pois não é um problema de escassez de recursos, pois os alimentos foram inclusive a base das exportações na América Latina por muitos anos convertendo meios de subsistência em meios de acumulação — , e as desigualdades de acesso e de distribuição das riquezas são ainda mais agravadas — pois parte dos lucros produzidos na América Latina são levados para fora. Já é parte da lei geral da acumulação capitalista a contradição entre desenvolvimento do capitalismo e o acúmulo de misérias, e numa economia dependente os problemas da miséria (e da fome já incluída) são ainda mais profundos devido à superexploração da força de trabalho.

*Todo o desenvolvimento vivenciado na América Latina foi baseado em sua dependência, e o resultado disso foram um agravamento da pobreza, da fome, e das mazelas sociais nesses países, questões aprofundadas pela condição de dependência.* Na produção o consumo dessa classe trabalhadora é desconsiderado, e a eles até o mínimo para viver parece estar mais dificultado ou negado, por isso a fome ainda se faz presente de forma tão agravada.

O estudo destas condições particulares do desenvolvimento Latino-Americano é importante para o trabalho em curso, pois, de modo a analisar a situação da fome, a pesquisa buscará também fazer esta análise sobre as particularidades de questões referentes à fome no Brasil, a partir da categoria Segurança Alimentar e Nutricional, país este que compõe a estrutura dependente na América Latina. Estes dispostos serão melhor analisados no próximo capítulo.

#### 4 O FORMATO DAS REPOSTAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS AO PROBLEMA DA FOME NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL

"De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operarios".

(Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo, 1963, P. 36).

4.1 O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

Como problema e questão aparente e frequente no modo de produção capitalista, as expressões e as tentativas de erradicação, combate ou de mitigar a fome, passam e passaram por diversos âmbitos: seja pelas igrejas, a caridade social, o Estado, etc. Em âmbito internacional, uma tendência que ganhou força nas últimas décadas foi a de se tratar a fome a partir da categoria Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir de tais orientações e determinações, são realizadas pesquisas, políticas, leis, regulamentações e legislações como formas de respostas político-institucionais ao fenômeno da fome.

Segundo Oliveira (2018) foi entre 1914 e 1918 que começa a se abordar em âmbito internacional o conceito de *Segurança Alimentar*, ligado à questão da segurança nacional pelo risco da fragilização das nações ao não assegurarem à sua população as condições para uma alimentação suficiente, sendo assim, buscava-se melhorar sua capacidade de produção de alimentos e evitar tal ameaça. Mais à frente durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, tal conceito ganha nova repercussão, pois a guerra deixou a fome ainda mais evidente para o mundo, e o direito humano à alimentação se inseria nas agendas políticas internacionais.

Nesse contexto, dois grandes organismos internacionais são criados, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que se incluem no citado debate. Assim, por meio deles, foram formados acordos, declarações e conferências internacionais em torno do tema da fome, focando em questões como a produção, consumo e distribuição de alimentos, e com a participação de diversos países — como o Brasil.

Na realidade brasileira, a evidência da fome e a necessidade de atendimento sobre questões relacionadas à alimentação da população, vem desde seus primórdios, remonta ao período da dominação colonial, e se mantém nos períodos do Império e da República, conforme desenvolvido no tópico 3.2. do presente estudo. Anjos (2006), aponta alguns aspectos que evidenciam isto, tais como os impactos da monocultura, a estrutura do escravismo, o foco na produção de café que também tomava grande parte da mão de obra disponível, e as exportações dos alimentos produzidos aqui para as nações Europeias trazendo escassez e elevação do preço dos alimentos para nós.

Mesmo com tais questões tão evidentes e aparentes nas conformações do capitalismo dependente, o reconhecimento da alimentação como um direito humano só viria a ganhar força na segunda metade do século XX, ainda assim, mediante formas e práticas político-estatais residuais, incapazes de tocar as raízes e as dimensões gigantescas deste fenômeno na realidade latino-americana e brasileira.

Nesse caminho, não se pode desconsiderar a pressão, organização e reivindicação popular, vide as históricas lutas sociais dos camponeses no Brasil, das Ligas Camponesas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No âmbito das respostas alinhadas com os interesses de reprodução do ordenamento social burguês, das classes dominantes, constam as referidas pressões e orientações vindas dos organismos internacionais, que perpassaram diferentes enfoques (produção, abastecimento, distribuição), sempre a partir e no interior do chão e do horizonte político-institucional burguês. Pode-se afirmar que essas pressões diversas, sejam de caráter popular-progressista, sejam de viés conservador, convergem para as conformações legislativas, políticas e administrativas que encontram na Constituição Federal brasileira de 1988 – e em seus desdobramentos nas décadas seguintes – um âmbito de convergência.

Na esteira desses movimentos e tendências mais gerais, destaca-se que nas primeiras décadas do século XXI, a chamada Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), passa a ser constituída como um sistema, implicando e articulando, no âmbito do Estado, os três níveis de governo, conforme legislação específica<sup>28</sup>. As legislações e a lógica sistêmica nos permitem

---

<sup>28</sup> A lei nº 11.346 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o decreto nº 6.272 que dispõe sobre as competências do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o decreto nº 6.273 que cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), a Emenda Constitucional nº 64 que altera o artigo 6º da Constituição Federal introduzindo a alimentação como direito social, o decreto nº 7.272 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN dentre outras abordagens, e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). (PLANALTO, 2014)

ver de que forma estão organizadas as respostas político-institucionais sobre o problema da fome atualmente no Brasil.

Cabe mencionar que essas regulamentações jurídico-políticas são feitas numa curta conjuntura de relativa expansão econômica, especialmente nos meados dos anos 2000, quando ganhou força no Brasil o chamado neodesenvolvimentismo econômico articulado a um reformismo político, capitaneado pelos governos petistas.

Para uma aproximação e compreensão dessas respostas político-institucionais mais recentes ao fenômeno da fome, adentraremos a seguir na análise do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

#### 4.1.1 O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

Criado para *assegurar o direito humano à alimentação adequada (DHAA)*<sup>29</sup>, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) data do dia 15 de setembro de 2006 pela lei nº 11.346. Para o cumprimento de seus objetivos, o SISAN se respalda em uma gestão intersetorial e articula os três níveis de governo, buscando assim acompanhar, monitorar e avaliar a SAN no Brasil, e o atendimento ao DHAA.

Composto por 3 capítulos e 13 artigos, o SISAN, em seu capítulo 1, estabelece disposições gerais, que nos fornecem alguns apontamentos importantes para conhecer tal lei; em seu Art. 1º estabelece as definições, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, que servirão para formular e implementar políticas, planos, programas e ações para assegurar o DHAA.

Em seu artigo 2º, o SISAN aponta que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, e sendo assim ela é importante para que se realize os direitos firmados na Constituição Federal, e é *dever do poder público adotar políticas que visem seu*

---

<sup>29</sup> “O direito humano à alimentação adequada está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada em outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral nº 12 da ONU. No Brasil, resultante de amplo processo de mobilização social, em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal [...]O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social” (Ministério da Cidadania, [s.i]).

*atendimento*, onde estas devem considerar as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais de cada local.

Pelo artigo 3º, pode-se observar segundo a referida lei, em que consiste a SAN:

Art. 3º: A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao *acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais*, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006. grifos nossos).

Os dois últimos artigos do capítulo afirmam que para a consecução do DHAA e da SAN a soberania deve ser respeitada, ou seja, os países têm prioridade para decidir sobre a produção e consumo dos alimentos, mas que também o Estado brasileiro deve promover cooperação técnica com os países estrangeiros para promover o DHAA internacionalmente. Os princípios e diretrizes do SISAN são apresentados em seus artigos 8º e 9º:

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e
- IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 9º O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:

- I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;
- II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;
- IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- V – articulação entre orçamento e gestão; e
- VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos (BRASIL, 2006).

Nos termos da referida lei, define-se também como objetivos do SISAN a formulação e implementação de políticas e planos tendo por referência a SAN, assim como estimular a integração dos esforços do governo com os da sociedade civil, e promover, acompanhar, monitorar e avaliar a SAN no Brasil.

Já sobre sua composição são apontados em seu artigo 11º: I- a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) (que indica para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) as diretrizes e prioridades da Política e do

Plano Nacional de Segurança Alimentar, e também é responsável pela avaliação do SISAN); II- o CONSEA (órgão de assessoramento ao Presidente da República e tem entre algumas de suas atribuições convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>30</sup>, articular, acompanhar e monitorar junto aos demais integrantes do Sistema, a implementação e convergência das ações da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de SAN, e etc.); III- a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (esta integra Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis por executar a SAN, sendo assim algumas de suas atribuições são coordenar a execução da Política e do Plano e os articular com suas congêneres estaduais e do Distrito Federal); IV- os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e V- instituições privadas com ou sem fins lucrativos que se interessem em aderir respeitando os critérios do SISAN.

#### 4.1.2 A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN

Em 4 de fevereiro de 2010 foi promulgada a Emenda Constitucional nº64 que altera o art 6º da Constituição Federal introduzindo a alimentação como direito social<sup>31</sup>. No mesmo ano, em 25 de agosto de 2010, é aprovado o decreto nº 7.272. Constituído por 9 capítulos e 22 artigos, o referido Decreto regulamenta o já apresentado SISAN, e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que em seu decorrer estabelecerá os parâmetros do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

Seu objetivo geral é promover a SAN como já foi apontado no art. 3º do SISAN, e também assegurar o DHAA no Brasil, apontando em seu art. 5º que a PNSAN deve contemplar todas as pessoas do território nacional. São apontados como suas diretrizes e objetivos específicos:

---

<sup>30</sup> A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, atribuição do CONSEA, tem periodicidade de 4 anos e deve ser precedida de conferências estaduais, distritais e municipais. A composição do CONSEA deve obedecer ao critério de 1/3 de representantes governamentais (ministros de Estado e Secretários Especiais ligados à consecução da SAN) e 2/3 de representantes da sociedade civil (escolhidos por critérios de indicação aprovados nas Conferências Nacionais), e também observadores (como representantes dos conselhos federais, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal), e será presidido por um representante da sociedade civil indicado pelo plenário colegiado e designado pelo Presidente da República. (BRASIL, 2006).

<sup>31</sup> “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, q segurança, a previdência social, a proteção social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma Constituição” (BRASIL, 2010b).



Art. 3 A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

I - *promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;*

II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - *promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;*

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; e

VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Art. 4 Constituem objetivos específicos da PNSAN:

I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - *promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional;* e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais (BRASIL, 2010a. grifos nossos).

Para execução, planejamento e gestão da PNSAN o principal instrumento estabelecido é o PLANASAN, com a participação também das instâncias que integram o SISAN como a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que deve indicar ao CONSEA as diretrizes e prioridades da PNSAN e do PLANASAN e avaliar a implementação dos mesmos; o CONSEA, que deve apreciar e acompanhar a elaboração do PLANASAN, avaliar sua implementação, propor alterações e contribuir para a disponibilização de mecanismos e instrumentos de exigibilidade do DHAA assim como monitorar sua aplicação; a CAISAN, que deverá instituir e coordenar fóruns tripartites visando sua interlocução, com os representantes das câmaras intersetoriais de SAN do Estado, Distrito Federal e municípios e respectivas políticas e planos de SAN, fazer a interlocução com órgãos e entidades do

Governo Federal sobre a gestão dos programas e ações do PLAN SAN e apresentar relatórios e informações para monitoramento do PLAN SAN ao CONSEA; dentre outros.

O Capítulo IV dispõe sobre a adesão ao SISAN, onde esta deve ser feita pelos Estados, Distrito Federal e Municípios por termo de adesão, respeitando os princípios e diretrizes do SISAN já apontados na lei nº 11.346, e com a formalização da adesão feita pela Secretaria Executiva da CAISAN.

No capítulo V faz apontamentos sobre o financiamento<sup>32</sup> da PNSAN onde sua responsabilidade vem do Poder Executivo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios que aderem ao SISAN. Os Estados, Municípios e o Distrito Federal, ao aderirem ao SISAN, e o poder Executivo Federal devem dotar recursos nos orçamentos para os programas e ações dos setores que compõem a SAN em consonância com os objetivos dos planos de SAN e no pacto de gestão pelo DHAA. O CONSEA e demais conselhos de SAN podem elaborar proposições para o poder Executivo, e propor ações prioritárias para os orçamentos. A CAISAN discrimina anualmente as ações orçamentárias prioritárias do PLAN SAN.

O capítulo VI fala sobre a participação social na PNSAN, por onde dispõe em seu art. 17º que a União e os entes federados que aderirem ao SISAN devem assegurar as condições de participação social, incluindo seu âmbito financeiro, através das conferências, conselhos e demais instâncias de participação social. Assim como o CONSEA e os conselhos dos Estados, Distrito Federal e Municípios também devem assegurar a participação social.

A implementação da PNSAN será feita por meio do PLAN SAN. Este Plano é construído intersetorialmente pela CAISAN *baseado nas prioridades do CONSEA e das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, e deverá ser revisado a cada dois anos nas orientações da CAISAN e propostas do CONSEA, monitorando sua execução. Cada Estado, Município e o Distrito Federal que aderem ao SISAN devem elaborar seus respectivos planos.

O penúltimo capítulo, o capítulo VIII, apresenta disposições sobre o monitoramento e avaliação da PNSAN presente em seu art.21º. Tal monitoramento, segundo o referido documento, deve ser feito por um *sistema de instrumentos, metodologias e recursos que deverão aferir a realização do DHAA, o grau de implementação da Política e o atendimento aos objetivos do Plano*, contribuindo para fortalecer os sistemas de informações dos setores que a compõem e para desenvolver o sistema de informações de todas as esferas do governo.

---

<sup>32</sup> O financiamento é dividido em: "I - dotações orçamentárias de cada ente federado destinadas aos diversos setores que compõem a segurança alimentar e nutricional; e II - recursos específicos para gestão e manutenção do SISAN, consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais" (BRASIL, 2010a).

Então, para tal, deve utilizar informações e indicadores disponíveis nos sistemas de informações de todas as esferas de governo, com base nos princípios da participação social, equidade, transparência e facilidade de acesso às informações e ter as dimensões de análise baseadas em produção de alimentos, disponibilidade de alimentos, renda, condições de vida, acesso à alimentação adequada e saudável incluindo água, saúde, nutrição e o acesso a serviços relacionados, educação, programas e ações relacionadas a SAN. Tal sistema deve identificar grupos populacionais vulneráveis à violação do DHAA, e consolidar dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero, e caberá à CAISAN tornar as informações sobre a SAN públicas.

#### 4.1.3 O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN

O primeiro PLANSAN foi publicado em agosto de 2011 e teve vigência programada para os anos de 2012 a 2015. Atualmente o Plano em vigência é o II PLANSAN já extrapolando sua data de vigência que seria de 2016 a 2019. Foi publicado em maio de 2019 e revisado em setembro de 2018 como demanda a PNSAN, tendo por base as propostas da V CNSAN+2 que ocorreu em março de 2018 e os dados de monitoramento de Plano feito pelo Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISPLANSAN).

No II PLANSAN 2016-2019 são apresentadas as ações do governo federal que visam garantir a SAN e o DHAA em território nacional, e foi elaborado pelo CAISAN e pelo CONSEA, sendo também de responsabilidade da CAISAN o monitoramento e execução do plano aqui apresentado. O documento revisado apresenta 131 metas (resultado final a ser alcançado quantitativa ou qualitativamente nos próximos 4 anos), 93 ações relacionadas (meios para se alcançar as metas), 9 desafios (desafios diretos a serem enfrentados) e 41 áreas temáticas, e deve:

- I - conter análise da situação nacional de segurança alimentar e nutricional;
- II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;
- III - consolidar os programas e ações relacionados às diretrizes designadas no art. 3º e indicar as prioridades, metas e requisitos orçamentários para a sua execução;
- IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades da União integrantes do SISAN e os mecanismos de integração e coordenação daquele Sistema com os sistemas setoriais de políticas públicas;
- V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero; e

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação (CAISAN, 2018, P. 12).

Tomando por nota o II PLANSAN pós-revisão, e ainda vigente no ano de realização desta pesquisa, onde, levando em conta os dispostos do art. 21º do decreto 7.272, o plano deve conter indicadores e formas de monitoramento da SAN, que será feita por instrumentos, metodologias e recursos para medir o progresso do atendimento ao DHAA, o grau de implementação da PNSAN e o atendimento aos objetivos e metas do PLANSAN. No documento são indicados os seus desafios, e também metas para atendimento.

O desafio 1 é: *“Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional”* (CAISAN, 2018, P. 11. Grifos nossos). Segundo o Plano, este desafio se liga principalmente às políticas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, e do Programa de Alimentação Escolar, que se destacam, de acordo com o Plano, no alcance de tal desafio em promover acesso à alimentação. Assim suas metas se ligam a questões como transferir renda às famílias em situação de pobreza, oferta de alimentação escolar, assim como a distribuição de alimentos. Alguns exemplos são:

Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família, [...] Oferta de alimentação escolar a 40 milhões de estudantes da rede pública de ensino, por ano, sendo 230 mil indígenas e 230 mil quilombolas (CAISAN, 2018, P. 12-13).

O desafio 2: *“Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural”* (CAISAN, 2018, P. 14. Grifos nossos). Tal desafio está ligado à construção de políticas específicas, ligadas as diferentes culturas, organizações sociais, étnicas, raciais e de gênero, em temas como: *“Insegurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva Rural, Acesso à Terra e Gestão Territorial, Biodiversidade, Saúde Indígena, Extrativistas e Ribeirinhos, Acesso à Água e Acesso a Políticas Públicas”* (CAISAN, 2018, P. 14). São exemplos de suas metas:

Atender 250 mil famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento às tecnologias sociais de água para produção; [...] Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia (CAISAN, 2018, P. 16-17).

No desafio 3: *“Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base*

*agroecológica*” (CAISAN, 2018, P. 25. Grifos nossos). Os temas que visam atender tal meta são:

Fortalecimento da agricultura familiar, Reforma Agrária, Transição Agroecológica, Mulheres, Juventude, Sementes, Mudanças Climáticas, abrange a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (CAISAN, 2018, P.25).

Assim buscam apoiar iniciativas de produção de alimentos saudáveis e que respeitem o meio ambiente, mudar as formas de produção dependentes de insumos químicos para formas mais diversificadas e saudáveis, assim como buscar apoio ao pequeno produtor, e à agricultura familiar, que segundo o plano, é responsável por grande parte da alimentação do brasileiro. Sendo também necessário que se garanta acesso a terra e ao território como questões importantes para produção de alimentos e para garantir a SAN.

O desafio 4 é: *“Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável”* (CAISAN, 2018, P. 34. Grifos nossos). Os temas são: *“Compras Públicas, Abastecimento, Legislação Sanitária, Economia Solidária, Perdas e Desperdício de Alimentos, Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Urbana”* (CAISAN, 2018, P. 34). O desafio 4 tem entre suas metas:

Formação e manutenção de estoque estratégico e regulador mediante a aquisição de produtos agrícolas, visando garantir o abastecimento, a segurança alimentar e nutricional e a regulação de preços de mercado, por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e outros instrumentos de política agrícola; [...] Apoio a estruturação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para receber alimentos saudáveis, incluindo os da Agricultura Familiar (CAISAN, 2018, P.37-39).

A meta 5: *“Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias”* (CAISAN, 2018, P. 40. Grifos nossos), ou seja, busca melhorar o padrão de consumo alimentar no Brasil pela: *“Promoção da Alimentação Saudável, inclusive no ambiente escolar; Ações Regulatórias e Controle dos Riscos Relacionados ao Consumo de Alimentos e à Exposição ao Uso de Agrotóxicos”* (CAISAN, 2018, P.41). Assim, nas suas metas são apontadas questões como diminuição do consumo de refrigerantes, ampliar o consumo de frutas e hortaliças, e ações de educação alimentar e nutricional.

O desafio 6: *“Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação, da dimensão: saúde e acesso a serviços de saúde”* (CAISAN, 2018, P. 47. grifos nossos). Se

relaciona a questões relacionadas à doenças decorrentes da má nutrição, assim como do sobrepeso e da obesidade. Alguns exemplos presentes em suas metas são:

Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); [...] Suplementar 330 mil crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente (CAISAN, 2018, P. 48).

Desafio 7: *“Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural”* (CAISAN, 2018, P. 49. Grifos nosso). Seus temas são: *“Água para Consumo Humano, Água para Produção de Alimentos, Recursos Hídricos e Saneamento Básico”* (CAISAN, 2018, P. 49). e suas metas se ligam à sistemas de abastecimento de água, como as Cisternas e tecnologias de acesso à água. Algumas de suas metas são: *“Implantar cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano, preferencialmente ou prioritariamente para domicílios chefiados por mulheres; [...] Implantação de 98 mil tecnologias/sistemas de acesso à água para produção”* (CAISAN, 2018, P. 50-51).

Seu penúltimo desafio, o desafio 8 é: *“Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social”* (CAISAN, 2018, P. 52. Grifos nosso). Busca então fortalecer o SISAN, a adesão aos municípios e a construção dos Planos Estaduais, assim como da participação social. Algumas de suas metas são:

Promover a elaboração de Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todos estados; [...] Estabelecimento dos mecanismos de financiamento para a gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas ao fortalecimento dos seus componentes: Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (CAISAN, 2018, P.54 - 55).

Por último, o desafio 9: *“Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional”* (CAISAN, 2018, P. 57. grifos nossos). Assim busca implementar o DHAA promovendo a Segurança e Soberania alimentar junto a cooperações internacionais. Seus temas são: *“Governança Global, Cooperação Internacional e Participação da Sociedade Civil”* (CAISAN, 2018, P. 57). Como exemplo de uma de suas metas: *“Promoção e fortalecimento da cooperação internacional em políticas para o desenvolvimento*

rural sustentável, inovação, comercialização e abastecimento, com foco na agricultura familiar, soberania e segurança alimentar e nutricional” (CAISAN, 2018, P. 59).

No documento também há demandas por indicadores de monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional, conforme também já o era no art. 21 do Decreto 7.272/2010. São diversos os setores que o sistema aponta como indicadores para a avaliação, onde seu principal objetivo é a "execução das ações governamentais voltadas para a promoção da SAN e aferir o desempenho da atuação governamental nessa temática, possibilitando intervenções que visem o aprimoramento da gestão pública” (CAISAN, 2018, P. 62). muitos indicadores são apontados no documento, como o Cadastro Único, Censo Agropecuário do IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, dentre outros.

#### 4.2 Expressões Empíricas da Fome no Brasil: A Quantificação da Insegurança Alimentar

A fim de sintetizar alguns dados e informações gerais sobre a chamada Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil nas últimas décadas pós anos 2000 até meados de 2021, assim como observar a incidência das denominadas Insegurança Alimentar e Segurança Alimentar no país, será utilizada neste passo da presente investigação, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), composta inicialmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e agora nas referências da Pesquisa de Orçamentos famílias (POF), focada na Segurança Alimentar e Nutricional, além também de outras pesquisas com dados sobre a fome e sobre as condições de vida da população brasileira. Considera-se, por um lado, que essas vias possibilitam o tracejamento de certo quadro empírico, aproximativo, das expressões da fome no país, muito embora, por outro lado, não se pode perder de vista que as categorias, o método e a metodologia utilizados nas referidas pesquisas traduzem um padrão de racionalidade e de ciência circunscritos a uma plataforma e um horizonte tipicamente burgueses, que não vão às raízes e determinações mais essenciais e profundas dos fenômenos defrontados.

Feitas essas considerações, cabe destacar que desde 2004 uma série de pesquisas vêm sendo produzidas no Brasil, tais como a PNAD 2004, 2009, 2013 e, em continuação, a POF 2017-2018, sendo que o objetivo desta última é informar sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições e qualidade de vida da população, e gerar uma base de estudos

sobre o perfil nutricional desta população<sup>33</sup>. Dentro desta pesquisa a Segurança Alimentar (SA) e a Insegurança Alimentar (IA) são medidas através da Escala Brasileira de Insegurança alimentar (EBIA) que se divide em 4 graus:

Segurança alimentar (SA): A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais;

Insegurança alimentar leve (IA leve): Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;

Insegurança alimentar moderada (IA moderada): Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;

Insegurança alimentar grave (IA grave): Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (IBGE, 2020, p. 22).

Sobre a Segurança Alimentar no Brasil e nas Grandes regiões, o primeiro dado apresentado pela POF 2017-2018 diz que, dos 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil (dentre as delimitações dos domicílios que foram analisados na referida pesquisa), 36,7% apresentavam algum grau de IA: em IA leve: 24,0%; IA moderada 8,1%; IA grave: 4,6%. Assim, segundo tais dados e referências da pesquisa, 3,1 milhões de domicílios passaram por privação quantitativa de alimentos, tanto para os membros adultos, crianças e adolescentes.

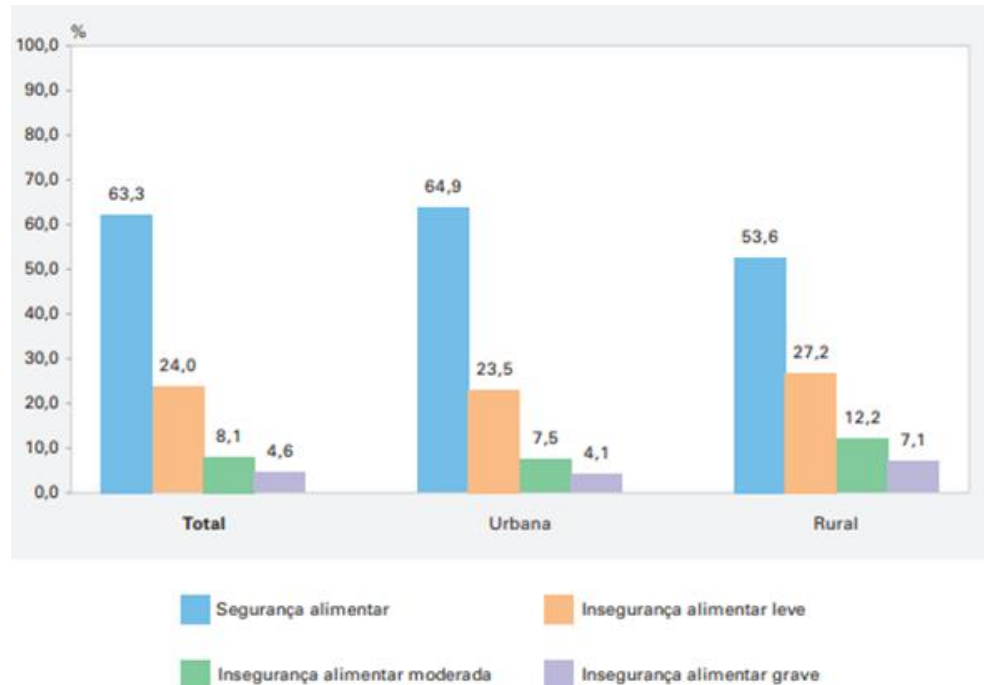
Diferença maior também é apresentada ao se comparar a prevalência de IA grave entre a população rural e a população urbana onde os valores foram de 7,1% e 4,1% respectivamente. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos domicílios por situações de SA de acordo com as regiões do Brasil:

---

<sup>33</sup> “Tal base tem os resultados do estudo são divididos em 6 temas: Segurança Alimentar no Brasil e nas Grandes Regiões, Características dos domicílios, Despesas monetárias e não monetárias, Aquisição alimentar domiciliar per capita, Rendimento total e variação patrimonial e Condições de vida” (IBGE, 2020).



Gráfico 1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação de Segurança Alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio - Brasil - período 2017-2018.

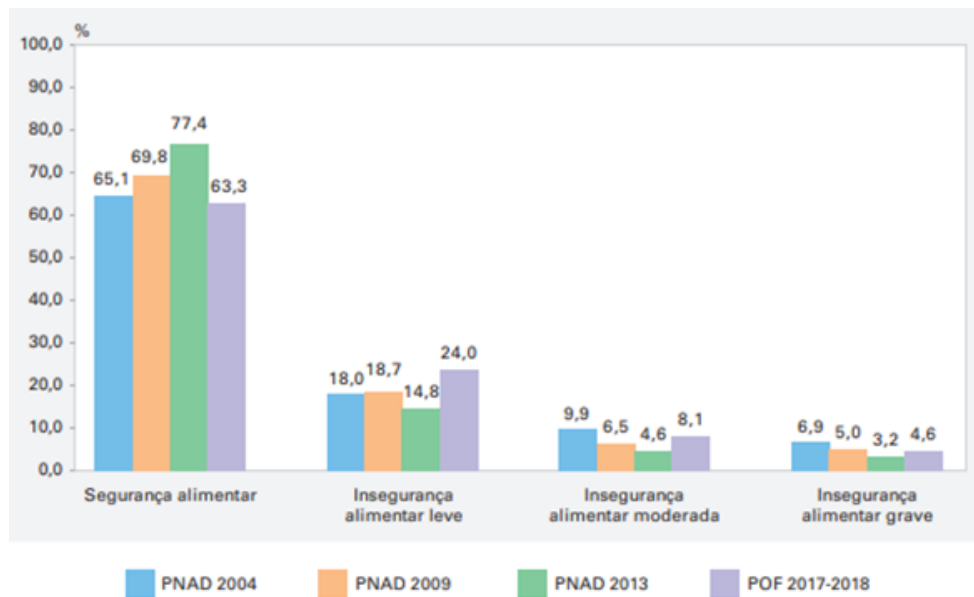


Fonte: IBGE, 2020, P. 31

O que podemos observar a partir destes dados é a presença de grandes fatores que deixam as desigualdades sociais no Brasil ainda mais agudas, seja no comparativo entre a população rural e a população urbana, ou entre as grandes regiões do Brasil, onde *as regiões norte e nordeste apresentam tanto os valores mais baixos de SA quanto os mais altos de IA grave*, desigualdade regional que é histórica, e seus dados também podem ser observados nos anos anteriores: em 2004 a porcentagem de domicílios particulares em IA grave era de, na região norte 11,8%, na região nordeste 13,2%, na região sudeste 4,0%, na região sul 3,7% e na região centro-oeste 5,0%, em 2009 na região norte 9,2%, na região nordeste 9,3%, na região sudeste 2,9%, na região sul 2,1% e na região centro-oeste 4,0%, em 2013 na região norte 6,7%, na região nordeste 5,6%, na região sudeste 1,9%, na região sul 1,9% e na região centro-oeste 2,3%, e na última pesquisa de 2017-2018, na região norte 10,2%, na região nordeste 7,1%, na região sudeste 2,9%, na região sul 2,2% e na região centro-oeste 4,7%.

Analisando os dados, também é possível observar que entre 2004 e 2013, depois de uma tendência ao longo dos anos anteriores de aumento da SA, houve uma redução da mesma nos resultados de 2017-2018, além do aumento de todos os graus de IA.

Gráfico 2 - Evolução da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares - Brasil - 2004/2018.



Fonte: IBGE, 2020, P. 35

Assim como nos dados que apresentam a situação geral do país, as diferenças no que diz respeito à população urbana e rural são marcantes, principalmente nos domicílios de áreas rurais. Nos domicílios urbanos, em 2013 a SA atingiu 79,5%, IA leve 13,7%, IA moderada 3,9% e a IA grave 2,8%, em 2017-2018 a SA teve 64,9%, a IA leve 23,5%, IA moderada 7,5% e a IA grave 4,1%. Já no que diz respeito aos domicílios rurais: em 2013 a SA atingiu 64,7%, IA leve 21,4%, IA moderada 8,4% e a IA grave 7,1%, em 2017-2018 a SA teve 53,6%, a IA leve 27,2%, IA moderada 12,2% e a IA grave 7,1%.

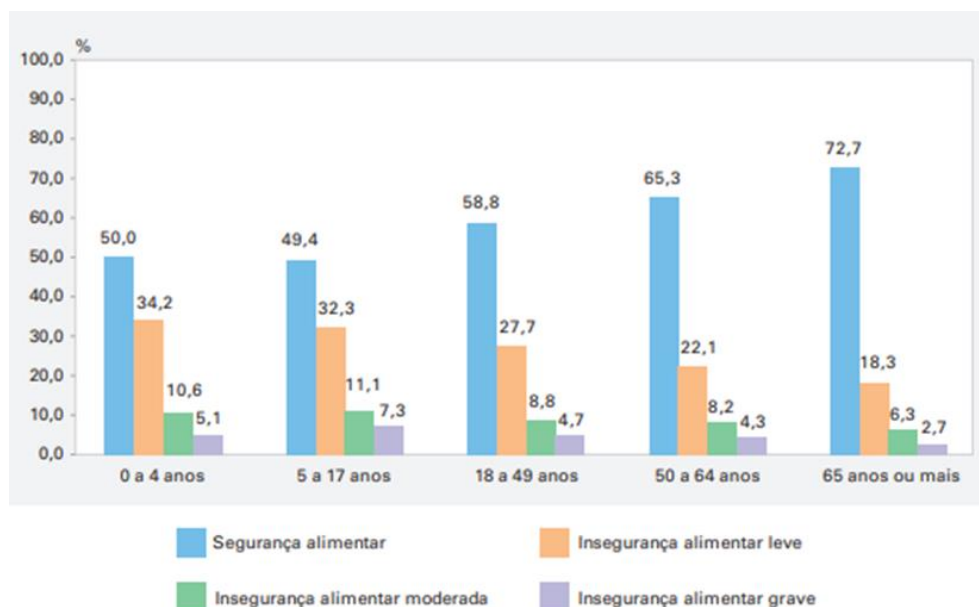
Também está presente na pesquisa, dados comparativos entre a situação de SA e IA e características do domicílio, segundo seu ponto de análise, com dados como abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo. Nos domicílios em IA moderada ou grave 76,8% e 76,3% respectivamente, tinham rede geral de distribuição da água, 47,8% dos domicílios em IA moderada e 43,4% dos domicílios em IA grave tinham rede geral, pluvial ou fossa ligada a rede, enquanto os domicílios em SA apresentavam entre seus dados 87,4% com rede geral de distribuição de água e 69,3% com rede geral, pluvial ou fossa ligada à rede. É possível observar então que *os domicílios em IA têm menos acesso a água e rede de esgoto*.

Analisando o sexo da pessoa de referência do domicílio, 61,4% dos domicílios em SA tinham homens como pessoa de referência, e 51,9% dos domicílios em algum grau de IA tinham mulheres como pessoa de referência. As diferenças de cor e raça também são grandes, nos domicílios onde a pessoa de referência se declara como parda todos os níveis de IA ficam acima de 50%. Nos domicílios em SA 51,5% declara ser a pessoa de referência branca, 10,0%

negra, 36,9% parda e 1,6% amarela ou indígena. Nos domicílios em IA grave 24,7% branca, 15,8% preta, 58,1% parda, e 1,4% amarela ou indígena.

Sobre a composição familiar, 72,5% dos domicílios em SA tinham até 3 moradores, e quanto maior o número de moradores também crescia a situação de IA. Também, nos domicílios com crianças e/ou adolescentes foram apresentados maiores índices de restrições alimentares, nos domicílios em IA grave estavam 5,1% da população de 0 a 4 anos e 7,3% da população de 6 a 17 anos, e apenas 2,7% da população com 65 anos ou mais, ou seja, ao aumentar a idade dos moradores se diminui o índice de IA.

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - período 2017-2018.



Fonte: IBGE, 2018, p. 40

Já nos dados de análise sobre despesas monetárias e não monetárias revela que o padrão de consumo e das despesas dos domicílios também são considerados na análise da SAN nesses meios, onde é possível observar uma variação das despesas médias mensais domiciliares de acordo com os níveis de IA. De modo geral a maior despesa foi a com habitação e a menor com educação, porém, nos domicílios em SA a segunda maior despesa foi com transporte, e nos domicílios em IA moderada e grave foi a alimentação, com os valores mensais de R\$:475,72 e R\$:420,96 respectivamente, onde nos domicílios em SA o gasto foi de R\$: 730,57.

De acordo com outro estudo da POF 2017-2018 (IBGE,2019b) a estimativa é de R\$: 4.648,03 para a despesa média mensal familiar no Brasil. Deste valor 81% vão para despesas

de consumo, onde lideram o ranking a alimentação, habitação e transporte, que tomam 58,4% das despesas totais. As despesas com alimentação são 14,2% das despesas totais das famílias brasileiras. As despesas com alimentação fora do domicílio foi de 33,9%, e na área rural 24,0%, e nas despesas com alimentação no domicílio, as famílias em situação urbana também somam 15% a mais de gastos que as rurais.

As famílias com rendimentos de até R\$: 1908,00 despendem 20,6% de suas despesas com alimentação fora do domicílio e 79,4% no domicílio, com os valores de R\$ 67,69 e R\$ 261,74 respectivamente, já as famílias com rendimentos acima de R\$: 23.850,00 o total gasto com alimentação foi de 50,3% fora do domicílio (R\$ 1035,86) e 49,7% (R\$ 1025,48) no domicílio.

Tabela 1 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo o tipo de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2017-2018.

Tipo de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação		
	Total	Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar	
		Até R\$ 1 908 (1)	Mais de R\$ 23 850
<b>Valor (R\$)</b>			
<b>Despesa com alimentação</b>	658,23	328,74	2061,34
Alimentação no domicílio	442,27	261,05	1025,48
Alimentação fora do domicílio	215,96	67,69	1035,86
<b>Distribuição (%)</b>			
<b>Despesa com alimentação</b>	100,0	100,0	100,0
Alimentação no domicílio	67,2	79,4	49,7
Alimentação fora do domicílio	32,8	20,6	50,3
<b>Número de famílias</b>	<b>69 017 704</b>	<b>16 470 313</b>	<b>1 842 567</b>
<b>Tamanho médio das famílias (pessoas)</b>	<b>3,00</b>	<b>2,72</b>	<b>3,07</b>

Fonte: IBGE, 2019b, p. 50

Analisando as despesas com alimentação da aquisição familiar domiciliar per capita, os dados apontam que quanto maior o nível de IA menos gastam com determinados grupos de alimentos; nas famílias em condição de SA o gasto médio mensal com carnes, vísceras e pescados foi de R\$ 94,98, já nas famílias em IA grave foi de R\$: 65,12. Situação inversa é observado com outros alimentos como cereais, leguminosas, oleaginosas, arroz, feijão, aves e ovos onde o consumo maior se deu pelas famílias em situação de IA. Também, quanto mais grave a situação de IA menos aquisição de alimentos como hortaliças, frutas, laticínios, etc.

#### 4.2.1 Expressões Empíricas das Condições de Vida da População Brasileira: Indicadores Sociais

Prosseguindo os movimentos de aproximação à vida da população brasileira, e tendo sempre em vista as ressalvas ao caráter limitado dessas pesquisas, conforme indicado linhas acima, neste passo do estudo será utilizada outra pesquisa do IBGE intitulada: “Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira” publicada em 2019, com dados de referência de 2018.

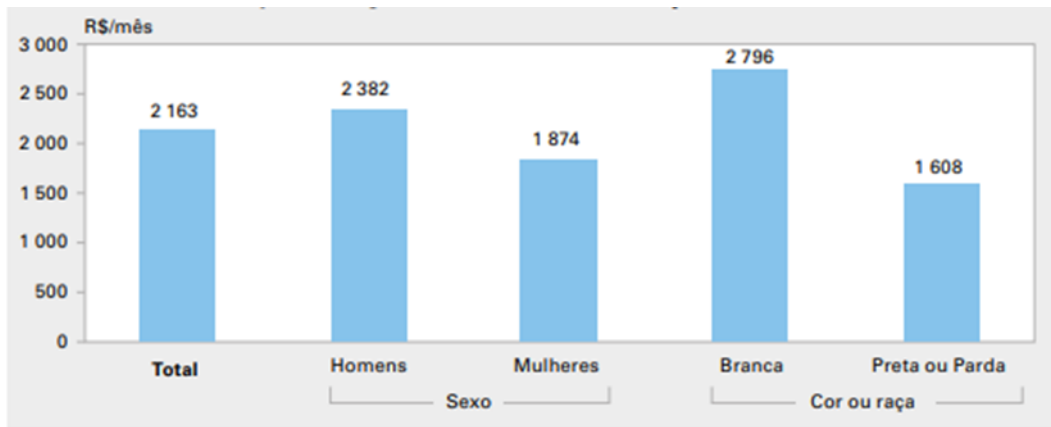
Em dados referentes ao mercado de trabalho, aponta um “incremento da ocupação” de força de trabalho até 2014, assim como a queda do mesmo fator nos anos seguintes (com leve recuperação em 2017 e 2018):

Os dados da PNAD Contínua mostram que, até 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal; redução da desocupação, que atingiu sua menor taxa na série; e aumento dos rendimentos do trabalho. Nos quatro anos seguintes, entretanto, tais resultados positivos foram revertidos completa ou parcialmente (IBGE, 2019a, p. 15).

As taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho crescem depois de 2015 até 2017, assim como se reduzem as taxas de ocupação. Em 2018 se reduz a taxa de desocupação, mas esta ainda permanece quase o dobro da de 2014 (6,9%), ficando na faixa de 12%, e cresce a taxa de subutilização para 24,6%. A taxa de emprego com vínculo formal em 2018 também foi a mais baixa desde 2012, com 47,4%, seguido de aumento da população ocupada sem carteira e de trabalhadores por conta própria.

Também é possível ver uma desigualdade relativa à cor, raça e sexo: as atividades econômicas de menor rendimento possuem mais pessoas pardas, pretas e do sexo feminino. Em 2018 brancos ganhavam 73,9% do que pretos ou pardos e homens ganhavam 27,1% mais que mulheres.

Gráfico 4 - Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil – 2018.



Fonte: IBGE, 2019a, p. 28

Considerando as grandes regiões do Brasil, todas registraram altas taxas de desocupação em 2018. Em comparativo a 2014, a taxa de desocupação na região Norte passou de 7,6% para 12,3%, no Nordeste de 8,4% para 14,5%, no Sudeste de 7,0% para 12,7%, no Sul de 4,2% para 7,8% e no Centro Oeste de 6,0% para 9,2%.

O texto apresenta as linhas globais da pobreza<sup>34</sup>, que tem o valor de US\$ 1,90 diários per capita em paridade de poder de compra PPC, que é utilizado como limite do índice de definição da pobreza global. Nos países de baixo rendimento outros valores são apontados, como no caso do Brasil que é US\$: 5,50 PPC. Em 2018 25,3% da população do Brasil tinham rendimentos inferiores a este valor (R\$ 420,00 mensais) a pobreza segundo estes princípios teve uma queda entre 2012 e 2014 (22,8%), e o índice mais elevado em 2017 com 26,0%.

Nos termos do texto ora considerado, para além de condições financeiras, outras dimensões também podem compor o bem-estar de uma pessoa. Nesse sentido, a pobreza não está apenas ligada a escassez de rendimentos, mas também à educação, alimentação, saúde, falta de acesso a serviços básicos, ambientes insalubres, etc. Em 2018 27,6% das pessoas possuíam restrições à educação, 3,1% à proteção social, 12,8% às condições de moradia,

<sup>34</sup> “[...] são exploradas linhas de pobreza absolutas construídas a partir de valores definidos em dólares por dia, adotadas em nível internacional a partir de diversos estudos feitos pelo Banco Mundial. Ainda que haja discussões sobre diferentes linhas de corte, e como adaptá-las aos padrões de vida e às necessidades de cada país, o valor de US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra - PPC é atualmente o limite para a definição da pobreza global [...] O Banco Mundial já publica há muitos anos a incidência da pobreza monetária nos países a partir da linha global de US\$ 1,90 PPC – sugerida para países de baixo rendimento, como parte dos países da África e países marcados por conflitos recentes como Afeganistão, Haiti e Síria –, mas adicionou, a partir de 2017, outras duas opções às suas publicações, US\$ 3,20 PPC e US\$ 5,50 PPC, construídas para dar conta das diferenças em níveis de desenvolvimento em países com rendimento médio-baixo e médio-alto, respectivamente” (IBGE, 2019a, p. 57-58).

37,2% aos serviços de saneamento básico e 20,1% à internet. Norte e nordeste lideraram nas porcentagens de restrições.

#### 4.2.1.1 Condições de Vida da População Brasileira e o Estado Pandêmico atual

As pesquisas acima apresentadas dizem respeito à realidade brasileira dos últimos anos. Porém, recentemente, no ano de 2020, a *pandemia mundial da COVID-19*, Corona Vírus Disease que teve seus primeiros casos no mundo no ano de 2019, e trouxe novos rebatimentos sobre a questão da fome e das condições de vida da população no país, e nos trouxe novas demandas como o isolamento/distanciamento social para impedir o avanço rápido do vírus, fechamento de comércios, serviços e escolas, que impactaram a renda, o emprego e o sustento de muitas famílias.

Maluf (2020) aponta que em meio a esta Pandemia, o que podemos observar é que estamos interligados a 3 crises, a crise sanitária, a crise alimentar e a crise socioeconômica, e denuncia que:

É evidente e deve ser questionada a *falta de dados atualizados que revelem a real dimensão da crise alimentar* – ocorrência de fome ou dificuldades no acesso aos alimentos – e da eficácia de ações como o auxílio emergencial. Não é sem significado a ausência, no Brasil, de enquetes representativas e frequentes sobre questões como essa, agravada pela demora em divulgar resultados de pesquisas feitas, como é o caso da aplicação da EBIA junto com a Pesquisa de Orçamento Familiar [...] (MALUF, 2020, P. 4. grifos nossos).

O autor fala sobre este período em que vivemos, como *tempos sombrios de pandemia e fome*, manifestações do neoliberalismo, do autoritarismo dos governantes, e das desigualdades sociais que se refletem num total desprezo pela vida. Em perspectiva, podemos observar que as condições de vida da população brasileira que já estavam negativas antes da pandemia, estarão ainda mais agravadas durante e depois dela.

Schappo (2021) traz dados sobre a letalidade da Covid-19:

Em Nota Técnica, pesquisadores da PUC-Rio, do Instituto D’Or de Pesquisa e Ensino e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) analisaram dados das notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e observaram que a taxa de *letalidade da Covid-19 no Brasil, considerando as variáveis socioeconômicas, é maior entre negros, entre populações pobres e com baixa escolaridade*. O percentual de pacientes pretos e pardos que vieram à óbito (54,78%) foi maior do que o dos brancos (37,93%). A letalidade também foi maior entre a população com menor nível de escolaridade. As pessoas com nível de escolaridade superior, em caso grave da Covid-19, apresentaram uma menor proporção de óbitos (22,5%), que aquelas sem escolaridade (71,3%). Quanto maior o nível de escolaridade, menor a letalidade. Este efeito pode ser resultado de diferenças de renda, que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde. A chance de morte num município

com baixo ou médio Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é quase o dobro (61,69%) que em um município com IDHM muito alto (32,90%). Os dados confirmam as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil (SCHAPPO, 2021, P. 42-43. grifos nossos).

Assim confirma-se que as condições locais de desigualdades sociais, financeiras, raciais e de gênero, principalmente no que diz respeito ao acesso aos direitos, também impactaram a questão da saúde da população durante a pandemia, e o cenário de aumento da fome que antecede a Covid-19, tem como perspectiva que se torne então ainda mais agravada durante esse contexto<sup>35</sup>.

#### 4.3 Sobre os Limites das Respostas Político-Institucionais ao Problema da Fome na Realidade Brasileira

Ao longo deste capítulo foi possível observar algumas formas em que se configuram as respostas político institucionais ao fenômeno da fome no Brasil, assim como a observação de dados sobre a fome e sobre as condições de vida da população brasileira. Em análise a todo este contexto e referências, algumas questões precisam ser apontadas.

Nos documentos aqui apresentados são apontados objetivos, metas e perspectivas pelas quais se constroem e planejam, e de que forma se darão as ações direcionadas à SAN. Tais documentos e encaminhamentos políticos podem ser considerados, em parte, conquistas e resultado de lutas da classe trabalhadora, uma demanda que é visível e necessária, mas algumas questões que concernem ao caráter destes documentos necessitam serem vistas e problematizadas mais de perto, principalmente em contraposição aos dados e informações que também foram apresentados nesta sessão.

---

<sup>35</sup> Considerando então a exemplificação de tal situação apontada de agravamento da fome durante o período da pandemia, Gandra (2021) em reportagem feita à Agência Brasil coloca que 19 milhões de pessoas passaram fome no Brasil no fim de 2020, e relata que: "55,2% dos lares brasileiros, ou o correspondente a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 e 9% deles vivenciaram insegurança alimentar grave, isto é, passaram fome, nos três meses anteriores ao período de coleta, feita em dezembro de 2020, em 2.180 domicílios. De acordo com os pesquisadores, o número encontrado de 19 milhões de brasileiros que passaram fome na pandemia do novo coronavírus é o dobro do que foi registrado em 2009, com o retorno ao nível observado em 2004" (GANDRA, 2021).

Ou também, de forma alarmante, Rocha (2021), pública no Brasil de Fato que em meio a este período de pandemia, e enquanto se avançava a fome, o número de bilionários no Brasil cresceu 44% em 2021. "No Brasil, o número de bilionários saltou 44% – de 45, em 2020, para 65, em 2021. Juntos, eles detêm 219,1 bilhões de dólares, aproximadamente R\$ 1,2 trilhão – quase o PIB do país. No período pandêmico, essa riqueza quase dobrou; eram 127,1 bilhões de dólares no ano passado. A subida foi de 71%. Esse aumento de acúmulo de riqueza contrasta com ao avanço da fome em um país que se recusa a implementar um auxílio emergencial pujante. O estudo Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), mostra que a segurança alimentar brasileira caiu para apenas 44,8% em 2020 – era de 77,1% em 2013. A insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) chega a 55%". (ROCHA, 2021).



O DHAA consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água. Assim é possível observar que tal direito não está sendo concretizado quando de 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, 36,7% apresentavam algum grau de IA em 2018, quando 12% da população estava desocupada (sem emprego), ou quando se observa a disparidade do acesso à água como no caso dos domicílios em IA moderada ou grave que tinham na faixa de apenas 75% dos domicílios com acesso à água, em dados de referência do ano de 2018.

Também, é apresentado pelo SISAN que o acesso aos alimentos deve ser de qualidade e quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, o que também não ocorre quando a segunda maior despesa dos domicílios em IA foi com a alimentação, e também quando é comprometida a qualidade destes alimentos, pois quanto mais se agravou a IA no domicílio, menos os domicílios adquiriram alimentos saudáveis como frutas e hortaliças, ou seja, a alimentação saudável que também reivindicada no PLANSAN não é atendida quando a população não tem condições para o tal.

A PNSAN prevê que a SAN deve contemplar todas as pessoas em território nacional, porém é possível ver inúmeras desigualdades, tanto as grandes regiões do Brasil quanto entre os domicílios localizados nas áreas urbanas e rurais, como pôde se observar ao longo da pesquisa.

Além disso, as disparidades de acesso a terra, a concentração fundiária, também denunciam a exigência por mudanças estruturais. Os dados mostram que a população rural é a que mais sofre de IA, por isso é necessário que se mude a lógica da produção capitalista baseada no latifundiário que satisfaz um mercado externo.

Também, é possível ver a previsão entre seus objetivos, de um acesso universal que não é concretizado, e na própria lei esse acesso pretensamente universal é seguido de uma demanda seletiva de dar prioridade às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional:

A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional [...] (BRASIL, 2010a).

Além das questões já apresentadas, outros dados também denunciam a forma da inefetividade e da ineficácia da SAN no Brasil. Domicílios em SA tinham mais homens como pessoa de referência do que mulheres. Assim como nas diferenças de cor e raça onde nos

domicílios em SA mais de 50% declara ser a pessoa de referência branca, contra 10% negra de 36,9% parda. Desigualdades estas que também foram observadas no mercado de trabalho, onde os brancos ganham mais que negros e homens ganham mais que as mulheres. Ou seja, as diferenças de acesso à renda também se refletiram no acesso à alimentação.

São alarmantes estes dados sobre as condições de vida população brasileira, os índices de desocupação e subemprego; as desigualdades no mercado de trabalho; restrições de acesso à educação, proteção social, moradia, e serviços de saneamento básico, questões que também foram observadas em graus parecidos nos índices de SA e IA das pesquisas, e que nos mostram ligações entre tais questões. As condições econômicas afetam a renda e conseqüentemente, o padrão de vida e de saúde das pessoas, as impedindo de ter efetivado o seu DHAA, ou no caso da Covid-19 e seus impactos no Brasil, em que foram apresentados dados apontando taxas de letalidade maior em pretos e pardos ou em pessoas com baixo nível de escolaridade, e populações mais pobres do país, mostrando como as desigualdades sociais afetam no acesso e nas condições de saúde, e que podemos pensar em perspectivas não muito boas sobre as condições de alimentação em que está submetida a população brasileira neste período em que suas condições de emprego e renda se tornam ainda mais debilitadas.

O não atendimento concreto e realização da SAN e do DHAA no Brasil tem em sua base os históricos problemas estruturais do capitalismo dependente, de concentração da renda, desigualdades sociais, baixo poder aquisitivo da população, e do alto custo de vida, muito embora, por meio dos dados apresentados, foi possível observar uma tendência de aumento da SAN entre 2004 e 2013, mas sua redução na última pesquisa de 2017 e 2018.

Neste período e conjuntura específicos de avanço na SAN, diversos compromissos políticos e sociais foram traçados a respeito do tema aqui tratado, com maior apoio às políticas de segurança alimentar pelo Estado, além de crescimento econômico, redução do desemprego, da pobreza e da IA. Porém, cabe indagar: quais as bases de sustentação dessas tendências? Quais as condições de possibilidade de sua afirmação em prazos mais longos, nas estruturas do capitalismo dependente?

Ao longo da década de 2010, especialmente a partir de 2014, o Brasil passa por momentos de crise econômica e política, aumento do desemprego, inflação elevando o preço dos alimentos, e os frequentes ataques do governo às políticas sociais. Fatores econômicos como o crescimento estagnado, altos preços dos alimentos, baixa renda e desemprego afetam a SAN. Durante esta crise, o Brasil enfrentou uma piora na SAN de sua população. Segundo os autores, muitos fatores podem afetar a SAN, os fatores econômicos como desemprego, baixa renda, altos preços dos alimentos, como também os fatores políticos, pois os

compromissos políticos com as políticas de segurança alimentar são importantes em seu enfrentamento, e durante as crises a área social é a primeira a ser deixada de lado.

Bocchi et al. (2020) destacam também a implementação de diversas políticas ligadas à SAN antes da crise, políticas de fomento à produção de alimentos (como o crédito rural), programas de renda focados no acesso à alimentação (como o bolsa família), valorização do salário mínimo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, todo esse conjunto contribuíram também para a saída do Brasil do Mapa Da Fome da FAO em 2014, e para os dados que apresentaram uma redução da IA no Brasil. Porém, depois disso o país é afetado por graves problemas econômicos, uma crise que afetou as condições de trabalho, como os dados observados de diminuição de pessoas com vínculo formal de trabalho, afetando as condições de consumo e renda, agravando as condições de vida das pessoas, por isso também os dados sobre a fome aumentam indiscrepantemente.

O que leva à indagação: essas respostas político-institucionais ao fenômeno da fome, sem tocar os fundamentos e as raízes contraditórias do capitalismo dependente, podem garantir ao povo brasileiro, de forma efetiva, eficaz e duradoura, algum tipo de segurança alimentar?

Aqui cabe uma incursão a determinações fundamentais e mais gerais sobre a insuficiências destas respostas político-institucionais e administrativas aos fenômenos do pauperismo e da fome. Marx em 1848 afirmou a ideia de que "O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo" (MARX, 2005, P. 14.). Tal apontamento pode ser afirmado na observância dos limites apresentados pelas respostas político-institucionais à fome na análise aqui estabelecida, estes limites se dão pelo próprio caráter que o Estado e das respostas por ele criadas, que assumem um caráter de classe, assumindo as determinações da classe burguesa capitalista. Assim, tais respostas são baseadas em determinações da sociedade burguesa capitalista.

Silva (2012) analisando Marx nas "Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'O rei da Prússia e a Reforma Social' – de um prussiano", aponta que o Estado moderno não obtém êxito em erradicar o pauperismo e as misérias em que vivem os trabalhadores, pois estas são geradas pelas relações materiais de produção, e pelas relações sociais regidas pela propriedade privada, e acentua que:

o Estado político moderno não só não constitui a universalidade e comunidade humana reais, como se engendra e existe pelas determinações da propriedade privada. É a sociabilidade contraditória da propriedade privada, movente e movida pela luta e negação recíproca das classes sociais e dos homens entre si – luta nas relações sociais de produção e apropriação da riqueza – que engendra e determina a

realidade e a necessidade do Estado político. Por isso, Marx diz que se o Estado político quisesse erradicar efetivamente os “males sociais”, teria que erradicar a si próprio, já que só existe por tais premissas e determinações (SILVA, 2012, P. 59).

Assim as práticas políticas serão limitadas também por essa razão, e os avanços não podem atender as reais necessidades da classe trabalhadora, pois a verdadeira raiz de seus problemas está na ordem burguesa que as respostas político-institucionais não alcançam, pois estão dentro de sua sociabilidade. Por isso também, independente da conformação política que as respostas político-institucionais assumem a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional, não serão eficazes, pois não chegam e não chegarão às raízes do problema, ou seja, nas determinações contraditórias da sociedade capitalista, pois fazem parte dela, onde mesmo os picos de experiências positivas não se fazem duradouros e nem completamente eficazes já que o problema em si nunca foi realmente solucionado — tais tendências são especialmente fortes no capitalismo dependente.

Recentemente, desde a inflexão à direita das tendências político-econômicas no país, a SAN, que tem orçamentos vindos de todas as ações integrantes do PLANSAN, tem sido crescentemente atacada e reduzida:

[...] diversos programas com rubricas orçamentárias menos expressivas – em que pese seu relevante impacto social – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cisternas apresentaram queda acentuada em seus orçamentos. O PAA passou de um orçamento autorizado de R\$ 1,2 bilhão (valores nominais), em 2012, para cerca de R\$ 144 milhões em 2020 [...] Por sua vez, o orçamento do Programa Cisternas caiu de aproximadamente 1 bilhão de reais para R\$ 130 milhões no mesmo período (BOCCHI et al., 2020).

Assim, os programas que anteriormente incidiram no sentido de melhorar a situação da SAN no país, aos poucos foram sendo cada vez mais sucateados, relembrando a ineficácia dessas respostas em se tornarem duradouras.

Melito (2020) relata o estado atual em que se encontram as políticas de combate à fome no país perante o atual governo, e também a forma em que a pandemia da Covid-19 encontrou a situação econômica do país. Um estado de desmonte de estruturas de participação social, cortes orçamentários, e fim de programas. Foi extinguido o CONSEA, componente do SISAN, impactando na desordem das políticas de combate à fome (não foi feita a Conferência Nacional de Alimentação em 2019 que disporia a construção do próximo Plano Nacional, importante espaço de articulação entre a sociedade civil e governo na elaboração de políticas de alimentação). No mesmo sentido, foram feitos cortes no bolsa família, primeiramente com a diminuição do número de pessoas atendidas e de sua verba: em 2019 a verba foi de 32 bilhões e em 2020 caiu para 29,5 bilhões. E a falta de disponibilidade de recursos que afetou

outros programas, como do Programa de Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Estes cortes prejudicam a capacidade das famílias de assegurar a sua alimentação adequada.

Schappo et al. (2021) acrescenta que, é então neste cenário de potencial aumento da fome no país, que ocorre a Pandemia da Covid-19.

O Relatório Global de Crises Alimentares, publicado pelo Programa Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) alerta para o agravamento da insegurança alimentar no mundo devido à pandemia da Covid-19. O Relatório destaca que, no final de 2019, eram 135 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e prevê que este número pode duplicar no final de 2020, passando para 265 milhões. Entre as regiões mais afetadas, encontra-se a América Latina (SCHAPPO, 2021, P. 41).

Assim, a crise alimentar e a crise econômica se unem a uma pandemia, agravando ainda mais as condições de vida e da alimentação da população brasileira. Bocchi et al. (2020) relata que em busca de atender aos efeitos de tais impactos o Governo brasileiro cria o auxílio emergencial (essa criação/concessão que só vem mediante pressão de parlamentares de esquerda, sindicatos e de movimentos sociais), um auxílio para os trabalhadores informais, autônomos, desempregados, microempreendedores individuais, famílias pobres, famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e no Programa Bolsa Família<sup>36</sup>.

E com o fechamento das escolas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar que atendia os alunos das escolas públicas no Brasil (importante política para alimentação), foi interrompido, e assim as crianças que contavam diariamente com aquelas refeições passam a precisar ainda mais do orçamento doméstico que já estava prejudicado, no que diz respeito a esta política, em 7 de abril de 2020 foi criada a lei nº13.987 que autorizou a distribuição de alimentos às famílias destes estudantes, utilizando os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Numa conjuntura em que já não estavam sendo concretizados o DHAA e a SAN, os impactos sociais e econômicos da Covid-19 agravam uma situação já extremamente dramática. Alpino et al. (2020) destaca como evidência disso, as condições locais de desigualdades sociais, raciais e de gênero, principalmente no que diz respeito ao acesso aos

---

<sup>36</sup> Dentre os valores desse auxílio, em abril de 2020 as primeiras parcelas foram de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200 para mães provedoras cadastradas no Bolsa Família, e foram pagas 5 parcelas nesse valor. Depois o valor foi para R\$ 300,00 ou R\$ 600,00 pra as mães, com mais 4 parcelas, finalizando em dezembro. Em 2021, com início em abril e previsão de 4 parcelas, os valores variam de R\$ 150,00 até R\$ 375,00: “Se a família for composta por apenas uma pessoa, o benefício é de R\$ 150,00 por mês; Se a família for composta por mais de uma pessoa, o benefício é de R\$ 250,00 por mês; Se a família for chefiada por mulher sem cônjuge ou companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de dezoito anos de idade receberá, mensalmente, R\$ 375,00” (CAIXA, 2021).

direitos em um cenário de retrocessos vivenciados nas últimas décadas no Brasil que envolve congelamento de gastos sociais, reformas na previdência e na legislação trabalhista, além dos ataques e desmontes diretos às políticas de alimentação.

Assim é possível ver que tanto as documentações analisadas quanto os dados até 2014 expressaram uma lógica política no Brasil apresentando a alimentação como um direito de cidadania, dever do Estado e articulado com outras políticas, sobre as bases de uma conjuntura de relativa expansão econômica, principalmente nos meados da primeira década do século XX. Porém, desde 2014 até os anos atuais, vários retrocessos foram vivenciados, fazendo agravar a questão da fome no Brasil. Na conjuntura expansiva e reformista, a fome não havia sido erradicada, apesar da melhora apresentada nos índices. Contudo, no momento atual, as respostas político-institucionais que antes eram implementadas estão sendo fortemente atacadas, e nem de longe estão sendo suficientes (principalmente perante a pandemia da Covid-19).

Por traz de uma lógica que na teoria se diz universal a seletividade continua a ser implantada, uma política de mínimos sociais, e por traz de demandas e objetivos que referenciam progressos, se escondem os pressupostos da propriedade privada dos meios de produção onde as respostas apresentadas não chegam às reais categorias que são a verdadeira causa da fome e sob as quais medidas deveriam estar sendo tomadas como: a contradição capital x trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, a superexploração da força de trabalho, a lei geral da acumulação capitalista, etc., tornando as respostas funcionais à reprodução do capital.

Em tempos "normais" ou de pandemia, é necessário que se fortaleçam as políticas sociais como um todo no Brasil, pois a fome não depende apenas de questões de renda, é necessário saúde, educação, moradia, e boas condições de vida. Além de simples políticas emergenciais, o tratamento da fome no Brasil necessita de políticas estruturais que cheguem à real raiz do problema.

## 5 CONCLUSÃO

Desta forma, a partir de tudo que foi visto, faz-se necessário a apresentação das considerações finais a respeito da pesquisa aqui elaborada.

Josué de Castro foi o primeiro autor utilizado no primeiro capítulo desta pesquisa. Sua importância neste trabalho não pode ser desconsiderada, levando em conta as importantes referências que de forma inicial tiveram impacto na delimitação do tema aqui proposto (as já mencionadas discussões que se decorreram após exibição do documentário: "Josué de Castro: Cidadão do Mundo", na Mostra Silvio Tendler de Cinema). Pode-se destacar que a análise do autor, seus interesses e sua ênfase principal estão na dimensão biológica e natural da fome, que ousadamente apontamos como uma elaboração ontológica, pois suas discussões apontam para os fatores físicos, climáticos, e naturais como sobre o sol, as chuvas, e o solo, dentre outros elementos, e na interação destes com a vegetação, flora, fauna, e a dinâmica alimentar e nutricional dos povos dentro disso. Assim, ele traz essa análise da dimensão natural da alimentação pensando as especificações geográficas das regiões do país.

Dentre suas contribuições ele traz considerações sobre como, nas diferentes regiões do Brasil, seus recursos naturais foram explorados, exportados e esgotados, ou como as desigualdades regionais e a falta de recursos afetam as condições de acesso aos alimentos, e também, como a falta de uma alimentação saudável causa adoecimentos.

O autor também fala dentro dessas elaborações de elementos como da economia, da sociedade, e da cultura, com momentos de acertos, mas também são necessárias certas considerações críticas sobre as entradas desse autor na leitura da formação social brasileira; seus progressos por hora podem apresentar questões limitadas, onde inclusive, faltam elementos como da crítica da economia política, categorias como do capitalismo dependente, ou uma análise ontológica em seu sentido histórico-materialista e dialético.

Diferente das elaborações de Lukács, e até mesmo de Marx, Josué de Castro aponta que não há primazia do fator biológico sobre o cultural, onde já os outros autores mencionados apontam e defendem a existência de uma prioridade ontológica do fator biológico, por onde então se chega ao social, ao momento da socialidade, que se torna, nessa relação, o momento (cada vez mais) preponderante.

Josué de Castro também traz em alguns momentos, apontamentos em relação à influência de estruturas econômicas no desfavorecimento da construção de uma estrutura alimentar suficiente no país, mas é preciso indagar: até onde o autor adentra e decifra essas estruturas?

Em considerações sobre a região da Amazônia, o autor aponta as forças da natureza junto aos obstáculos da falta de recursos, como questões a serem consideradas em relação à alimentação nessa região, e coloca como solução, a formação de núcleos demográficos, e de uma força colonizadora para adaptar esse meio natural às necessidades humanas, dominando o meio ambiente e criando então uma economia produtiva. Estas considerações podem ser vistas por um lado como recordando a chegada da "civilização" Europeia no continente e das colonizações, ou para a potência da racionalização (um predicado especificamente humano) na ocupação do espaço, no estabelecimento de uma dinâmica humana de produção. Mas como pensar uma racionalização da ocupação do espaço e da produção fora das relações econômicas do colonialismo e do capitalismo dependente?

Também, em certo momento, o autor aponta que "Na paisagem virgem, o homem é sempre um intruso que só se pode manter pela força" (CASTRO, 1984, P. 95). Assim, considerando o uso da terra, a relação com a natureza como um processo custoso, da luta do homem com o meio geográfico, onde novamente pode se apontar diferenças às elaborações de Marx e Lukács que são utilizados nessa pesquisa sobre a relação entre o homem e a natureza, onde o trabalho, assim como os sucessivos modos de produção, representam essas formas de mediação.

A ênfase da análise da fome por Josué de Castro recai então sobre processos do meio ecológico e suas interligações com a fome, e não sobre os processos propriamente sociais, produtivos, ou econômicos, que, mesmo quando apontados ao longo de seus escritos, podem ser tidos como insuficientemente críticos, ou aquém de categorias centrais de análise de outros autores tidos como referência deste trabalho: Lukács, Marx, Florestan e Marini.

Dentro dessa análise geográfica considerando as regiões do país, a obra analisada: "Geografia da fome", por onde mais de 7 décadas já se passaram desde seu lançamento, se fez bastante progressista em relação à época em que foi lançada, as apropriações e formação do autor tem seus méritos, como por evidenciar a fome no Brasil em escala mundial, e trazer nessa obra específicos e importantes processos físicos, naturais e climáticos a respeito da fome, e mesmo que de forma limitada, algumas referências aos processos de colonização, expropriação das riquezas, do ciclo da borracha, dos interesses externos, do imperialismo e do latifundiário.

Avançando na pesquisa, também foi mostrado que a fome, entendida inicialmente como manifestação da necessidade humana da alimentação, é uma necessidade que é irrevogável à vida do homem. Porém, nos processos evolutivos e de desenvolvimento do ser social através do trabalho, as formas de satisfação e os sentidos da fome vão sendo alterados,



e novas conformações a respeito da forma com que essa necessidade será saciada vão sendo construídas, principalmente junto ao desenvolvimento do trabalho.

O trabalho é a atividade que dá início ao desenvolvimento do ser social, por onde os homens em relação com a natureza atendem suas necessidades, uma atividade humana advinda de sua capacidade teleológica. Por meio do trabalho o homem cria novas objetivações, o trabalho se complexifica gerando novas mediações, exigências e necessidades, e as formas de satisfação de necessidades que antes eram naturais, como o caso da alimentação, irá adentrar processos sociais e depois econômicos.

Será nas mediações inseridas pelas relações da sociedade capitalista que a fome adquire um particular sentido ao seu atendimento. Esta sociedade advém de processos sociais de transformação das configurações do trabalho, alterando as formas de relação dos homens com a natureza e dos homens com os próprios homens, e a relação entre classes antagônicas: o capital e classe trabalhadora, e assim se criam novas disputas, desigualdades, exploração e alienação, assim como novas contradições que adentram a sociedade, e a fome, sua forma de satisfação, assim como as demais necessidades humanas, é transferida para a esfera econômica deste particular modo de produção onde tudo se torna uma mercadoria.

Na relação entre essas classes antagônicas, temos o capitalista, detentor da propriedade privada dos meios de produção e a classe trabalhadora que tem apenas sua força de trabalho a ser vendida. Ao capitalista interessa o emprego da força de trabalho em seu processo produtivo, pois é da mais-valia obtida a partir da exploração do excedente, da capacidade de produção dele pela força de trabalho, de onde vem os seus lucros. Já a classe trabalhadora se submete à venda de sua força trabalho, pois é a única alternativa que lhe resta. Tudo agora está dentro das relações de mercado e para não sucumbir à fome, a classe trabalhadora precisa vender sua força de trabalho em troca de salário para ter acesso aos meios de subsistência.

A vida do trabalhador é negociada como uma mercadoria, suas necessidades não são consideradas, pois, só interessa ao capital a busca por ampliar o excedente econômico, seus lucros, onde para isso recorre à exploração dos trabalhadores. Os resultados disso: condições degradantes de vida e de trabalho. O salário pelo qual deveriam atender suas necessidades de subsistência sempre tende a ser rebaixado, e o trabalho que num momento foi responsável por gerar a humanização dos homens, agora desumaniza, se torna infeliz, forçado, baseado na exploração.

Entendendo então que a classe trabalhadora da qual estamos buscando falar nesta pesquisa é a que está inserida nos particulares processos de conformação da sociedade brasileira, também foi possível observar a forma particular em que a conformação do modo de

produção capitalista ocorreu na América Latina. Dois autores foram utilizados, abordando diferentes pontos de vista, mas que no fim nos levam a entender que, na América Latina o processo em que esses países se inseriram no âmbito do capitalismo mundial foi de um capitalismo dependente.

Desde os primórdios da colonização destes países, o contexto em que viviam foi de subordinação aos países de capitalismo central que se desenvolviam às custas da exploração de outras nações, exploravam seus povos, terras e riquezas, influenciando, por outro lado, estes países nas esferas econômicas, culturais e sociais. Tudo que era produzido dentro dos países latino-americanos não era socializado entre eles e dentro deles, mas entre os países de capitalismo central que os exploravam a partir das relações de dependência. Nesta relação de exploração e dependência, a América Latina contribuiu para a formação da grande economia capitalista mundial, primeiramente produzindo metais preciosos, e depois produtos agrícolas e gêneros alimentícios, garantindo os meios de subsistência baratos para a classe trabalhadora de lá e deixando estes países livres para focar no desenvolvimento industrial.

As consequências desses processos de dependência foram o agravamento e a intensificação das desigualdades sociais. As desigualdades de distribuição de renda que já fazem parte do capitalismo em si, se tornam ainda mais agravadas, pois além da concentração de renda, muito dos valores produzidos aqui são transferidos para fora. E contraditório à oferta de alimentos baratos, a América latina importava deles manufaturas industriais caras, gestando nisso uma relação de troca desigual, onde para ser compensada, as burguesias dependentes recorrem a explorar cada vez mais a força de trabalho daqui, configurando a chamada superexploração da força de trabalho, que consiste na intensificação da extração de mais-valia absoluta, relativa, e na violação da lei do valor, no rebaixamento constante, sistemático e geral do valor da força de trabalho abaixo do mínimo necessário para subsistência da classe trabalhadora. O que é uma determinação fundamental explicativa do fenômeno da fome na América Latina e no Brasil.

Além disso, no capitalismo dependente, os momentos de produção e de circulação das mercadorias são separados, pois, as mercadorias produzidas aqui só vão se efetivar no mercado externo, e também a produção interna não era incentivada, sendo assim o consumo individual dos trabalhadores daqui não modifica ou altera essa relação, não sendo necessário pensar nas condições de reprodução desta força de trabalho, pois também há sempre um exército industrial de reserva esperando para substituí-los. Assim essa classe trabalhadora que é superexplorada, que tem suas condições de subsistência desconsideradas, em um país com

uma desigualdade de distribuição de renda ainda maior, a miséria do país e a fome da sua população se tornam ainda mais graves.

Por fim foram apresentadas considerações sobre as respostas político-institucionais ao fenômeno da fome, construídas na sociedade brasileira nas últimas décadas, que como tal, tem em suas determinações as conformações de uma região de capitalismo dependente, assim como pesquisas sobre expressões da fome e das condições de vida da população brasileira mais atualmente, pesquisas e legislações construídas a partir da racionalidade do pensamento burguês. De modo que pode se considerar que os dados e respostas apresentados em tais referências não chegam às raízes dos problemas e das determinações essenciais ao fenômeno da fome. Ainda assim, é possível observar e traçar um quadro empírico e aproximativo das expressões da fome no país através deles, como de alguns avanços obtidos a partir da constituição de legislações sobre a fome dentro destas respostas político-institucionais, considerando também que muitos desses avanços só foram conquistados mediante pressões e lutas da classe trabalhadora.

Assim, na pesquisa aqui apresentada, muitas considerações puderam ser observadas, a partir de apontamentos segundo os quais os problemas enraizados desde os primórdios de constituição da nossa sociedade, que afetaram e continuam afetando as condições de vida, saúde, e principalmente de alimentação da população brasileira, como os enormes montantes terras tomadas pelo grande *latifundiário agrário burguês* (que expropria nas mãos de poucos, grandes propriedades de terra onde o fim principal do que se é produzido são alimentos com fins à exportação), a grande capacidade produtiva de alimentos que não alcança as necessidades da população, e as exportações dos mesmos que geram para nós escassez e elevação de seus preços (recordando que como as mercadorias produzidas aqui são realizadas em outros países, o consumo da nossa classe trabalhadora não é considerado), questões que fazem parte do modo como o país foi, e ainda é explorado.

Sobre esse caráter da produção dos alimentos em uma lógica de latifundiário e da agricultura baseados em fins capitalistas, seus fins serão os lucros e não a qualidade tão aclamada dentre objetivos e disposições das legislações sobre a SAN de buscar menos dependência de insumos químicos e a promoção de uma alimentação saudável.

Também foi possível observar que, quem paga o preço das crises (crises estas que são estruturais e parte da lógica do modo de produção capitalista) é a classe trabalhadora. Tanto as condições de vida, emprego e renda, quanto as políticas de alimentação, acabaram por apresentar profundas modificações após 2014, altas taxas de desocupação, subutilização e quedas das taxas de vínculo formal de trabalho, além dos ataques às políticas sociais.

Também, como foi visto, o desemprego é funcional ao capital, pois deixa sempre trabalhadores na longa fila do exército industrial de reserva e permite rebaixar ainda mais os salários. Tais crises são questões estruturais e inerentes ao modo de produção capitalista, nelas pode-se ver os limites do capital e os limites das respostas construídas dentro de sua lógica.

Altas taxas de Insegurança Alimentar, ligadas a desigualdades sociais, regionais, e financeiras, e em meio a isso a ocorrência de uma pandemia mundial, que numa sociedade já adoecida, terá por resultados agravar ainda mais as condições de emprego, renda, o sustento, e por fim, as condições de acesso à alimentação para a população, onde até mesmo as respostas criadas para responder a esta situação, não se fazem suficientes, vide um auxílio emergencial governamental de difícil acesso, e de um valor ínfimo que é cada vez mais reduzido.

O Estado desde os primórdios de sua constituição, visava atender interesses do grupo que estava no poder, onde mesmo o Estado burguês já demonstrava que seus interesses não eram atender às demandas dos trabalhadores, mas da burguesia. Por isso pode-se ser constatado que a necessidade humana da alimentação e os caminhos construídos para o seu atendimento em âmbito político-institucional não são essencialmente eficientes, pois o Estado é o comitê executivo da burguesia, como apontou Marx (2005), em “Manifesto Comunista”, e funciona a serviço da expansão do capital, e as respostas que ele constrói buscaram defender a classe burguesa; de todo o modo, o Estado dentro desta lógica não poderia erradicar os males sociais causados pelo capitalismo, sem acabar com o capitalismo e conseqüentemente acabar com si próprio, referenciando também à Marx (2010) em “Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano”.

Mesmo com as ressalvas apresentadas, as regulamentações e legislações a respeito da fome, assim como sua inserção como direito humano na Constituição Federal, formalizam o dever do Estado na promoção da SAN. A potencialidade a ser alcançada deve vir ao se buscar melhorias, e que as reais necessidades da população sejam atendidas e venham ao encontro de seus interesses; por isso faz-se necessário reivindicar o protagonismo social, e a construção de respostas que alcancem as diferentes conformações regionais, e que se afaste de conformações paliativas, compensatórias, moralizadoras, e baseadas em uma política de mínimos, focalizadas, e seletivas, e sim lutar por políticas universais, devendo então buscar por reformas profundas na sociedade (como sobre a questão agrária) e tudo isso vinculado a um projeto societário alternativo ao capital, trazendo a criticidade à ordem burguesa até então estabelecida. E para isso, é necessário que haja união entre a classe trabalhadora na luta pelos seus interesses, em busca de uma emancipação humana real, para que possamos interpretar e transformar a realidade coletivamente.

Ademais, esta pesquisa teve por propostas, adentrar em questões matérias e sócio-históricas da fome, além da análise de um específico modo de conformação das respostas político-institucionais construídas na sociedade brasileira, em um período também determinado, e possui um caráter inicial e aproximativo quanto a este tema, e sendo assim espero que possam servir para desencadear novos debates, questionamentos, e propostas, em diferentes áreas que possam se interessar por tal tema.

Pensando também nesse interesse e relevância, e considerando ser essa pesquisa, parte dos requisitos da minha formação no curso de Serviço Social, considero tal pesquisa relevante para a profissão e para minha formação, pois se inclui em debates importantes que devem ser apreendidos por esta categoria profissional. É, pois, uma pesquisa importante para uma profissão que se encontra em processos de gestão e execução de políticas sociais, e é importante também pois busca gerar certa compreensão sobre as expressões das desigualdades sociais na sociedade em que vivemos, no que diz respeito à precarização da vida da classe trabalhadora, as manifestações da pobreza (e da fome), e o não atendimento aos direitos da população. Demarcando também que a profissão é regida por suas legislações próprias, e seu Projeto Ético Político tem na defesa dos direitos da classe trabalhadora uma de suas frentes de defesa (principalmente pois a alimentação desde 2010 passa a ser incluída como um direito fundamental na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional 64.), sendo que outros princípios de ligação da pesquisa aqui apresentada com os princípios defendidos no Código de Ética podem ser:

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; [...]
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; [...]
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; [...]
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (BRASIL, 2011).

Sendo assim, a presente pesquisa se insere em debates e lutas históricas da profissão, e contribui acerca de suas determinações e posicionamentos.

O atual governante do Brasil afirmou que passar fome no Brasil é uma grande mentira. Porém, foi possível observar que não, passar fome é uma realidade, que advém das desigualdades sociais da confirmação atual da sociedade em que vivemos. Ao longo dos capítulos, nas páginas de abertura, foram mencionados em epígrafe trechos da obra “Quarto de Despejo” da autora Carolina Maria de Jesus, poetisa, escritora, e compositora, que se

tornou uma das principais escritoras negras brasileiras. O seu livro, "Quarto de Despejo" foi publicado em 1963, nele estão presentes os relatos de sua vida, como catadora de papel, criando 3 filhos sozinha em uma favela de São Paulo, e como diariamente ela luta para sustentar sua família e para não sucumbirem à fome, e em meio a isso, escrevendo seu diário, colocando ali seus anseios e desejos, assim como suas vivências de dificuldades e injustiças, e a fome sempre presente e marcante entre esses relatos. Mas a fome do século XX não se difere da fome do século XXI. Um marcante relato, em moldes parecidos, foi tido durante a exibição do documentário "Josué de Castro Cidadão do Mundo" em 2019, durante as atividades da Mostra Silvio Tendler, ação do Cine Faísca e do Programa Mineração do Outro, onde uma moradora da cidade de Mariana, conhecida como "Dona Efigênia" escreveu uma poesia intitulada "A fome" (*vide* anexo A), onde ela retrata a sua experiência pessoal a respeito da fome. Então para finalizar as apreciações aqui propostas, finalizo com essa poesia:

#### A fome

A fome não é uma ferida que cicatriza

Ela é ruim por que ela não tem como tapiar

Ela doi, ela enfraquece

E o pior é ver seu filho ao acordar perguntando o que tem para o café e você responder com lágrimas nos olhos nada para seus filhos

É ruim demais não tem como explicar

Hoje é mais fácil do que antes

Para muitos é fácil de dizer você está forte e com saúde

Mais não sabe o que se passa entre quatro paredes

Ninguém sabe

Muitos vão para o mundo das drogas ou da prostituição por falta de um pedaço de pão

## REFERÊNCIAS

ALPINO, Tais de Moura Ariza; et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **SciELO: Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2 set. 2020 Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000805013&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000805013&tlng=pt)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

ANJOS, Luciana de Melo Nunes dos. **A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**: uma contextualização histórico-social. 2006, Orientador: Prof. Dr. Regina Célia Tamasco Mioto. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118755>>. acesso em: 1 abr. 2021.

BOCCHI, Carmem Priscila; et al. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil diante da Pandemia do Novo Coronavírus. In: **Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, 20 mai. 2020. Disponível em: <<http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/5/19/a-segurana-alimentar-e-nutricional-no-brasil-diante-da-pandemia-do-novo-coronavrus>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18 set. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

CAIXA. Auxílio Emergencial 2021. **caixa.gov**, 2021. Disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>. Acesso em: 19 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 9. ed. rev. e atual, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf)> Acesso em: 1 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 ago. 2010a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. EMENDA CONSTITUCIONAL nº 64, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 fev. 2010b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2019 Revisado**. 2018. Disponível em: <

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan\\_Nacional/PLANSAN%202016-2019\\_revisado\\_completo.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf) >. Acesso em: 1 abr. 2021.

CALIBAN, Produções Cinematográficas. **Filmografia: Josué de Castro - Cidadão do Mundo**. 2016. Disponível em: <[http://caliban.com.br/filmografia\\_/josue-de-castro-cidadao-do-mundo/](http://caliban.com.br/filmografia_/josue-de-castro-cidadao-do-mundo/)>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CERIONI, Clara. Falar que se passa fome no Brasil é uma mentira, diz Bolsonaro. **Exame**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-mentira-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>. Acesso em: 19 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Salário mínimo nominal e necessário**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.

DOCUMENTÁRIO: **Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência**. Editora Expressão Popular e Escola Nacional Florestan Fernandes, 2014. vídeo (51:46). Publicado por Expressão Popular. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ww4\\_HoY-UYA](https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA). Acesso em: 19 abr. 2021.

ESCRITOS MARINI, Presentación Ruy Mauro Marini. [s.i.]. **Escritos Marini**. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/index.html>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1972.

GANDRA, Alana. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020: Dados são de inquérito sobre insegurança alimentar na pandemia. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2021 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020#:~:text=O%20Inqu%C3%A9rito%20Nacional%20sobre%20Inseguran%C3%A7a,mais%20da%20metade%20dos%20domic%C3%ADlios>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GASPAR, Lúcia. Josué de Castro. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>> Acesso em: 25 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2019**. Rio de Janeiro. 2019a Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>> Acesso em: 1 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro. 2020 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>> Acesso em: 1 abr. 2021.



\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro. 2019b Disponível em:  
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>> Acesso em: 1 abr. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo. Edição Popular, 1963.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. , São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n.4, 1978.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALUF, Renato Sergio. **Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional**. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, 2020. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659993/22474>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 10a Rio de Janeiro. Fonte: Editora Era, 1973.

MARX, karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MELITO, Leandro. ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO DAS POLÍTICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL: Desmonte de estruturas de participação social, cortes orçamentários, fim de programas, loteamento de cargos: governo Jair Bolsonaro prepara a volta do país ao Mapa da Fome. **O Joio e o Trigo**. Comer bem, Comer mal, 3 fev. 2020. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/02/arquitetura-da-destruicao-das-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. [s.i] Gov.br. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, v.1, 2006.

OLIVEIRA, Beatriz Bonani de. **O Trabalho Do Assistente Social Na Política De Segurança Alimentar E Nutricional: Uma Análise A Partir Do Programa Mesa Brasil Sesc**. 2018, Orientador: Prof.ª Dra. Vera Lucia Tieko Suguiriho. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/BEATRIZ%20BONANI%20DE%20OLIVEIRA.pdf>>. acesso em: 1 abr. 2021.

PLANALTO. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**. 2014. Disponível em:  
<<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

ROCHA, Lucas. Enquanto fome avança, número de bilionários cresce no Brasil, e seu patrimônio dobra: Número de super ricos no país saltou 44% – de 45, em 2020, para 65, em 2021. Juntos, eles detêm 219,1 bilhões de dólares. **Brasil de Fato: Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo**, 6 abr. 2021 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentarem tempos de pandemia da Covid-19. **SER Social**, Brasília. v. 23, n. 48, p. 28-52, janeiro a junho de 2021, Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/issue/view/2164/531](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/2164/531)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

SILVA, Marlon Garcia da. **A FILOSOFIA COMO COMPLEXO IDEOLÓGICO NA OBRA TARDIA DE GYÖRGY LUKÁCS**. 2018, Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193458>>. acesso em: 1 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA TESE DA ESTRUTURA SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL À LUZ DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA**. 2012, Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96247>>. acesso em: 1 abr. 2021.

**ANEXO A:** Poesia escrita por moradora da cidade de Mariana-MG, após exibição do documentário: Josué de Castro Cidadão do Mundo, referente à Mostra Silvio Tendler, ação do Cine Faísca.

### A fome

A fome não é uma  
 perda que uicatisa  
 ela é ruim porque ela  
 não tem como tapar  
 ela dói, ela empacete  
 e o pior é ver seu  
 filho ao acatar pequetos  
 o que tem para o café  
 e você respander sem  
 lágrimas nos olhos  
 nada meu filho é  
 ruim demais não  
 tem como explicar  
 hoje é mais fácil

do que antes para  
 muitos é fácil de  
 dizer você esta  
 forte e com saúde  
 mais não sabe  
 o que se passa  
 entre quatro paredes  
 ninguém sabe muitas  
 vão para o mundo  
 das drogas ou da  
 prostituição por  
 falta de um  
 pedaço de pão

ANEXO B: Folder de divulgação: Cine Faísca: Josué de Castro Cidadão do Mundo

**Cine Faísca**  
EXIBE E DEBATE O FILME:

**JOSUÉ DE CASTRO •  
CIDADÃO DO MUNDO**

DIRIGIDO POR:  
SILVIO TENDLER



**MOSTRA SILVIO TENDLER**

---

Cine Teatro Mariana (antigo SESI), rua Frei Durão,  
nº 22, Centro - Mariana/MG

---


CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA: LIVRE


---


**19 HRS** **24/04/2019**

---

REALIZAÇÃO:

 **GERAÇÃO DO OUTRO**

 **PREFEITURA DE  
MARIANA**

 **CALIBAN  
PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS**

 **50**